

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



ANO 65 — VI FASE — Nº 22 — DE 29 DE JUNHO A 12 DE JULHO DE 1989

NCz\$ 0,80

O estouro da inflação

Assustadas com o fracasso do Plano Verão, a ameaça de hiperinflação e o colapso iminente da economia, a Fiesp e as lideranças políticas conservadoras procuram impor à sociedade um

conjunto de medidas que implicam sacrifícios ainda maiores para os trabalhadores, desnacionalização da economia e favorecimentos escandalosos aos grandes grupos monopolistas.
Páginas 14, 15 e 16.



A escolha do vice de Lula

Leia no Editorial (pág. 3) nossa opinião sobre as discussões em torno do nome do candidato a vice-presidente da Frente Brasil Popular. Nas páginas 4 e 5, a análise de um importante problema da campanha sucessória: ganhar o movimento popular organizado.

Entrevista: Fernando Brant

Nas páginas centrais, o letrista da música popular brasileira fala do grupo que se reunia em Minas em torno de Milton Nascimento, anuncia novos projetos culturais, discute política e justifica sua opção por uma arte vinculada ao povo, sem prejuízo da qualidade estética.

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP

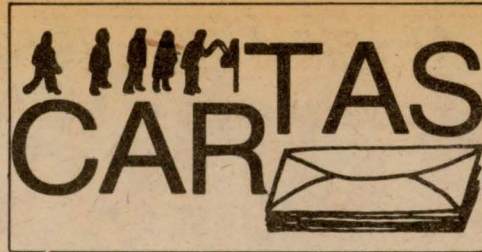
Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329,

Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fone: (082) 223-7128, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARA — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Paranaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 333, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Williams, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21 sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia Editora Jorjões. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Duarte Pereira esclarece sua opinião sobre a crise

Na matéria relativa ao 1º Seminário Estadual do PCdoB em Minas Gerais, publicada em "A Classe Operária" de 15 a 28 de junho de 1989, informa-se que sustentei, na oportunidade, que a crise atual do capitalismo no Brasil e no mundo "é uma crise estrutural". Quem ouviu com atenção minha palestra em Belo Horizonte, assim como em Maceió e São Paulo, esta aliás gravada, sabe que defendi opinião distinta. Ressalvando que essa caracterização da crise se encontra em documentos do PCdoB e de outros partidos e grupos considerados de esquerda, permiti-me questioná-la do ponto de vista teórico, sugerindo uma interpretação alternativa baseada na diferenciação entre os conceitos de crise geral, ciclos de longa duração e ciclos de curta duração, mais adequados, ao que me parece, à realidade e à tradição marxista. Alertei que a tese da "crise estrutural" pode dar campo a interpretações "estagnacionistas" sobre as perspectivas do capitalismo no Brasil e no mundo, como se tivesse ingressado num período final de crise, do qual só haveria saída pelo caminho revolucionário, interpretação equivocada que nos desarmaria para enfrentar as diferentes alternativas de evolução da conjuntura e as complexas tarefas políticas e ideológicas que temos pela frente.

Agradeceria a publicação desse esclarecimento. (Duarte Pereira, São Paulo, SP).

Uma nova visão sobre o filme de Ruy Guerra



Ao escrever na penúltima edição da "Classe" sobre o filme "Kuarup", de Ruy Guerra, o articulista Clóvis Wonder caiu de pau em cima dos críticos que não gostaram da obra. Seria preciso verificar primeiro se ainda existe crítica de cinema no Brasil. Existem uns que entendem, mas têm espaços tão limitados nos jornais e revistas que se restringem à função maniqueísta de dizer que o filme é "bom" ou "ruim". Isto qualquer um pode fazer. Gosto é gosto.

O fato, porém, é que *Kuarup* tem defeitos, e vários. É confuso. E não pela técnica e recurso ao *flash-back*; sim pela ausência de cenas que expliquem o comportamento e as atitudes do padre Nando. O personagem entra e sai de situações como um super-herói, sem nenhum arranhão.

As crises existenciais (e sexuais) de Nando tomam conta da primeira parte do filme. Esta dominada pelo magistral Ruy Rezende, como o padre que executa - literalmente - suas fantasias com a mulher de um parente. Nesta parte o filme é claris-

simo. A técnica impecável. Ruy Guerra, diretor de filmes de idéias (entendido como partindo da realidade), mostra pulso, e os atores rendem.

Depois — na segunda parte — Nando entra em parafuso e o diretor também. Ele permanece no Xingu e se mistura aos descaminhos da burocracia apeada do poder, após o suicídio de Getúlio Vargas. Ruy Guerra se detém em Cláudia Raia. É outro contexto. Trata-se da atração do civilizado pela natureza. É o caso de Sonia (Cláudia Raia) e a paixão a ela doitada por Ramiro (Cláudio Mamberti). E ele termina embrenhando-se na selva. Daria outro filme (o que aliás outro cineasta mostra dentro do próprio *Kuarup*).

Mas é na terceira parte, apesar da bela fotografia de Edgar Moura, que *Kuarup* entra, como Ramiro, em delírio. Nando é espectador, um guia indigenista sem função. Não se entende o que falam os atores e a mistura dos "personagens reais" com seus intérpretes (os que iriam interpretá-los no filme sobre Sonia) é absolutamente confusa.

Isto não é, entretanto, uma crítica ao conteúdo, e nem se deve cair no absurdo da crítica colonizada. Ruy Guerra veio se-mear a crítica, num momento em que ser esquerda é virar espelho para revisionistas, direitistas e esquerdistas de botequim jogarem pedra. A corrente está nesta trilha. Não pode haver filme de esquerda — para eles — e tampouco que mostre as fraturas do sistema burguês, seja com nuanças de ditadura ou não.

É sob este aspecto que o filme mostra e cumpre a sua função. O militar interpretado por Stênio Garcia é messiânico, obscurantista e caj de pau na igreja progressista. E muitos deles ainda andam por aí. Os ditos comentaristas de cinema não entraram nesta questão. Primeiro porque a estética hollywoodiana não permite, depois que o momento — como já disse — é de atacar as idéias socialistas e progressistas.

É preciso pôr o dedo na ferida e mostrar que existem outros caminhos que os da moda. *Kuarup* não é um grande filme, porém está longe de ser ruim. Seu objetivo foi cumprido. (Clóvis Geraldo-Vitória, ES).

"É possível pagar as mensalidades?"

Venho a público protestar contra os aumentos abusivos que vêm ocorrendo ultimamente.

Sou estudante de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas. Pagava pelo curso, até 10/4, NCz\$ 96,70 mensais. Porém, de acordo com a portaria n.º 075 do Ministério da Fazenda, de 5 de maio, as escolas da rede particular de ensino de todos os graus estão autorizadas a repassar às mensalidades "acréscimo dos custos". Passei a pagar a mensalidade de NCz\$ 135,38. Como se não bastasse, tenho outros encargos, tais como livros, cadernos, lanche, condução, etc.

É de se perguntar onde iremos parar? Sou um cidadão trabalhador, vivo exclusivamente de salário, tenho família para sustentar e, além de estar enfrentando esse tipo de problema, noto a ocorrência de inúmeros outros aumentos.

Nossos governantes não estão preocupados em saber se o povo tem condições de estudar e de preparar os jovens para o futuro. O salário mínimo atual é de apenas NCz\$ 81,40. Nessas condições, como o povo pode sobreviver? Para onde caminharíamos, sabendo-se que sequer os generos de primeira necessidade estão em risco do trabalhador? Não é justo que este receba reajustes irrisórios, enquanto os "repasses" para os preços dos produtos

ocorrem em patamar muito superior.

Espero que essas minhas palavras sirvam para sensibilizar os governantes, os quais não são donos de nosso país, porque o poder é passageiro, e não eterno. (Francisco Tadeu Ponce, São Paulo, SP)

Apoiar o jornal, e enterrar Collor de Mello

Em primeiro lugar, meus parabéns! A "Classe" está cada vez melhor, aqui em Porto Alegre já posso comprá-la em algumas bancas. Agora é a hora de divulgarmos cada vez mais nosso jornal, e terminarmos com o cinismo do "caçador de marajás". As pesquisas do Ibope e Data-Folha nos mostram nada menos que os desesperados apelos da direita, que já não tem mais o que dizer para iludir o povo com suas "moralizações", seus "tudo pelo social" e assim por diante. Programa efetivo é do que precisamos! E essa é a marca da Frente Brasil Popular! (Marcelo Canabarro Valle, Porto Alegre, RS).

Presidente da UDR repudiado

"Fora assassino. Fora assassino." Com estas palavras, o povo amazonense repudiou a presença, em Manaus (AM), do candidato à Presidência da República pelo PDC, Ronaldo Caiado. A manifestação aconteceu no último dia 27 de junho, em frente à Assembléia Legislativa do Estado, onde o Presidente da UDR falou aos deputados de seu plano de governo.

Promovido pelos trabalhadores rurais, tendo à frente a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas (Fetagri-AM), o ato contou ainda com o apoio da Comissão de Pastoral da Terra (CPT), da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Conselho de Marchantaria, Sindicato dos Engenheiros, Associação dos Engenheiros Agrônomos, Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA), Corrente Sindical Classista, CUT, PT, PCdoB, Conam e várias associações de moradores.

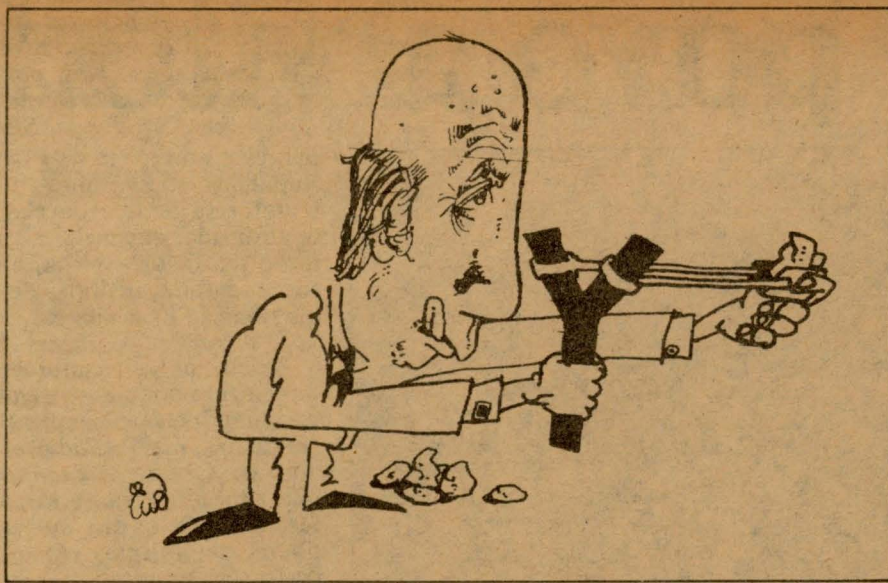
Ao sair do prédio da assembléia, Ronaldo Caiado acenou para o público presente à manifestação. Como resposta, ele recebeu, em coro, o grito de "Fora assassino". Por pouco, o automóvel que o conduzia não foi destruído.

Diferente da posição da Câmara dos Vereadores que, por iniciativa da bancada do PCdoB, considerou Caiado como pessoa non grata, a assembléia abriu espaço ao líder da UDR, por iniciativa do Deputado Vinícius Conrado, latifundiário e seringalista.

"Vamos, neste momento, dar uma grande vaia a este fascista e assassino do campo", gritou o Vereador João Pedro (PC do B) através de um carro-som. Ao mesmo tempo, o público avançou em direção ao carro de Ronaldo Caiado, que saía protegido pelo deputado Vinícius Conrado. O presidente do PCdoB no Amazonas, Eron Bezerra, disse que "o povo amazonense deu uma demonstração clara de unidade, ao promover uma manifestação contra a presença de um homem que representa a figura de Hitler".

(Celio Oliveira, Manaus, AM)

DM importante:
Centro de Documentação e Memória Operária. Fundação Maurício Grabois.
Operária deve conter nome e endereço completos do remetente. Havendo solicitação neste sentido, o jornal mencionará apenas as iniciais do autor.



Editorial

Um vice para ampliar a frente

Depois de lançada a Frente Brasil Popular nos principais centros urbanos do país, com manifestações que reuniram milhares de pessoas, de elaborada e discutida unitariamente a plataforma democrática e popular de 13 pontos e de aprovada pelos quatro partidos integrantes da frente a candidatura do operário Luís Inácio Lula da Silva, aparece agora, como questão da maior urgência e importância política, a escolha do nome do candidato a vice.

Esta questão ganha proeminência porque dela depende, em primeiro lugar, a ampliação das possibilidades eleitorais da frente e a atração de ponderáveis setores políticos que podem e devem ser ganhos para apoiar a candidatura Lula.

Em segundo lugar, enquanto os entendimentos não estiverem concluídos e a chapa definitivamente composta, a campanha não alcança outra etapa, a do corpo-a-corpo e das grandes mobilizações de massas. Nesse sentido, enquanto perdura, a pendência é fator de retardamento da campanha, pois transfere para as conversações em torno da escolha do companheiro de chapa de Lula o foco da atenção dos partidos que o lançaram candidato.

Muitas vezes aparece na grande imprensa uma versão distorcida da problemática. Discutem-se nomes como se eles fossem coisas em si, como se estivessem em jogo vaidades, personalismos ou interesses isolados. Daí a profusão de notícias sobre indicações e vetos. Não é isto propriamente o que está em tela de juízo. A Frente Brasil Popular foi criada com perfil e objetivos claros. Trata-se de um novo pólo de forças políticas, de esquerda, uma alternativa a todas as articulações que visam à conservação do *status quo* e do poder nas mãos das classes dominantes. Ela não veio para brincar de disputar eleição, nem como solução efêmera para acomodar interes-

ses divergentes. Apareceu no cenário político brasileiro porque corresponde a uma necessidade objetiva do processo de transformação social, atende às aspirações do povo e possui como fim precípua **ganhar** a batalha sucessória, tendo na alça de mira uma perspectiva estratégica de libertação nacional e social.

É sob essa ótica, e não sob o prisma do preconceito ou da predisposição a vetos, que os comunistas do PCdoB têm se comportado na condução dos entendimentos para a escolha do vice. Como um dos iniciadores do processo que resultou na formação da Frente Brasil Popular, o PCdoB tem se conduzido exemplarmente no que diz respeito à determinação política de manter, ampliar e consolidar a frente. É pelo fato de encarar essa missão com responsabilidade histórica, por vislumbrar uma real perspectiva de vitória, que os comunistas alertaram — e o fazem com sinceridade, franqueza e lealdade democrática — para o perigo de uma má escolha do vice esgotar toda a possibilidade de ampliação da frente, o que significaria inelutavelmente decretar por antecipação a derrota de Lula em 15 de novembro. Na escolha do vice está, portanto, uma opção decisiva — trilhar o caminho da ampliação e, por conseguinte, do reforçamento da potencialidade de vitória eleitoral do Lula ou isolar-se num gueto e dar preferência ao beco sem saída de uma campanha que visasse apenas marcar posição.

Até agora, tem prevalecido o entendimento democrático, o respeito mútuo e a maturidade política de parte a parte no relacionamento entre os quatro partidos da Frente Brasil Popular. É nesse clima, responsável por tantos êxitos alcançados até aqui, que a questão deverá ser resolvida.

O que é isso, companheiro?

José Reinaldo Carvalho*

Deu no *Jornal de Brasília*, dia 27 último: não tem sentido manter a nova esquerda junto à esquerda esclerosada, isto é, a Albânia e a China. A frase espalhafatosa é de Fernando Gabeira, em resposta ao "veto" que o PCdoB e o PSB teriam feito à sua candidatura a vice-presidente na chapa encabeçada por Lula.

O que é isso, companheiro? Você prega assim abertamente o racha, num momento tão decisivo para a campanha da Frente Brasil Popular? Já mediu as consequências disso, sabe que se a unidade não acontecer e não houver multidões sustentando a candidatura Lula, não ganha esquerda nenhuma — nem a "nova" nem a "esclerosada" — mas a direita?

Mas que rótulos são esses, companheiro? O anátema esclerosado que se atira ao PCdoB, sugerindo ligações da legenda comunista com a China de Deng Xiaoping, é mais que impróprio. Brandi-lo denota desinformação, ignorância ou desleal má vontade. Há mais de uma década o Partido Comunista do Brasil se pronunciou publicamente contra o revisionismo chinês, com documentos divulgados mundialmente em vários idiomas. E você sabia disso, né, companheiro? Tanto sabia que na época, em suas andanças pela Europa, você achava que a "esquerda nova" era aquela que promovia reformas capitalistas na China e a abertura do

país ao capital e aos modismos estrangeiros, não é verdade? E quem estava à frente dessas "modernizações" era nada menos que o mesmo mandatário de hoje, Deng Xiaoping, o assassino de Tian An-men.

É pública também a condenação do PCdoB à repressão na China.

Os místicos antigos achavam que uma flor é uma flor e pronto, não tem porquê. O companheiro Gabeira se acha "novo" e ponto final. Não explica bem as suas razões e nem se incomoda se os outros querem sabê-las. Mas, companheiro, o Brasil é muito complexo, o mundo é muito contraditório, as paixões, angústias e aspirações humanas são muito amplas e variadas, para que um projeto libertador se reduza a desfilar de sunga de crochê nas praias da Zona Sul carioca.

Os comunistas não têm preconceitos, não discriminam ninguém e têm dado provas disso no esforço que fazem para construir uma frente de libertação do povo brasileiro. O companheiro Gabeira se inclui nela, pode dar, ele e seu simpático partido, grande contribuição para concretizar uma missão que é comum a todos os explorados, oprimidos, vilipendiados, maltrapilhos e discriminados que fazem parte do povo brasileiro. Para tanto, deveria ter menos incontinência verbal e olhar menos para o próprio umbigo.

* Editor da Classe

Medos e esperanças

Aldo Rebelo*

A poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) levou o maior susto a semana passada de uma simples pesquisa de opinião pública. A pesquisa foi realizada pelo Ibope, sob encomenda da própria FIESP, com 2.750 entrevistados de todo o país, para que os empresários possam acompanhar o perfil dos eleitores durante este ano.

Divulgado no último dia 26, o resultado da pesquisa mostra que apenas 7% dos eleitores inclinam-se pelas idéias liberais, enquanto 56% manifestam simpatia pelo Socialismo. É verdade que o eleitorado mostra uma simples tendência, que tanto pode confundir certos socialistas que estão muito mais para liberais — no sentido econômico do termo — quanto liberais que se aproximam mais dos socialistas — no significado político da palavra —; mas não deixa de ser alvissareiro que em meio à campanha de cerco e aniquilamento montada pela burguesia contra o socialismo, este seja capaz de se revelar ainda como o fantasma a rondar a pirâmide do capital na Avenida Paulista e esperança da superior maioria que não encontra no capitalismo seu paraíso perdido.

"Isso não é o que gostaríamos que fosse", confessou consternado ao jornal "O Estado de São Paulo", Mário Amato, presidente da FIESP, sobre a opinião da

maioria simpatizante do socialismo. Naturalmente, Mário Amato sabe que 65 milhões dos 80 milhões de eleitores se encontram na faixa da pobreza e da miséria absoluta e não têm qualquer razão para se encantar com o que pensam e praticam os sócios da FIESP.

E se os capitalistas encontram motivos para em cada reunião fazer tilintar os copos, festejando as virtudes do capitalismo, devem ter consciência de que milhões de operários, assalariados e oprimidos pelo capital descobrem a cada instante de sua vida mil razões para rejeitarem esse sistema, seja no desemprego, nos salários de fome, na falta de oportunidade para todos os que no mundo do capitalismo não desfrutam da condição de donos do capital.

As correntes que aprisionam milhões de operários à miséria e ao sofrimento do capitalismo são, ao mesmo tempo, as asas com que seus pensamentos saem em busca de um mundo melhor, distante da escravidão assalariada. Para a imensa maioria, o socialismo surge mais como um sonho que uma esperança concreta; mais um desejo que uma doutrina. De qualquer forma, negação do capitalismo; mesmo assim, socialismo, o que não é tudo, mas é o começo.

* Vereador do PCdoB em São Paulo e membro de sua direção nacional.

Depende do povo a vitória

Bernardo Joffily*

Na campanha presidencial que já começou, cada candidatura trata de explorar ao máximo os seus trunfos, seus pontos fortes, para acumular cacife eleitoral.

Tomemos por exemplo o atual candidato da moda, Colôr de Melo: onde reside sua vantagem? No apadrinhamento dos meios de comunicação, a chamada **mídia**, desde a todo-poderosa Rede Globo, a TVS, até "Veja", o "Jornal do Brasil" e companhia. Colôr é do ramo, um potentado das comunicações em Alagoas, sócio da Globo, graças às concessões presenteadas pela ditadura. Ele projetou-se com três programas consecutivos em rede nacional e sustenta-se, até agora, porque a **mídia** o favorece ostensivamente. Aliás, não se pode negar-lhe competência na exploração desse handicap.

Já o deputado Ulysses Guimarães apóia sua estratégia de campanha em outra base. Todo o seu esforço vai no sentido de colocar em condições de funcionamento a portentosa máquina do PMDB, com seus 4.300 diretórios municipais, sua legião de vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores, e as benesses à disposição de quem é governo. Se Ulysses alcança êxito nesse particular, torna-se automaticamente um competidor respeitável.

E Lula? Qual o ponto forte da candidatura das esquerdas, o trunfo que merece atenção máxima da Frente Brasil Popular?

Dois fatores beneficiam a candidatura Lula: um é **objetivo**, independe da vontade ou dos esforços de quem quer que seja; o outro é **subjetivo**, precisa de ação consciente para se desenvolver.

Uma candidatura que caminha com o vento a favor

A vantagem objetiva de Lula deriva da situação crítica, para não dizer catastrófica, da economia e da sociedade. A inflação que esnoba todos os planos oficiais, a estagnação-recessão nas áreas produtivas, a sangria desatada da dívida externa, a bandalheira especulativa etc, acarretaram nos últimos meses um empobrecimento generalizado e brusco. Como conseqüência, radicalizaram-se as lutas populares, alastraram-se as greves.

Certos observadores vesgos enxergam na agitação de massas uma armadilha para a Frente Brasil Popular. Acham que as greves prejudicam Lula, esquecidos de exemplos recentíssimos como a eleição de Erundina, logo após prolongada paralisação do Metrô pau-



O movimento popular deve ser o principal esteio da Frente Brasil Popular

listano, ou a de Juarez Antunes, em seguida ao dramático confronto na CSN de Volta Redonda.

Na realidade as coisas se colocam de outra maneira: as greves e protestos populares (assim como a febre especulativa, a nível das classes endinheiradas) são **sintomas da crise**. Esta já provocou, em novembro passado, um considerável deslocamento do eleitorado **para a esquerda**. De lá para cá, todos os índices apontam um **agravamento** da situação, o "Plano Verão" fracassou estrondosamente e a hiperinflação volta a assombrar-nos. Nada prenuncia, portanto, uma inversão da tendência de 88.

Sempre é bom lembrar que a crise brasileira, sendo uma **crise de estrutura**, reclama **soluções estruturais**. Isto não significa que as classes exploradoras não possam fazer o próximo presidente e continuar tratando, com paliativos, o doente que requer uma cirurgia de urgência. Mas significa que uma proposta de transformações estruturais, nesta eleição, caminha com o vento a favor. E a candidatura Lula é a única que assumiu tal caráter.

É este quadro que cria, pela primeira vez no Brasil, a chance das esquerdas elegerem o presidente, ao fim de uma década em que a direita e o centro, em rápida sucessão, evidenciaram sua impotência diante da crise.

"Juntos temos 80% do movimento popular organizado"

Porém uma situação objetiva favorável fornece apenas a **possibilidade** da vitória. É aí que entra em cena a segunda vantagem, subjetiva, da candidatura Lula: seu vínculo com o movimento popular.

Lula não faz bravata quando afirma que sua candidatura reúne 80% do movimento popular organizado deste país. É aproximadamente esta a correlação de forças nos movimentos sindical, estudantil, de moradores etc. A formação da Frente Brasil Popular criou uma situação nova, em lugar do quadro anterior, dominado pela polarização e a disputa. É claro que polarizações e disputas continuam existindo, e existirão sempre, enquanto houver movimento popular. Mas agora elas passam a acontecer dentro de uma base comum de unidade, balizada pela plataforma da frente, que resume em grande parte as bandeiras levantadas nos últimos anos pelo povo brasileiro. Essa unidade, longe do que pretendem alguns, tende a ser ampliada e consolidada.

O próprio candidato, um operário metalúrgico, sindicalista, vindo do Nordeste para São Bernardo do Campo, preso e cassado sob a ditadura, encarna bem esta raiz popular. Nenhum outro presidencialável traz, como Lula, a marca do "povão". Todos os demais exibem (por mais que tentem esconder) o rabo preso com as elites governantes.

Depende de nós o grau de apoio do movimento popular

Chegamos aqui ao busilis da questão, o chamado "xis do problema": uma vantagem objetiva pode ser melhor ou pior aproveitada, mas não se subordina à ação consciente dos homens, e portanto sua dinâmica escapa ao nosso controle; com os fatores subjetivos acontece o inverso. Eles dependem de nós, pessoas, classes, partidos, da nossa consciência e competência. É isso que faz da história huma-

na uma aventura tão empolgante e não um mero jogo de cartas marcadas.

No caso concreto da candidatura Lula, o apoio dos movimentos populares é, hoje, fundamentalmente uma **vantagem potencial. Pode decolar. Pode dar uma qualidade inédita a esta campanha. Pode decidir a eleição. Pode até projetar-se no futuro, descortinando soluções revolucionárias para o impasse brasileiro. Mas pode também permanecer apenas como uma bela promessa, ou ser contido no seu avanço e ficar abaixo de suas possibilidades. Isso vai depender de nós.**

O feijão-com-arroz de todo dia e seu fantástico visgo

Acontece que tratamos de um movimento popular **real**, com suas entidades, tradições e lutas concretas, dirigido por lideranças de carne e osso. Ele renasceu das trevas da ditadura. Vem se criando no lusco-fusco democrático-conservador da "Nova República". É filho destas circunstâncias e paga seu preço por elas.

Não caberia aqui discorrer sobre as virtudes de nosso movimento popular, que são muitas e às vezes notáveis. Importa, sim, examinar uma de suas limitações — a **reduzida politização** —, que reclama um tratamento extenso, profundo e imediato da parte das forças de vanguarda.

Não se trata de uma carência absoluta. O movimento popular brasileiro traz, desde o berço, uma marca política progressista, democrática e antiimperialista. Durante a resistência à ditadura, formou uma aguda consciência democrática. Atualmente, exprime um sentimento de desencanto e forte oposição ao governo

Sarney e ao regime da "Nova República". Formulou uma plataforma geral razoavelmente unificada, que inclui a refutação da dívida externa, a reforma agrária, medidas de redistribuição da renda etc.

Porém o leito natural do movimento popular tem sido o das lutas pelas reivindicações cotidianas, mais sentidas pelas massas: salário, terra, moradia, educação, transporte, defesa dos direitos das mulheres, do meio-ambiente, entre outras. Nos momentos em que houve a necessidade de extrapolar estes limites, passando a luta para um patamar mais elevado, de ação diretamente política, o movimento popular organizado sentiu dificuldades para dar o salto.

O exemplo mais evidente é o da Campanha das Diretas, em 1984, a maior mobilização de massas de que se tem notícias no Brasil. Quem acompanhou de perto as jornadas de 84, viu que a participação das multidões processou-se desorganizadamente, ou pelo canal precário e provisório dos "Comitês Pró-Diretas". O movimento popular organizado, com suas entidades e estruturas, permaneceu na periferia da Campanha, apoiando, mas discretamente. Não foi capaz de reciclar-se radicalmente para atender às exigências da luta que se colocava como prioridade número um. Este foi um dos motivos do reduzido saldo organizativo de uma mobilização que levou mais de 8 milhões de brasileiros às ruas.

É que o feijão-com-arroz das lutas cotidianas cria uma inércia, possui um visgo, de fantástica tenacidade, que não é fácil romper. Agora mesmo, se acompanhamos o dia-a-dia de um sindicato, por exemplo, mesmo sendo um sindicato atuante e combativo, constatamos que seus diretores vivem numa roda viva de portas-de-fábrica, greves, assembléias, negociações etc. E não se nega os méritos desta atividade indispensável e insubstituível. O desafio dos próximos meses consiste, isto sim, em **construir uma ponte** entre ela e a campanha da Frente Brasil Popular.

A palavra de ordem é sacudir a rotina

Sob diversos aspectos a campanha presidencial de 89 é mais importante que a das Diretas-Já, de cinco anos atrás. Enquanto as Diretas giravam em torno de uma bandeira única, embora decisiva, a sucessão presidencial coloca em debate uma resposta de frente para enfrentar a crise brasileira. Além disso, as jornadas de 84 foram conduzidas por uma aliança circunstanciosa

do Lula

cial, envolvendo setores liberal-burgueses e até conservadores incompatibilizados com a ditadura militar. Ao passo que a luta presente é tocada por uma frente de esquerda, de conteúdo basicamente popular, com **sentido estratégico** para os destinos da luta libertadora do povo brasileiro.

No que se refere à **amplitude**, mesmo sem bola de cristal é possível prever que a campanha presidencial reúne condições para suplantar as marcas históricas de 1984. Primeiro, pela própria natureza de um processo que envolve necessariamente, até por força da lei, **todos** os mais de 70 milhões de cidadãos brasileiros com direito de voto. Segundo, pela expectativa imensa que se criou após 29 anos sem votarmos para presidente (expectativa que a própria Campanha das Diretas se encarregou de sublinhar). Terceiro, pelo estágio agudo, já mencionado, que a crise brasileira alcançou.

Para isso, todas e cada uma das lideranças que se encontram à frente do movimento popular, em todas as áreas e níveis, precisam ajustar suas contas com o visgo do cotidiano. A palavra-de-ordem é **sacudir a rotina** e encontrar, em cada luta, a maneira de entrelaçá-la com a batalha presidencial. É preciso tomar consciência de que este é o **fator decisivo** para o êxito da candidatura Lula, e de que depende de cada companheiro. A alternativa seria passarmos mais cinco anos protestando contra "medidas provisórias" antipopulares, reagindo a "planos" que desabam nas costas dos trabalhadores, chorando grevistas assassinados pelo Exército e assistindo à degradação das condições de vida dos brasileiros.

A sucessão e o pluralismo das entidades

Aqui tornam-se necessárias duas palavras sobre a atitude das entidades de massas em relação à sucessão presidencial. É verdade que seria incorreto engajar as entidades na campanha de Lula, sem levar em conta o caráter pluralista que estas devem ter e desrespeitando as variadas preferências eleitorais que existem nas bases. Mas não há o menor motivo para se tirar, desta premissa verdadeira, a conclusão, absolutamente falsa e desastrosa, de que o movimento popular está condenado a uma postura de neutralidade ou de indiferença diante da batalha eleitoral.

Em primeiro lugar, os dirigentes do movimento popular, **enquanto cidadãos e enquanto lideranças**, têm todo o direito e até a obrigação de se engaja-

rem de corpo e alma na campanha, empenhando nela todo o seu prestígio, a sua capacidade, o seu talento. O instrumento de organização para isso são os **Comitês da Frente Brasil Popular**, ou **Comitês Pró-Lula**, que se constituem **paralelamente** à estrutura das entidades, até o nível de base, nos locais de trabalho, de moradia e de estudo.

Isto implica num redirecionamento de energias? Sim, e até num redirecionamento drástico. Significa que as lutas cotidianas devem ser postas de lado? Não, de forma alguma. O que se exige de nossa valerosa militância sindical e popular é um **esforço suplementar**, um tensionamento de todos os músculos, para dar conta de uma dupla tarefa: tocar as lutas do dia-a-dia, que continuam e que crescem, e **ao mesmo tempo** mostrar sua conexão com a campanha presidencial e fazê-las desaguar no fortalecimento da candidatura Lula.

Em segundo lugar, as próprias entidades de massas, enquanto tais, têm um papel de relevo a desempenhar na campanha presidencial. Cabe a elas entrar no debate dos problemas nacionais, confrontar as propostas em pauta com suas próprias plataformas de luta, incentivar a participação consciente do povo e manter elevada vigilância para responder com vigor a qualquer tentativa de violação das regras democráticas no processo sucessório.

A virada tem prazo fixo e apertado...

O desafio que se coloca é conseguir a **tempo** esta virada mobilizadora. Eleição é uma forma específica de luta política e social, que tem, entre outras particularidades, prazo fixo e inadiável para seu desenvolvimento e desfecho. Se, no ano passado, a campanha de Luísa Erundina tivesse se atrasado uns poucos dias mais, Paulo Maluf seria hoje o prefeito de São Paulo.

Faltam menos de cinco meses para o 15 de novembro. Será possível vencer o desafio? Confiamos que sim, porque processos como este funcionam segundo o esquema da bola de neve — uma vez iniciados, adquirem força própria e não há quem os segure. Mas isso depende de tomarmos consciência do problema e arregaçarmos imediatamente as mangas para enfrentá-lo e vencê-lo.

* Jornalista, colaborador da *Classe em São Paulo*



A luta grevista toma corpo, mas precisa superar os limites do economicismo



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CRÔNICA

DE BRASÍLIA

Lei de Greve é atentado à nova Constituição

Moacyr de Oliveira Filho*

A truculência e o rolo compressor armado pelo presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, foram os principais responsáveis pela aprovação de uma das mais arbitrárias leis sobre a greve da história brasileira. Desconhecendo todos os acordos prévios firmados pelas lideranças e desrespeitando o poder soberano do plenário do Congresso, o senador conseguiu a proeza de forçar, praticamente sozinho, a aprovação do substitutivo do senador Ronan Tito à Medida Provisória nº 59, editada pelo Planalto. Foi uma sessão vergonhosa, que contou com o beneplácito e o aplauso dos líderes do PMDB e do PFL. Aos partidos progressistas restou apenas o direito de protestar contra a forma absolutamente irregular com que a votação foi conduzida.

Com isso, o direito de greve garantido pela Constituição, sofreu graves e duras limitações. O texto aprovado pelo Congresso, na verdade, restringe bastante o direito de greve, ao incluir entre os serviços essenciais a compensação bancária e os transportes coletivos, entre outros e ao admitir que os Tribunais Regionais do Trabalho julguem a procedência ou não das reivindicações apresentadas pelos movimentos grevistas. Com isso, a lei antigreve agora aprovada abre um perigoso precedente para que as greves sejam julgadas legais ou ilegais. Como se isso não bastasse, o texto ainda admite a intervenção direta do governo para suprir as necessidades básicas da população, no caso de os grevistas não atenderem, além de admitir a possibilidade legal de as empresas contratarem empregados em substituição aos grevistas. O texto da Lei de Greve aprovado pelo Congresso, com o aplauso dos partidos conservadores, entre eles o PMDB que, através de seu líder, Ibsen Pinheiro, elogiou da tribuna a forma autoritária com que o senador Nelson

Carneiro conduziu a votação, é um golpe contra o direito de greve garantido e conquistado na Constituição. Aos trabalhadores cabe agora aumentar e intensificar as mobilizações para defender seus direitos, a despeito dessa lei autoritária.

O deputado federal Aldo Arantes, vice-líder do PCdoB, apresentou na semana passada Projeto de Lei Complementar dispendo sobre o processo de rito sumário para as desapropriações por interesse social de imóveis rurais para fins de reforma agrária. O projeto estabelece a desapropriação por interesse social de imóveis rurais que não estejam cumprindo função social e determina prazos ágeis para a imissão de posse, facilitando e agilizando os processos de desapropriação para fins de reforma agrária. O projeto do deputado Aldo Arantes, se aprovado, representará um poderoso instrumento para a execução da reforma agrária em nosso país, mesmo com as limitações impostas pela Constituinte em relação às propriedades produtivas.

O deputado Francisco Pinto, da esquerda do PMDB, está cada vez mais descontente com os rumos da campanha do candidato do seu partido, Ulysses Guimarães, à Presidência da República. O descontentamento do deputado baiano não é motivado apenas pela forma centralizada com que a turma do poire conduz a campanha, mas principalmente pela inconsistência das propostas peemedebistas, pela identificação de Ulysses com o governo Sarney. Essa insatisfação já foi expressa diversas vezes ao próprio Ulysses, inclusive numa das últimas reuniões da executiva do partido, quando Chico Pinto virou-se para o candidato do PMDB e falou: "Dr. Ulysses, se lhe colocarem um bigode, o sr. fica a cara do Sarney."

* Jornalista, correspondente da Classe em Brasília

A FBP continua avançando

Com a presença de mais de mil pessoas, no último dia 14 de junho foi formada a coordenação estadual da Frente Brasil Popular no Rio Grande do Sul. O ato, dirigido pelo deputado estadual Selvino Heck, do PT, e pelo membro da Executiva estadual do PCdoB, Adalberto Frasson, foi realizado no auditório da Assembléia Legislativa.

Delegações do interior anunciaram o lançamento da Frente Brasil Popular em vários municípios, como Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Cachoeirinha, Ijuí e Cruz Alta.

A coordenação estadual da FBP é bastante ampla. Seu núcleo é composto por dois dirigentes de cada partido integrante da frente e por Vasco Prado (artista plástico), Jair Kirsch (Movimento de Defesa dos Direitos Humanos), Olga Araújo (Movimento de Defesa dos Direitos dos Trabalhadores na Constituinte Estadual), Cristóvão (jogador do Grêmio e da seleção brasileira de futebol) e o professor Ivo Bender (teatrólogo).

A Frente Brasil Popular também cresce no Amazonas. No último dia 14, mais de cinco mil pessoas se reuniram na praça da Saudade, em Manaus, para assistir ao comício do candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

No comício, Lula disse que a reforma agrária é a condição básica para diminuir a mortalidade infantil, o analfabetismo e gerar mais emprego e alimento para a população. Descartou a possibilidade de realizar essa aspiração do povo brasileiro se o candidato for um representante dos latifundiários e dos empresários. "Nós da Frente Brasil Popular queremos dizer que de todos os candidatos, o único que tem o compromisso de fazer a reforma agrária é o da Frente Brasil Popular."

Ao se referir à dívida externa, Lula disse que ao assumir

a Presidência da República suspenderá seu pagamento. Adiantou que não agrada ao grande capital e lembrou ter dito o mesmo aos banqueiros norte-americanos em sua recente viagem aos Estados Unidos.

Sobre a região amazônica, Lula disse que é necessário o seu desenvolvimento compatibilizado com a preservação da natureza. Criticou a construção de grandes hidrelétricas e a distribuição de moto-serras promovida pelo governador do Estado, Amazonino Mendes. "Somente nós, da Frente Brasil Popular, temos uma política de desenvolvimento para a Amazônia, mas pensando ao mesmo tempo na sua preservação", salientou.

O candidato da Frente Brasil Popular criticou as pesquisas encomendadas pelos meios de comunicação. "Não adianta essas empresas trabalharem contra nossa candidatura, nem dizerem que o Lula está caindo nas pesquisas porque é favorável às greves, pois eu vou continuar favorável às greves, independentemente das pesquisas."

Falaram ainda no comício da Frente Brasil Popular o coordenador geral da União da Juventude Socialista no Amazonas, Delciney Oliveira; o representante regional do PT, Ricardo Moraes; os vereadores João Pedro e Vanessa Grazziotin, do PCdoB, seu presidente regional, Eron Bezerra; o prefeito de Campinas (SP), Jacó Bitar; o representante da direção nacional do PCdoB, João Batista Lemos e dirigentes de entidades populares.

A campanha sucessória começou a tomar corpo no Rio de Janeiro, com a viagem de Lula a este Estado, no último dia 20. O candidato da Frente Brasil Popular participou de debates, atos pú-

blicos e fez contatos políticos. Um dos atos públicos mais importantes do candidato foi o que se realizou em protesto à intervenção governamental no Hospital da Lagoa, depois da demissão do diretor eleito pelos funcionários, Waldiney Oliveira.

Desde a sua chegada até o último compromisso do dia, já na madrugada, uma reunião com jornalistas políticos dos principais órgãos de comunicação da capital carioca, Lula manteve uma postura ampla e de defesa intransigente da Frente Brasil Popular, representativa das forças progressistas do país. Acompanhado da deputada estadual Jandira Feghali, do deputado federal Edmilson Valentim e do vereador Edson Santos, todos do PCdoB, além da presidente da Executiva Regional desse partido, Maria Dolores, e de representantes e parlamentares do PT e do PV, Lula declarou que "não medirá esforços para manter a frente".

Questionado sobre sua preferência pessoal para seu companheiro de chapa, Lula observou que o seu vice deve ser escolhido consensualmente pela frente, cabendo a ele apenas encaminhar o que for acertado pelos quatro partidos. Ele fez questão de ressaltar o papel desempenhado pelo PCdoB na construção e manutenção da Frente Brasil Popular e elogiou a visão de unidade dos comunistas.

Em relação à política econômica do governo, Lula foi enfático, responsabilizando-o pela situação de penúria por que passam os trabalhadores. "É uma irresponsabilidade do governo Sarney e dos seus ministros fazer cair sobre os ombros dos trabalhadores o peso da crise", disse. Sobre as greves, o candidato argumentou que elas existem devido à difícil situação da classe trabalhadora. (Das sucursais)

Vanessa Grazziotin fala em nome do PCdoB no comício de Manaus.



Caravana da Frente Brasil Popular em campanha nas fábricas do Amazonas

As sucessões na história

1910—1922 — Trinca-se o edifício oligárquico

José Carlos Ruy*

A engenharia política armada por Campos Sales e pelas oligarquias foi capaz de eleger presidentes sem grandes problemas até Afonso Pena. O conchavo das elites, contudo, deixava à margem das decisões políticas setores sociais muito importantes que, aos poucos, foram crescendo, aumentando sua força e alimentando dissidências oposicionistas cada vez mais ousadas.

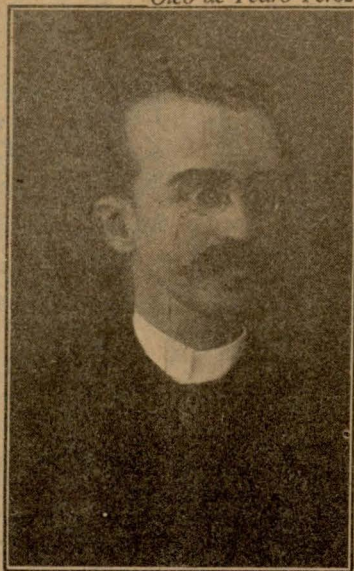
Dentro do velho espírito café-com-leite, Afonso Pena tentou articular a candidatura do ministro da Fazenda, David Campista, que era paulista. Foi uma escolha infeliz, que feriu suscetibilidades de muitos chefes políticos em consequência principalmente de o candidato ser considerado muito jovem para o cargo — ele tinha quarenta e seis anos de idade.

O marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, não aceitou a indicação, da mesma forma que alguns chefes políticos mineiros. Era a cisão na oligarquia daquele Estado. Os mandões locais dissidentes aproximaram-se de Pinheiro Machado, um senador gaúcho com notável capacidade de liderança e com muitos aliados entre os "coronéis" dos outros Estados, principalmente no Nordeste. Contra a indicação palaciana, Pinheiro Machado articulou então a candidatura de Hermes da Fonseca, em 1909. Como Afonso Pena morreu antes de terminar o mandato (14 de junho de 1909), o vice, Nilo Peçanha, assumiu e, embora se declarasse neutro em relação à sucessão, apoiou discretamente a candidatura de Hermes da Fonseca, que também tinha o apoio do velho líder paraense e florianista, Lauro Sodré. Republicano histórico, Nilo Peçanha foi abolicionista e constituinte em 1891, aproximando-se dos jacobinos e dos florianistas. Sua curta permanência na Presidência da República foi fator decisivo para a primeira derrota da oligarquia paulista, em muitas décadas.

Oligarquias divididas

São Paulo e Minas Gerais foram rachados para aquela campanha presidencial. Os mineiros acertaram-se com os gaúchos de Pinheiro Machado e seus aliados, unindo-se em torno da candidatura Hermes da Fonseca, que passava a ter cores oficiais. A oligarquia paulista, por sua vez, abandonou a candidatura Campista e lançou o baiano Rui Barbosa, com apoio da Bahia e do Rio de Janeiro. Hermes da Fonseca significava, para os paulistas, a volta do radicalismo florianista e jacobino que havia sido varrido do poder desde Prudente de Moraes. Assim,

Óleo de Pedro Perez



Rui Barbosa (esq.) — campanha civilista contra o Marechal Hermes da Fonseca



liderada por Rui Barbosa, foi iniciada uma violenta campanha contra o caráter militar da candidatura de Hermes da Fonseca: a campanha civilista, cujo comando era partilhado com o governador paulista, Albuquerque Lins. Dirigida por oligarcas, a campanha civilista tinha, contudo, uma faceta liberal que empolgou, pela primeira vez na história republicana, grandes massas urbanas. Nunca antes um candidato à presidência havia ido às ruas, praças e teatros disputar o voto popular em comícios muito concorridos como os de Rui Barbosa. Eles ocorreram principalmente em São Paulo, Minas, Bahia e Rio de Janeiro, numa pregação antimilitarista cujo objetivo foi definido por Rui Barbosa num discurso: "A nação governa. O Exército, como os demais órgãos do país, obedece. Nesses limites é necessário, é inestimável, o seu papel; e na observância deles reside o seu segredo, a condição de sua popularidade. O Exército certamente o sabe. Não quererá outra função." A escolha do ministro da Guerra, dizia ele, seria "um passo em sentido oposto".

Hermes da Fonseca foi o eleito, contudo. Ele era apoiado por forças contraditórias: uma delas eram jovens militares inconformados com a corrupção e os desmandos das oligarquias, que pretendiam depor pelas armas. Outra força eram as próprias oligarquias, simbolizadas na figura de Pinheiro Machado. Hermes da Fonseca, sobrinho do marechal Deodoro, era um militar que ainda mantinha algumas das velhas convicções, como a de que só a espada era um instrumento eficaz para corrigir o velho organismo político corrompido. Além disso, ele era extremamente sensível ao espírito corporativo que se fortalecia no Exército, levando muitos militares a se oporem às oligarquias porque elas dificultavam a modernização da força armada e, mais grave, mantinham forças militares

que rivalizavam com o poder militar do governo federal. Certa vez, Hermes da Fonseca sintetizou essa situação afirmando que "as situações políticas passam, e o Exército fica".

Essas convicções foram colocadas em prática durante seu governo, quase sempre por pressões de militares "moralizadores": foi a chamada política de "salvações", quando o governo federal interviu em todos os Estados do Norte, do Amazonas ao Espírito Santo, depondo os grupos dominantes e substituindo-os pelas respectivas oposições. Na ausência de uma autêntica democracia e, principalmente, na falta de mobilização política do povo capaz de dar um verdadeiro conteúdo antioligárquico às mudanças do poder que os "salvacionistas" promoviam de cima para baixo, o resultado dessa política acabou sendo apenas uma rotação interoligárquica na qual os dominantes trocavam suas posições de governo e oposição, e o povo — as classes médias urbanas, a pequena burguesia, os funcionários, os intelectuais, os militares, os operários, os trabalhadores rurais — permaneciam à margem de todo o processo.

Apesar de não intervir nos Estados do Sul, o "salvacionismo" afastou Hermes da Fonseca de Pinheiro Machado que, ao final do mandato presidencial, tentou articular a candidatura de Campos Sales, um político que, segundo pensava, teria capacidade para recolocar a política no velho trilho oligárquico. Entretanto, Campos Sales morreu e, em seu lugar, surgiu a candidatura do próprio Pinheiro Machado, que encontrou forte oposição em Minas, Maranhão, Ceará e outros Estados. O escolhido para resolver o impasse das elites e ocupar a Presidência foi então o próprio vice, o mineiro Venceslau Brás, que assumiu em 1914, restabelecendo a política do café-com-leite.

A monotonia do domínio São Paulo-Minas voltou, e Venceslau Brás conseguiu indicar seu sucessor, o paulista Rodrigues Alves, em 1918. O velho político conservador, porém, morreu antes de assumir, e a presidência ficou interinamente com Delfim Moreira, até a convocação de nova eleição, em 1919. O grupo de Nilo Peçanha lançou Rui Barbosa, agora sem o apoio paulista. Ele tentou repetir a campanha civilista, sem êxito. A oligarquia lançou — e elegeu — Epitácio Pessoa, político oriundo de um pequeno Estado — a Paraíba — que parecia o candidato ideal: antigo partidário de Deodoro, adversário de Floriano, e ex-ministro da Justiça de Campos Sales, do qual foi uma espécie de coordenador da política dos governadores. Além disso, ele havia obtido grande respeito nacional e internacional ao substituir Rui Barbosa na chefia da delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes, em 1919. Ele assumiu em julho de 1919.

A oligarquia conseguiu impor seu candidato, mas a indicação de Epitácio Pessoa foi a última eleição tranqüila da República Velha. O próprio governo de Epitácio foi conturbado por uma oposição militar e civil crescente.

Surge o tenentismo

A luta contra a oligarquia crescia, com forte repercussão entre os militares mais jovens — os "tenentes" — que, em 1922, foram protagonistas do episódio inaugural do ciclo de lutas que levaria ao fim da República Velha: o levante dos 18 do Forte, ocorrido no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1922. Os rebeldes queriam o fim do governo Epitácio Pessoa e a convocação de eleições livres com voto secreto, entre outras medidas moralizadoras. Um grupo de dezessete soldados e um civil levou a insurreição até as últimas conseqüências e, por não se render às tropas legalis-

tas, foram massacrados na praia de Copacabana.

No governo Epitácio Pessoa, as rachaduras do velho edifício oligárquico aprofundaram-se e tornaram-se irreversíveis. O historiador Edgard Carone, no livro "Revoluções do Brasil contemporâneo", diz que "o predomínio político das oligarquias rompe-se em alguns Estados graças a divergências que resultaram na formação de oposições saídas delas próprias". Em São Paulo, a dissidência organizou-se originalmente em torno de Júlio de Mesquita e do jornal "O Estado de S. Paulo"; mais tarde, esse grupo organizou o Partido Democrático de São Paulo. No Rio Grande do Sul, a dissidência foi liderada por Assis Brasil e alguns caudilhos, contra o domínio total de Borges de Medeiros; esse grupo foi quem organizou o Partido Libertador naquele Estado. Na capital federal, a oposição organizou-se em torno do jornal "O Correio da Manhã", de Edmundo Bittencourt.

"Estas divergências crescem com o correr dos anos — diz Carone — mas o seu protesto consiste em usar timidamente um programa patriótico, jurídico e moralista: patriotismo e serviço militar, continuando a campanha liderada por Olavo Bilac (a favor do serviço militar obrigatório — JCR); difusão da instrução e voto secreto e obrigatório; incorruptibilidade que, como ideal mítico, torna-se a identificação das oposições, distinguindo-se das corruptas classes dominantes."

Ignorância das elites

Essa dissidência continuou tendo o mesmo vício de origem, desde seus primeiros passos, no começo da República: a idealização dos militares como instrumento para intervenção social e política, a ênfase nos aspectos puramente jurídicos e institucionais das mudanças necessárias e a cegueira diante de um protagonista que, cada vez mais, irrompia com força no cenário político: a classe operária, que se manifestava através de grandes greves, de 1906 a 1917, e da crescente organização política (que levou à fundação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil). "Em relação ao problema operário — diz Carone — sua ignorância é praticamente total. O fato de se reunir o Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista em 28 de julho de 1917, dias após o término da famosa greve operária, e de não ter havido em seus debates e programa o mínimo interesse pelo problema, mostra a tendência e mentalidade dessa Presidência agrário-burguesa."

* Cientista político, redator do jornal "Retrato do Brasil" e colaborador da "Classe".

Rogério Magri, o ICT e a CIA

Altamiro Borges*

Quem está por trás de Antonio Rogério Magri? Esta pergunta passou a despertar ainda maior interesse com a recente eleição deste "sindicalista" para a presidência da combalida CGT. Isto porque Magri, que também preside o Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, não ganhou por acaso e nem sozinho a direção desta central. Ele mesmo se vangloria de ter recebido muito dinheiro e de ter contado com pesado aparato para garantir a vitória no congresso na CGT em abril passado.

As pistas para responder a questão acima são dadas pela própria trajetória de Magri. Algumas são mais evidentes, cristalinas. Afinal, ele é um dos principais expoentes do chamado "sindicalismo de resultados", uma articulação de pelegos que defende de maneira ativa os interesses do patronato. Mas isso é apenas a ponta do iceberg. Magri também é presidente do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), uma entidade financiada pelos EUA, e se diz porta-voz no Brasil da AFL-CIO — a central sindical americana que tem sólidos vínculos com as multinacionais.

Uma pesquisa mais aprofundada sobre o ICT e a AFL-CIO resulta numa resposta ainda mais espantosa sobre possíveis ligações de Magri. Ela conduz, com farta documentação, à CIA — a poderosa central de espionagem dos EUA, responsável por assassinatos, atentados, sabotagens, golpes de Estado e outras iniciativas para perpetuar o saque imperialista no mundo inteiro.

Central imperialista

A postura patronal da AFL-CIO é antiga e bastante conhecida. Desde o momento em que os EUA se transformaram num país imperialista, no final do século passado, o grosso do sindicalismo americano passou a defender a conciliação de classe e a exploração de outros povos. De forma pragmática, procurava garantir algumas migalhas para a aristocracia operária norte-americana a partir da feroz extração de mais valia dos trabalhadores dos países dependentes.

Com essa concepção burguesa, a central sindical americana, na época apenas AFL (American Federation of Labor), apoiou a invasão das colônias espanholas na América Central, fez ostensiva campanha

contra a revolução operária na Rússia em 17 e organizou comitês de apoio aos nazistas quando da invasão da União Soviética na II Guerra Mundial.

Mais recentemente, já como AFL-CIO (*Congress of Industrial Organizations*), aprovou no congresso de São Francisco, em 1965, o "apoio incondicional" à política de guerra dos EUA no Vietnã, determinando inclusive aos sindicatos filiados que se transformassem em sedes de alistamento militar. Quando da revolução sandinista, a central sindical ianque se posicionou em favor dos contra-revolucionários somozistas e propôs o boicote econômico ao novo governo da Nicarágua.

Esse pequeno apanhado histórico por si só já explica o notório envolvimento da AFL-CIO com a Agência Central de Informações dos EUA, a CIA — fundada em 1947. Ambas as instituições possuem os mesmos objetivos de rapina. Não é para menos que a própria imprensa americana e alguns sindicalistas dissidentes já denunciaram o fato do Departamento de Relações Internacionais da AFL-CIO ter se transformado num biombo da CIA. Um dos organizadores desse departamento, Jay Lovestone, durante longos anos fez parte da folha de pagamento do serviço de espionagem dos EUA.

Agentes infiltrados

Para interferir no sindicalismo mundial, difundindo sua política de conciliação de classes e de defesa do capitalismo, a AFL-CIO criou inúmeros instrumentos — sempre em ação conjunta com a CIA. Um deles foi a ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores), fundada em 1951 como seção da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl) na América Latina. Apesar das disputas com a socialdemocracia européia no interior da Ciosl, a ORIT desde o início foi sustentada e manipulada pelo sindicalismo americano. Seu principal organizador foi Serafino Romualdi, ex-assessor do banqueiro Nelson Rockefeller e conhecido como o mais atuante agente da CIA no sindicalismo latino-americano.

Além disso, a AFL-CIO criou as suas próprias instituições — independentes da central mundial a que está filiada. Uma delas, o Iadesil (Instituto

Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), causou enormes estragos no Brasil e em outros países do continente. Fundado em outubro de 61, novamente pelas mãos de Romualdi, esse órgão foi responsável pela formação de milhares de dirigentes sindicais pró-americanos, pela divisão do sindicalismo em vários países e por incontáveis ações conspiratórias contra governos democráticos.

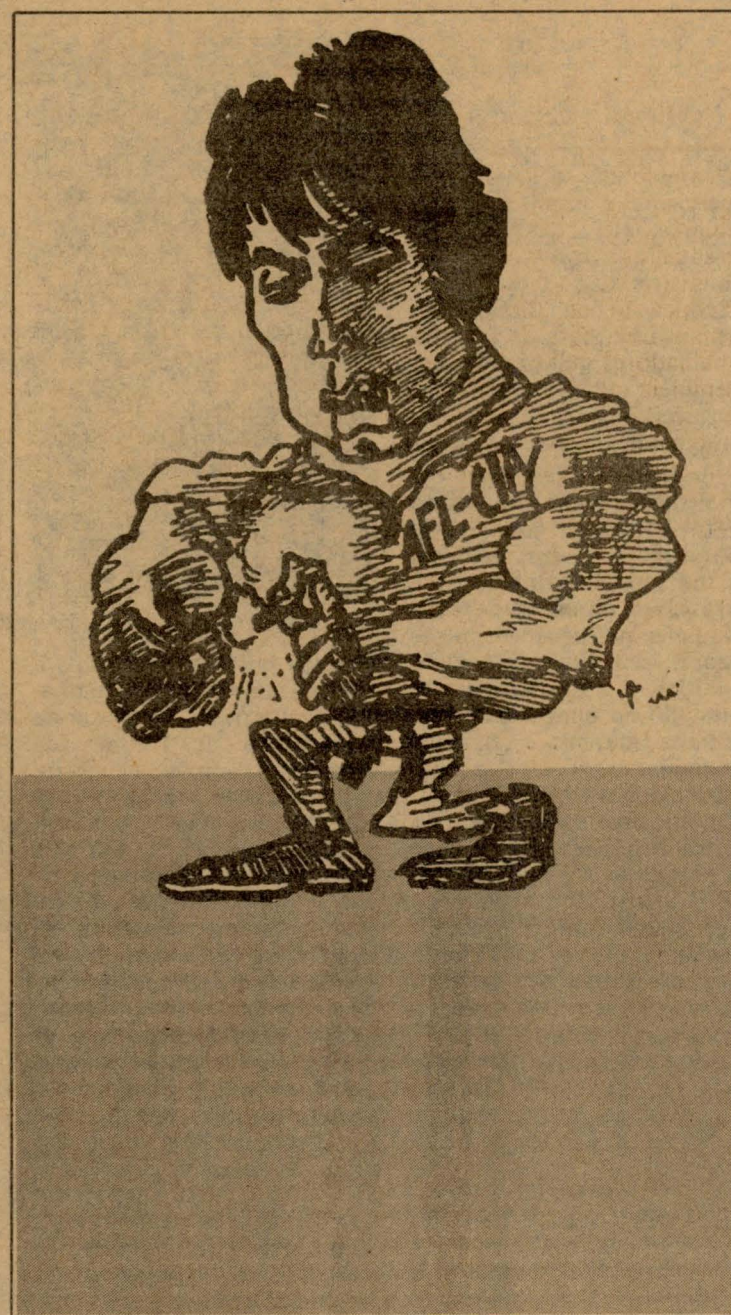
Até hoje esse instituto é dirigido e financiado pela AFL-CIO, pelo Departamento de Estado dos EUA e pela *Council of America* — uma entidade que congrega as principais empresas multinacionais com investimentos no continente. Seu objetivo, segundo o primeiro presidente do organismo, o magnata americano Peter Grace, seria o de "estimular a cooperação entre os trabalhadores e as direções das empresas e o fim da luta de classes".

Elogiando a AFL-CIO durante uma conferência, o próprio Grace afirmou que o Iadesil "é um exemplo proeminente do consenso nacional trabalhando de forma efetiva para o interesse dos Estados Unidos". Como resposta, ouviu de George Meany, ex-presidente da AFL-CIO, a seguinte declaração numa palestra para o *Council of America*: "Nós cremos no sistema capitalista e somos membros da sociedade capitalista. Somos dedicados à preservação deste sistema, que traz recompensas aos trabalhadores."

Por trás do Iadesil sempre existiu a sombra da CIA. Segundo o pesquisador Renê Dreifuss, "o grau de envolvimento do Iadesil com a CIA culminava com o fato de que Serafino Romualdi, enquanto no Iadesil, acumulava ainda o cargo de agente da Divisão das Organizações Internacionais da CIA. Através dessa divisão, Serafino Romualdi e William Doherty Jr. exerciam controle diário do Iadesil para a CIA". O próprio Romualdi não escondia essa articulação espúria. "O Iadesil é uma auspiciosa instituição com orçamento de milhões de dólares e ramificações em praticamente todos os países da América Latina e da região do Caribe."

Conspiração em 64

Uma dessas ramificações foi criada em abril de 63 no Brasil. Seu nome: Instituto Cultural do Trabalho (ICT). Seu organizador: Romualdi. Seus



objetivos: desestabilizar o movimento sindical; sabotar as greves e as lutas camponesas no Nordeste; coletar informações sobre o sindicalismo brasileiro; bombardear a luta pelo controle da remessa de lucros para os EUA e contra a imperialização ianque; formar um núcleo de dirigentes sindicais de direita; preparar o clima para o golpe militar de 64. Em cerca de um ano, o ICT treinou aproximadamente 12 mil "sindicalistas" — alguns destes inclusive fizeram cursos especiais de três meses na *Front Royal Institute*, na Virgínia (EUA), com tudo pago.

Essa ação conspiratória trouxe resultados positivos para o imperialismo ianque. William Doherty, diretor executivo do Iadesil, chegou a se gabar poucos dias após o golpe pelo seu trabalho no Brasil. Segundo afirmou numa palestra, alguns dos sindicalistas brasileiros treinados pelo ICT-Iadesil foram tão ávidos que se tornaram intimamente envolvidos em algumas das operações clandestinas da revolução an-

tes de seu acontecimento em 1º de abril. O que houve em 1º de abril não ocorreu por acaso — foi planejado — e planejado com meses de antecedência. Muitos dos líderes sindicais, alguns deles em verdade treinados em nosso instituto, estavam envolvidos na revolução e na derrubada do regime de João Goulart".

LIVROS CONSULTADOS

- * A CIA e o Movimento Operário Americano — George Morris — Editora Civilização Brasileira.
- * 1964: A Conquista do Estado — René Armand Dreifuss — Editora Vozes.
- * A Internacional Capitalista — René Dreifuss — Editora Espaço e Tempo.
- * Diário da CIA — Philip Agee — Editora Circulo do Livro
- * Veil: As Guerras Secretas da CIA — Bob Woodward — Editora Best Seller
- * Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica — Silvia Maria Manfrotti — Editora Loyola
- * jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Profissionais da educação formam um sindicato único na Bahia

Miguel Lucena*

Professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, além de serventes, merendeiras e pessoal de apoio administrativo da rede pública de educação da Bahia, que formam uma base de 200 mil trabalhadores, reuniram-se em assembléia massiva e tomaram uma decisão histórica: fundaram o sindicato único da categoria, que congrega agora todas as associações representativas destes profissionais.

A assembléia foi realizada no dia 9 passado, no Cine Nazaré, em Salvador e foi dirigida pela Associação dos Professores Licenciados da Bahia — APLB — a maior entidade do estado e a quarta maior da área de educação no Brasil, que tem uma experiência vitoriosa de organização e serve de exemplo para o movimento sindical brasileiro.

O processo de integração entre profissionais de educação iniciou-se em 85, com a vitória da atual diretoria — cujo lema foi “Muda APLB” — e que unificou nas lutas as diversas entidades da área. Mas foi somente a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição do país e a garantia da liberdade de organização sindical, que se criou o fórum que culminou com a fundação do novo sindicato.

A presidente da APLB, e agora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia, Maria José Rocha Lima (Zezé), que também é vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE — na região Nordeste II, e membro do secretariado nacional da Corrente Sindical Classista (CSC), concedeu entrevista à **Classe**, onde relatou a experiência histórica da entidade que dirige.

“A APLB”, diz a sindicalista, “sempre teve uma marca de independência em relação aos governos e foi, na Bahia, uma trincheira de resistência ao regime militar. No entanto, sua antiga direção tinha uma prática cupulista, fato que se agravava face às dificuldades conjunturais. Esta visão equivocada de organização restringia a entidade à capital, não buscando a interiorização e não valorizando a base.”

Entidade de luta

Fundada em 1954, a APLB só conseguiu reunir 2.800 sócios até 1985. Com a vitória da chapa encabeçada por Maria José, a entidade viveu um fenômeno de crescimento: em apenas um ano, cresceu 400%. E de 86 até o início deste ano alcançou 30 mil sócios.

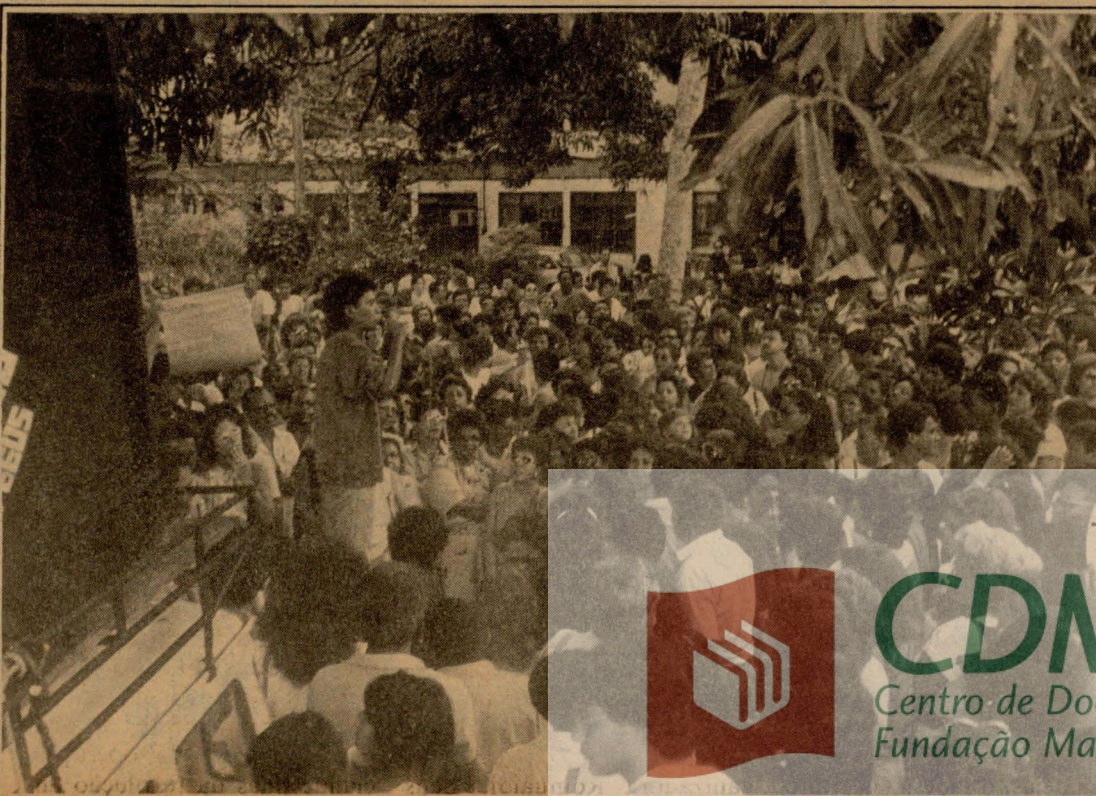
Segundo Luiz Gavazza, diretor para assuntos municipais do novo sindicato, “o descaso do governo para com a educação e a sua intransigência provocaram sucessivas greves de professores. Os governantes se aproveitavam da desarticulação existente entre pais, alunos e educadores para jogar a comunidade contra os movimentos que realizavam”.

Neste quadro a APLB procurou unir professores, pais e estudantes para enfrentarem juntos a crise, fortalecendo sobremaneira o movimento. O resultado deste trabalho de de-

núncia do caos que tomou conta da educação na Bahia foram duas grandes marchas em Salvador, com cerca de 15 mil estudantes e educadores.

Logo após a posse da diretoria, em 85, a APLB construiu a maior greve da história sindical da Bahia, que durou 48 dias e conseguiu envolver personalidades destacadas, entre as quais o cardeal don Avelar Brandão Vilela (já falecido), ex-arcebispo primaz do Brasil. Ele foi o principal intermediador das negociações entre os professores e o governo estadual. Conquistou-se nesta luta

Neilson M. Campos



Greve dos professores em Salvador: a APLB fez um apreciável trabalho de organização

a destinação de 30% da carga horária de trabalho para planejamento e estudo.

Enraizada em todo o Estado, a APLB conta com 320 núcleos organizados no interior e 45 zonais, transformadas em delegacias sindicais. A Associação dos Professores Licenciados da Bahia, agora sindicato, possui a marca do sindicalismo classista, democrático e combativo, combinando a luta econômica imediata da categoria com as lutas políticas e populares.

Ciclo de campanhas

Foram várias as campanhas promovidas pela APLB em defesa da educação. De 85 a 87, ela sustentou o “SOS Educação” e em 88, com intensas mobilizações, passeatas e debates, levou a cabo a campanha “Chega de angústia na educação”. Foi reativado o movimento em defesa da escola pública, tendo como referência as lutas anteriormente travadas por Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e outros pioneiros da educação.

Com este objetivo, a APLB teve a iniciativa de produzir vídeos através dos quais denunciava a desativação da escola pública no Brasil. Atualmente é desenvolvida uma campanha que tem como tema “Educação — quem precisa sabe que não mudou” — e significa uma resposta à política de descaso do governo da Bahia para com a escola pública.

“A rede pública de ensino está abandonada. As escolas são invadidas por assaltantes e não há a mínima segurança, faltam no Estado 270 mil carteiras, 3 mil das quatro mil es-

colas existentes funcionam precariamente e 50% da população é analfabeta”, denunciou a presidente do sindicato.

A APLB já elaborou relatórios sobre a situação de 123 escolas de Salvador e 45 de Itabuna. As visitas às unidades de ensino prosseguirão e os resultados do levantamento serão encaminhados ao Conselho Estadual de Educação e ao governo do Estado, objetivando a solução de pelo menos parte dos problemas.

Lutas imediatas

Luiz Gavazza destaca que o novo sindicato desenvolve sua luta neste momento em duas questões: a participação e discussão sobre educação e a garantia das conquistas obtidas pelos profissionais de ensino na nova Constituição, destacando-se o plano unificado de cargos e salários e o piso salarial nacional.

“Estamos promovendo uma grande campanha para fazer um diagnóstico da educação na Bahia e exigimos a imediata aplicação da lei, com a destinação de 25% do orçamento dos municípios para a educação e não permitindo que nenhum trabalhador da área receba abaixo do mínimo profissional”, diz o dirigente sindical.

Além disto, a entidade participa ativamente das discussões sobre educação travadas na Constituinte estadual e destacou-se no último seminário da CNTE, realizada em Salvador e presidida por Zezé e Rui Oliveira.

No seminário discutiu-se educação, sindicalismo e lutas atuais. Participaram do evento o secretário geral da CSC, Sérgio Barroso; o dirigente da CSC na Bahia, Renildo de Souza; o presidente estadual da CUT, José Primo; a deputada federal Lidice da Mata — PCdoB-BA; os vereadores de Salvador Daniel Almeida — PCdoB; Jerassina Aguiar — PT; o deputado federal Jorge Hage — PSDB-BA; e João Monlevade, 1º secretário da CNTE, além de educadores.

O seminário aprovou a “Carta de Salvador”, que destaca a luta dos educadores pela escola unitária, a necessidade de participação na sucessão presidencial apoiando os candidatos populares e progressistas e o repúdio à repressão promovida pelo ex-governador Fernando Collor contra os demais servidores públicos em Alagoas.

*jornalista, colaborador da Classe



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

O "moderno" em defesa do antigo

Rogério Lustosa*

Na construção da frente de esquerda, entram freqüentemente em choque duas concepções distintas. Uma trabalha por um amplo movimento de massas, para elevar o nível de organização e de consciência dos trabalhadores. Outra, com horizontes estreitos, visa principalmente marcar posição. E, para justificar suas concepções, diz-se defensora de um "socialismo moderno", contra a "esquerda antiquada."

O VELHO E O NOVO

O "moderno" seria a afirmação de comportamentos, à margem da luta de classes, contra a concepção marxista, acusada de só ver ideologias e política em tudo. Seria a negação dos partidos proletários, de combate, e a defesa de aglomerados amorfos, sem disciplina, nem de esquerda nem de direita, comprometidos apenas com a "vida". Este pretense modernismo prega com ardor o "fim de todos os preconceitos".

É razoável imaginar o predomínio de comportamentos avançados e sentimentos autenticamente livres numa sociedade submetida à opressão e ao obscurantismo? Pode-se defender a vida em abstrato, sem combater o massacre capitalista? Aferrar-se a tais ilusões equivale à atitude dos monges que fogem da turbulência e retiram-se para a meditação em recantos tranquilos.

O MAIS MODERNO

Em política, trocar a convivência com as grandes massas e as tempestades da luta pelo poder pela atitude passiva das seitas significa, na prática, capitular diante das classes dominantes e deixar campo livre para perpetuar o seu arbítrio.

O mais moderno no Brasil hoje é a possibilidade concreta das massas populares se unirem, sem dependerem de alianças e acordos com setores liberais das classes domi-

nantes, e agirem de forma independente em defesa de seus interesses. E desta união ter condições reais de levar a uma vitória do povo contra as oligarquias na batalha da sucessão.

A conquista de um governo de esquerda extrapola em muito os limites eleitorais. Teria inclusive repercussão no movimento revolucionário além de nossas fronteiras. Aproximaria concretamente as condições para mudanças estruturais na sociedade brasileira e, com elas, conseqüentemente a superação de velhas concepções, superstições e preconceitos alimentados pela dominação burguesa.

Na discussão do candidato a vice, na chapa da Frente Brasil Popular, o predomínio desta visão sectária levaria à indicação de um nome que marcaria o fim do processo de união e ampliação das forças progressistas. Em vez de um movimento poderoso, capaz de interpretar o sentimento de vastos contingentes de trabalhadores, estudantes, intelectuais, a frente seria reduzida a um agrupamento fechado em si mesmo, incapaz de impor sua presença em plano nacional.

EFEITO BUMERANGUE

As classes dominantes estão no poder há muito tempo. Contam com enorme experiência política. Podem, inclusive, em determinadas condições, estimular e utilizar-se dos falsos modernismos para salvar seus privilégios burgueses.

O velho pode ser travestido de novo, para defender o antigo. O combate abstrato aos preconceitos, elevado à categoria de dogma, serviria de pretexto para incentivar os preconceitos anticomunistas e outros, contra a participação do povo na política. Fortaleceria, na prática, a idéia de que só as elites podem governar e que aos trabalhadores só resta gemer.

*Da direção nacional do PCdoB

Revolucionar os métodos de direção

Marcos Casteli Panzera*

A hora é de elevar a mobilização popular e intensificar o debate político. A crise do país se aprofunda, as massas se revoltam, constitui-se a Frente Brasil Popular como alternativa para derrotar as elites no pleito presidencial. Amplas possibilidades se apresentam para o avanço da luta popular. O Partido é chamado a jogar papel de destaque nessa conjuntura.

A tarefa organizativa que se coloca no momento é a consolidação da estrutura partidária, dos comitês e organizações de base, intensificando sua intervenção política e ampliando suas fileiras.

O êxito dessas tarefas dependerá, em boa parte, das direções partidárias. Cresce a responsabilidade das direções na proporção que cresce o Partido, sua intervenção e influência. É preciso ajustar os métodos de direção às exigências da luta e do crescimento do Partido.

Existem dois aspectos a respeito dos métodos de direção: um de forma, outro de conteúdo. A forma refere-se aos meios, à maneira como se faz, os instrumentos utilizados para dirigir. O conteúdo diz respeito à concepção do Partido que se pretende dirigir e construir. O conteúdo determina a forma.

Portanto, ao adequar os métodos de direção às novas exigências temos também que nos preocupar para que os mesmos contribuam na organização do Partido que queremos construir — do tipo leninista: Partido que se organiza em uma vasta rede de organismos estruturados, como destacamentos do proletariado para a luta de classes. E uma das nossas principais debilidades é a não consolidação da estrutura partidária, dos comitês e organizações de base.

Constatamos atualmente grande defasagem entre a dimensão do Partido e sua estru-

tura organizada. Defasagem que tem condicionado e limitado nossa intervenção política. Há também uma contradição entre um Partido que cresceu, ampliou seu campo de ação, e os métodos de direção ainda de um pequeno agrupamento, métodos que acabam por emperrar o desenvolvimento do Partido e de sua ação política.

Direções ágeis

Essas debilidades exigem uma análise crítica e autocrítica de nossos métodos de trabalho e direção, sendo necessário identificar as causas e encontrar as soluções para superá-las.

A conjuntura exige direções ágeis e eficientes e a intensificação da ação política em todas as frentes. E essa ação tem que ser desenvolvida pelo Partido organizado, com base nas OBs, nos comitês distritais e municipais. Não é suficiente que a ação política se restrinja a alguns dirigentes. As direções devem se esforçar para que todo o corpo do Partido se coloque em movimento. Dessa forma multiplicaremos nossa intervenção e nossa força. A revolução é obra de milhões, e para que esses milhões se impulsionem na perspectiva do proletariado, muito depende que as bases do Partido sejam numerosas e ativas.

Essas preocupações têm que se manifestar em métodos e medidas concretas. As direções têm que se apoiar nas organizações partidárias para desenvolver as atividades. Os secretários têm de atuar como comandantes de tropa, e não como soldados. Precisa-se dirigir de forma a dar oportunidade aos militantes e dirigentes de base fazer sua experiência, se formarem e capacitarem. E isso só será possível se forem assumindo responsabilidades e procurarem cumpri-las. Deve haver contato permanente com as bases, que precisam ser informadas, de forma a participar e contribuir com as discussões desenvolvi-

das, de modo a estimulá-las. As secretarias precisam atuar de forma mais profissional, formando comissões, rompendo com o espontaneísmo e o praticismo, buscando estudar, pesquisar, sistematizar as experiências, com vistas à elaboração de políticas, planos e orientações. As orientações devem ser transmitidas de forma explícita, com indicações concretas e em tempo hábil, através de comunicados e circulares. As secretarias devem atuar de forma articulada e estar integradas no esforço comum de impulsionar o Partido para a luta, combatendo-se o corporativismo que cinde a unidade partidária.

Um novo estilo

O ímpeto revolucionário e o espírito prático (vide Stálin) continuam sendo qualidades indispensáveis aos dirigentes comunistas: romper com o conservadorismo, a rotina e o burocratismo; não se deter diante das dificuldades; ser criativo na solução dos problemas; ter confiança no Partido e nas massas. É apoiando-se nesses dois elementos — partido e massas — que poderemos enfrentar os obstáculos que se interponham no caminho do avanço.

São alguns aspectos, que trabalhados na realidade de cada local, são importantes para atender às novas e crescentes necessidades da luta de classes.

A campanha eleitoral, para sua vitória, vai exigir um grande esforço das forças populares. O Partido Comunista do Brasil em sua longa história tem dado mostras de sua combatividade e resolução. Com base em sua larga experiência e armado de seu espírito revolucionário saberá enfrentar os novos desafios e cumprir o papel de vanguarda que está chamado a desempenhar.

*Secretário de Organização do Diretório Regional do Pará.



Um importante setor para a construção do Partido

Dynéas Fernandes Aguiar*

Intensifica-se o agravamento da crise no país. Ameaça de hiperinflação eminente, convulsão no sistema financeiro com a quebra de inúmeras corretoras de valores, descrédito das Bolsas, falência total do "Plano Verão", desabastecimento e elevação sem precedentes nos preços e nos juros bancários, crise no sistema habitacional com o déficit de moradias na ordem de 8 milhões de casas. O governo insiste em descarregar todo o peso da crise nas costas das massas trabalhadoras impondo mais uma vez o arrocho salarial.

Como não podia deixar de ser, essa crise reflete-se com grande intensidade no processo político da sucessão presidencial e no comportamento de todas as classes e camadas da população.

Para podermos dar resposta pronta e segura às situações que surgirão com a evolução desta crise precisamos ter uma visão global da situação nacional. Acompanhar de perto seus reflexos nas condições de vida e de trabalho das massas, seu estado de ânimo e disposição de luta.

O momento coloca na ordem do dia, como tarefa imediata e prioritária, a constituição de um amplo movimento unitário, popular e democrático, que permita conquistar transformações avançadas que a nação necessita.

O movimento popular

Quando falamos de um amplo movimento unitário, popular e democrático está evidentemente explícito que se trata de um movimento que abarque milhões de pessoas nas cidades e no campo.

A formação de um sólido movimento dessa envergadura exige não só um programa claro, preciso, compreensível para as massas mas, concomitantemente, formas de organização que permitam a sua mobilização e a condução correta de suas lutas.

A força e potência de tal movimento deve assentar-se na unidade programática e de ação das entidades que congregam as várias classes e camadas interessadas e dispostas à erradicação das causas que determinam a crise que atravessamos.

Em artigo anterior (CO nº 15) dissemos que "a incompreensão da importância das alianças com sólida base popular leva ao isolamento da classe operária e da sua vanguarda", uma vez que a direção política das massas trabalhadoras e populares é intensamente disputada tanto pelo proletariado como pelas classes dominantes. A história da luta de classes — em escala in-

ternacional e em nosso país — tem comprovado que essas massas são uma reserva estratégica tanto do proletariado como da burguesia. A disputa pela sua hegemonia é um importante aspecto na vitória desta ou daquela perspectiva. Ela define qual a saída que será dada para a crise — reformista e conciliadora ou revolucionária.

Não resta dúvida que, nestas circunstâncias, o esforço do proletariado para ganhar a direção do conjunto das entidades que representam os vários setores do movimento popular é um importante elemento de sua tática.

Características do movimento comunitário

A política de arrocho salarial e, particularmente, a especulação imobiliária, vem expulsando para a periferia das cidades grandes contingentes de trabalhadores do setor de serviços, funcionários públicos e operários especializados. Mesmo os que compõem os estratos inferiores da classe média não podem manter sua residência nos bairros mais tradicionais.

Hoje, em todas as capitais e nas maiores cidades do interior, existem os grandes conjuntos residenciais (COHAB) que são verdadeiras cidades satélites, como o de Itaquera em São Paulo.

Os bairros, vilas, povoados e conjuntos habitacionais têm sido palco de grandes lutas, algumas com alto nível de combatividade, resistindo às pressões das autoridades e, em particular, à violência policial, até conquistarem suas reivindicações e direitos.

No presente, a luta que mais se destaca é a da moradia, sendo a ocupação de terrenos, mantidos baldios pelos grandes proprietários com fins especulativos, uma das formas mais utilizadas com a mobilização de milhares de famílias. Outras batalhas com grande participação popular têm ocorrido por melhorias no transporte, atendimento na área de saúde e de educação e, ultimamente, na defesa do meio ambiente. Ignorar essas lutas ou omitir-se perante elas, seja pelos militantes, seja pelos dirigentes do Partido, é uma manifestação de miopia política e revela uma incompreensão de nossa tática.

Além desse caráter massivo, outra característica do movimento dos bairros é a presença ativa de todas as forças políticas. As entidades de moradores são pluripartidárias. Delas participam ativistas das mais variadas correntes e tendências. Em geral homens e mulheres combativos que são atraídos para a atividade política muitas vezes enganados e iludidos por promessas de par-

lamentares ou chefes de executivos que os utilizam como massa de manobra e cabos eleitorais.

Se soubermos atuar com paciência e espírito unitário, poderemos ganhá-los para a nossa política de frente-única, construindo dessa forma um amplo movimento unitário pela base. Nesse sentido precisamos superar o espírito estreito e sectário que tem levado ao isolamento do Partido em muitos locais. Nem sempre a filiação partidária dessas pessoas representa uma postura política e ideológica definida, mas apenas um fato circunstancial. Se difundirmos massivamente nossos documentos e propostas políticas, poderemos ganhar um grande número de aliados firmes e igualmente muitos poderão vir a ser nossos militantes.

Os principais fatores negativos que observamos no movimento comunitário são: o oportunismo e o carreirismo, o fisiologismo e a sua vinculação com os poderes. Para combater esses aspectos negativos precisamos compreender as suas causas objetivas.

Em geral é fruto de atraso político e cultural de grande parte de seus dirigentes. A burguesia sempre trata de cooptar para seus partidos as pessoas do povo que se destacam como lideranças de massas. Utilizam as suas carências e necessidades para atraí-las, enganando-as com falsas promessas ou mesmo atendendo a pequenas reivindicações pessoais. Alguns desses elementos tornam-se agentes da burguesia e dos governos e como tal procuram impedir as lutas das massas ou desviá-las do rumo correto. Grande parte, no entanto, nos momentos decisivos optam pela fidelidade à sua origem e acabam participando ostensivamente em lutas nas quais se defrontam com os dirigentes de seus partidos, seus parlamentares ou chefes dos executivos. Claro exemplo desse comportamento ou independência encontramos no fracasso da tentativa de cooptação do movimento comunitário pelo governo Sarney e a SEAC através do programa do leite. No momento que Sarney e a SEAC tentaram dividir o movimento de bairros através da criação da Cobram, contra a Conam, fracassou, e a resposta massiva das lideranças foi a participação de mais de 8 mil delegados no IV Congresso da Conam.

Com habilidade, firmeza e presença combativa nas entidades podemos neutralizar aquelas que se deixam corromper, e dessa forma atrair para o lado popular os dirigentes combativos e a massa em geral.

A atuação do partido

Muito tem se falado e escri-



Dynéas (no destaque): "Dar importância ao movimento popular"

to sobre a participação do Partido nas lutas do movimento comunitário e da presença dos comunistas nas entidades de moradores. É longa nossa história e rica a nossa experiência. No fundamental, tem sido bastante positiva a nossa atuação.

Mesmo tendo atravessado recentemente um período em que, por incompreensão das direções, houve certo abandono dessa importante frente, o Partido ainda é a principal força com presença no movimento de bairros. O recente IV Congresso da Conam o demonstrou. Levamos a maior bancada, cerca de 2.400 delegados. Foi a única força que teve realmente representação nacional. Tínhamos delegados em todas as bancadas estaduais.

O êxito alcançado no congresso da Conam não deve obscurecer o esforço que devemos continuar fazendo para superar nossas insuficiências e debilidades em nossa atividade no movimento de bairros.

A nível nacional, o secretariado do Comitê Central tomou as medidas necessárias para acompanhar mais de perto a atuação dos camaradas responsáveis por nossa presença nas entidades de moradores.

Os comitês regionais e municipais devem aproveitar o momento do balanço da bancada que compareceu ao IV Congresso da Conam para fazer uma análise crítica e auto-crítica de nossa atuação no movimento comunitário e em seguida tomar as medidas para corrigir os nossos erros, garantindo dessa forma uma presença mais organizada dos comunistas nas entidades que congregam essa importante parcela de nosso povo.

Para darmos conseqüência à correta compreensão do papel do movimento comunitário na formação da ampla frente popular e democrática precisamos, entre outras, tomar as seguintes medidas:

* Cada organismo dirigente — Comitê Regional, Comitê Municipal e Comitê Distrital — deve ter o encarregado para acompanhar a atuação do Partido no movimento comunitário;

* Os comunistas que dirigem ou atuam nas entidades, desde as de bairro às federações municipais, estaduais e nacional, devem organizar a fração responsável politicamente por nossa presença nessa entidade.

* Os comitês intermediários, em sua área de jurisdição, devem incluir em seus planos de consolidação da estrutura partidária os obs. de bairro e programar filiação de novos militantes, nos principais bairros, em particular nos conjuntos residenciais;

* As lutas dos moradores precisam ter um acompanhamento regular e permanente. Quando se avolumam e assumem proporções que ultrapassam o seu limite geográfico, os órgãos superiores do Partido devem cooptar a responsabilidade de sua orientação;

* Os órgãos dirigentes do Partido devem encontrar as formas para o entrosamento das lutas do movimento comunitário com os demais setores, bem como de suas entidades gerais com as demais entidades sindicais, estudantis, de mulheres, jovens etc., como uma das formas de formar um amplo movimento unitário, popular e democrático.

* Da direção nacional do PCdoB

Fernando Brant

“Não sei viver sem ver o coletivo”

Entrevista a José Reinaldo Carvalho

Dono de um repertório de mais de 200 músicas, compostas em parceria com Milton Nascimento, Toninho Horta, Márcio Borges e outros do “Clube da Esquina”, do qual foi um dos iniciadores, Fernando Brant falou com mansidão mineira à Classe sobre a Música Popular Brasileira, a experiência como letrista, sua atividade atual e a situação do Brasil. Aproveitou a deixa para contar por que gosta de cerveja. “Meu pai fez um levantamento genealógico para descobrir a origem do nome Brant. Chegou no século XIII, na Bélgica, no povoado de Brabant, cujo duque colocou o nome João de Brant num filho de amor plebeu. O duque era conhecido como ‘O monarca da cerveja’...”



Classe — Você anunciou no ano passado a realização de um projeto cultural comemorativo do Bicentenário da Inconfidência Mineira.

Ainda está de pé? Em que consiste?

Fernando Brant — O projeto está de pé. No ano passado eu li a bibliografia e constato de saída que na realidade o nome **inconfidência** está errado, pois é o nome dado pelos portugueses, significando que houve uma falta de fidelidade à Coroa. Para mim o nome é **Conjuração Mineira**. Eu fiquei com medo de fazer o trabalho na época do 21 de abril deste ano para não confundir com comemorações oficiais do governo Sarney e do governo de Newton Cardoso. Ao mesmo tempo, lendo, eu cheguei à conclusão de que o 21 de abril de 1789 não significa nada na Inconfidência Mineira. 21 de abril é a data da morte de Tiradentes, que ocorreu em 1792. Então, comemorar o bicentenário em 1989 ou 1992 é igual. Em 1789, em 21 de abril, Tiradentes ainda não tinha sido nem preso. De todo jeito, eu quero fazer o trabalho ainda este ano. Eu estava meio embatucado com as coisas e aí, em conversa com um autor e ator de teatro daqui de Belo Horizonte, o J. D’Ángelo, surgiram idéias comuns e ele fez um texto. Nós estamos querendo fazer um espetáculo múltiplo, com teatro, música, dança e apresentar até o fim do ano. Queremos apresentar a **Conjuração** tendo em vista também os dias de hoje, pois na realidade os problemas levantados na época continuam, ou os mesmos ou então semelhantes. Desde o problema da dívida externa relacionado com a Derrama, o problema da liberdade, o problema do colonialismo.

Classe — Há um outro projeto seu, “Brasil Vivo”, um livro editado pela “Vozes”, onde se reconta a história do ponto de vista dos oprimidos.

Fernando Brant — É, inclusive saiu agora o segundo volume. É uma idéia do Chico Alencar e do Marcos Vinícius que procuraram a mim e ao Milton Nascimento, com esse objetivo, de contar a história não com esses personagens e heróis da história oficial, não com os personagens que sempre ganharam. Na realidade quem faz a história é o povo, né? Então, o livro tem esse objetivo de colocar o povo como personagem principal da história numa linguagem dirigida à juventude. É um livro para ser adotado no colégio, para brigar com esses livros de história oficial que têm por aí. O que eu e o Milton fizemos foi escrever uma música para cada capítulo.

Classe — Fale um pouco da experiência, da evolução e dos resultados do trabalho do “Clube da Esquina”.

Fernando Brant — O “Clube da Esquina” foi uma reunião de várias pessoas que moravam em Belo Horizonte, de idades diferentes mas numa faixa que dava para conversar, todas elas ligadas à música popular. Quando começamos todo mundo era pé rapado, né? Era o Milton que fazia parceria com o Márcio Borges e depois comigo. Aí teve o festival de 1967 no Rio, quando o Milton aconteceu, com “Travessia”, parceria nossa. Tinha o Lô Borges, o Beto, o Toninho Horta, o Tavinho Moura, quer dizer, era uma coisa meio espontânea. A gente se reunia em torno do Milton, que atingira um nome público. Depois, em 1972, o Milton gravou o disco “Clube da Esquina” e ficou esse rótulo de um tipo de uma geração e de uma maneira especial de fazer música, popular, que é uma música do pessoal daqui de Minas Gerais que tem muita preocupação com a harmonia, a melodia, e na letra a gente procura ser menos superficial. É uma coisa que continua. Hoje eu tenho a satisfação de reunir na minha casa uma outra geração, um pessoal ótimo que está aí fazendo música.

Classe — E essa turma nova que você está reunindo em sua casa é uma espécie de continuidade do “Clube da Esquina”? Eles têm a mesma marca do estilo de vocês?

Fernando Brant — Têm. Embora eles tenham, além da nossa influência, seu próprio caminho. Hoje eu tenho a satisfação de ver inclusive um sobrinho meu, que eu vi nascer, pô...

Classe — Cite alguns nomes.

Fernando Brant — Tem esse meu sobrinho o Robertinho Brant, que é até meu parceiro, na música “Alma Animal” que fala dessa perplexidade da gente, dessa geração da gente. É uma problemática muito mais minha do que dele. Veja meu caso. Eu tenho 42 anos, quando eu tinha 16, 17, houve o golpe, aí veio essa luta de vinte e tantos anos, a luta das diretas houve e tudo o mais, depois caímos nesse governo Sarney. É essa coisa de a gente ficar no desencanto, quer dizer, é uma geração muito marcada, que não viveu nada bom, né? Lutou, lutou, lutou... É, mas ao mesmo tempo a gente tem de saber que tem de continuar lutando. Tem a hora do desânimo, mas o desânimo não pode durar muito tempo, né? Depois eu te falo como é essa letra. Mas tem também o Sérgio Santos, o Tadeu Franco, o Celso Adolfo, o Gilvan de Oliveira, o Beto Lopes e muitos mais.

Classe — O interessante é que não é uma geração a posteriori, mas que convive com vocês.

Fernando Brant — Exato. Inclusive nós estamos fazendo algo que fazíamos antes. A gente se encontrava muito e ficava mostrando uns aos outros o que cada um estava fazendo. Esse convívio alimenta muito a gente. Para eles é bom essa convivência com a gente e pa-

ra mim também é ótimo, porque me instiga muito ver o que as pessoas estão criando.

Classe — Aqui em Minas Gerais já houve dois Encontros Populares de Cultura, que tem raízes no Vale do Jequitinhonha e em todo o interior mineiro. É uma produção cultural rica, mas que não repercute além das fronteiras de Minas. Como você vê esse movimento amador de músicos, de artesãos, folcloristas, enfim, de artistas populares?

Fernando Brant — Primeiro ele tem um aspecto importante, que é o fato de brigar com essa tentativa dos meios de comunicação de massa de pasteurizar a cultura do Brasil e transformar ela em uma coisa única, como se a cultura só fosse produzida na Zona Sul do Rio de Janeiro, que é mandada via televisão para o resto do país. Quer dizer, esse movimento, como ele é da base, é uma resistência e essa tentativa de uniformização porque a coisa bonita do Brasil é a diversidade cultural, quer dizer, as várias maneiras de fazer. Os meios de comunicação não estão ligando para isso e na realidade estão trabalhando contra isso. Então, esse movimento é positivo porque preserva esse tipo de cultura popular diversa. E ao mesmo tempo é um pessoal batalhador demais. Pelo menos aqui em Minas Gerais eles conseguem espaço para viver disso. Esse pessoal do Vale do Jequitinhonha, por exemplo, os que fazem música, vivem fazendo shows não só no interior como em Belo Horizonte, e dá para viver com isso. Quer dizer, viver apertadamente, como toda pessoa que vive disso. E é uma coisa interessante porque mistura cultura com muita política, política cultural e política mesmo. É um pessoal bastante ativo.

Classe — Você disse que houve um desencanto com a situação do Brasil, com o malogro, “Nova República”. É interessante que “Coração de Estudante”, do Milton, naturalmente que sem a intenção dele, acabou se transformando numa espécie de hino dos tempos iniciais da “Nova República”...

Fernando Brant — É, porque inclusive eles tocaram no dia do enterro de Tancredo Neves. Aí ficou aquele negócio. Mas na realidade na campanha das diretas, o que se tocava era “Nos bailes da vida” e “Menestrel das Alagoas”, que era um negócio que estava bem inserido, né? Aí no dia do enterro eles usaram “Coração de Estudante”.

Classe — Depois veio aquela música sua e do Milton — “Carta à República”. Eu queria, então, que você caracterizasse esse sentimento, pois havia uma esperança de todo o povo, portanto também dos artistas...

Fernando Brant — É porque era um momento em que iríamos ficar livres dos militares e começar a transição, para abrir o caminho, a travessia, né? Mas ocorreram muitas coisas. Tancredo morreu... Mas assim, é preciso dizer o seguinte, que a capacidade de esperança do povo é tão grande que, apesar de que racionalmente não se pudesse achar que o Sarney e o governo dele fosse dar certo, no primeiro ano o pessoal ainda pôs ficha. A vontade de melhorar as coisas era tanta... Então, o negócio foi muito mais emocional do que racional. Emocionalmente ainda houve um crédito ao que se denominou de “Nova República”. Depois o negócio

foi degringolando e essa música — “Carta à República” — eu lembro que eu fiz em setembro de 86, ainda no Plano Cruzado, porque eu já estava sabendo de um monte de bandalheiras, já sabia que não dava mais. Então ali já era um desengano e “Carta à República” diz isso. Eu achei que a gente devia dizer aquilo, porque, como nós tínhamos emprestado a imagem, o nome, aquela coisa, a gente tinha a obrigação de, ao ver que a coisa não estava andando do jeito que a gente queria, pensava e sonhava, denunciar.

Classe — Que reflexos esse desengano tem sobre você, artista, na sua criação, é de frustração ou de ver uma nova perspectiva?

Fernando Brant — A gente tem de procurar. O primeiro momento, teve uma época aí, não sei precisar quando, por exemplo, a votação dos cinco anos para Sarney eu achei um negócio massacrante, tão violento quanto o 1º de abril de 64. Aquilo foi um golpe, uma coisa horrorosa, né? Então, tem momentos que pessoalmente a emoção te joga para baixo, mas não se consegue viver, eu pelo menos não consigo, mesmo individualmente eu não fico bem se não vislumbrar uma perspectiva coletiva. Então nesse sentido, eu levanto outra vez (ri).

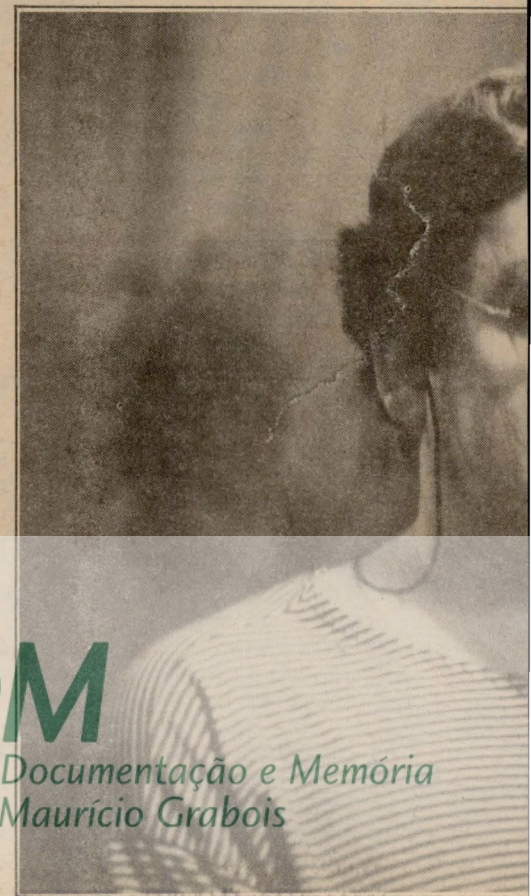
Classe — A propósito, como está seu atual trabalho?

Fernando Brant — Agora eu estou mais voltado para aquele trabalho sobre a **Conjuração Mineira**. Além disso, o Milton está com um projeto de fazer um disco com os índios, que eles estão querendo até que eu fique uns tempos lá na floresta para fazer as letras. Porque serão músicas do Milton e dos índios, não é se apropriar da música dos índios e trabalhar em cima. Estou também fazendo canções. Tem essa “Alma animal”, que coloca muito esse momento. (Interrompe e recita)



Classe — Como é o trabalho do letrista, o processo criativo?

Fernando Brant — Antigamente cem por cento, hoje uns oitenta e cinco por cento das vezes eu recebo a música, ou-



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ço e faço as letras em cima da música. De uns tempos para cá, principalmente com o Milton, eu tenho feito o inverso, porque às vezes a necessidade de fazer depende de um provocar o outro. Às vezes eu mando uma letra para ele fazer a música. Receber a música antes é bom, porque você fica ali ouvindo, é uma coisa abstrata e aí ao fazer a letra você coloca ela na real. E ela ajuda a dar idéia. Quando você gosta da música, às vezes está sem idéia nenhuma, e isso ajuda a achar o caminho. Eu não sou poeta, sou letrista, faço letras de músicas, não é uma coisa para ser lida. Pode ocasionalmente dar leitura, mas o objetivo não é esse. O objetivo é passar uma mensagem junto com a melodia.

Classe — Você nunca pensou em fazer incursões na literatura?

Fernando Brant — Eu não tenho muito essa pretensão não, sabe? Eu fiquei muito dedicado a fazer letras de músicas e escrever poesia depende de uma técnica específica, não é só sentar e fazer, tem que batalhar muito. Só se desse uns estalos do tipo do Fernando Pessoa, que escreveu a obra toda com o heterônimo de Alberto Caieiro em três dias. Poesia é diferente, e poderia até tentar, mas para isso eu teria que parar. Eu li muita poesia, ainda leio, mas a minha vida foi muito direcionada para essa coisa de música.

Classe — Uma grande parte de seu trabalho é, sem querer rotular, o que se pode chamar de "arte engajada". Suas letras sempre foram sintonizadas com as aspirações do povo, com um humanismo elevado etc. Existe uma discussão na literatura, na música e nas artes em geral de que a arte engajada castra o impulso lírico, que o artista se vulgariza ao fazer arte desse tipo. Como você enfrenta essa discussão, se ela te ocorre?

Fernando Brant — A discussão me ocorre. No meu caso, por exemplo, eu faço música política no sentido mais amplo, a política do cidadão. Esse cidadão, além das coisas da casa dele, da vida dele, da mulher, dos filhos, amigos, vizinhos, ele tem a casa, o quarteirão, a cidade, o Estado, ele tem o país, ele tem o Universo. Então, as coisas todas da vida me preocupam. Ao mesmo tempo que eu faço coisas que podem

ser mais diretamente colocadas como políticas, no sentido em que a política é vista, eu também falo coisas de amor. Como pessoa, tudo o que está acontecendo está me influenciando, né? O que eu faço é engajado na vida. No caso de música popular, que é o que eu faço, ficou na minha cabeça o seguinte — eu tenho que fazer aquilo que eu acredito. Então, eu fazendo aquilo que eu acredito tá tudo certo. A Beleza vai aparecer ou não de acordo com a minha habilidade de compor. Às vezes ficam dois extremos, né? — ou só política ou só a arte pela arte, a forma ou o conteúdo. Eu acho que o ideal é ter as duas coisas. Se se faz uma arte engajada mas de má qualidade estética ela não vai durar. Por outro lado, há muita gente que faz arte engajada de excelente qualidade. Então, filosoficamente, não existe essa contradição entre forma e conteúdo. Você pega, por exemplo, Guimarães Rosa, "Grande Sertão, Veredas" é uma coisa formalmente maravilhosa, ao mesmo tempo ali ele diz tudo sobre a vida.

Classe — Você acha que o artista tem uma missão social, humana, no sentido libertador?



Fernando Brant

— É a minha maneira de ver. Eu não vou cobrar dos outros. Eu acho que não se justifica viver sem viver socialmente. Então, se a vida é

isso, e o que eu faço, no caso música, mexe com as pessoas, eu me cobro isso. Aliás, me cobro não, eu faço naturalmente. Eu dou o meu depoimento. O artista, principalmente o artista popular, faz coisas que mexem com milhões de pessoas. Então nesse sentido é uma responsabilidade. Eu tenho essa preocupação de que não posso falar bobagem. Eu posso até errar, mas pelo menos eu quero ser sincero, dizer as coisas que eu penso, não falar uma coisa que seja da moda, porque eu sei que o que várias pessoas da minha geração estão dizendo está sendo ouvido, reproduzidas e aplicadas. Eu acho que o artista não pode brincar com o público, com o povo. O povo brasileiro está muito desarmado, vulnerável demais, e é compreensível que esteja. A conjuntura e a estrutura toda levam a isso. Quando eu comecei, eu fazia música com um amigo meu que se chamava Bituca, que era o apelido dele (Milton Nascimento), depois o negócio começou a ficar sério e teve um determinado momento em que eu comecei a ficar preocupado. Eu pensava: ao mesmo tempo que não vou me preocupar com o mercado, vou fazer o que acho que devo fazer, eu não posso dizer qualquer coisa, porque eu sei que o que eu fizer vai ser cantado e divulgado, então eu fico preocupado comigo.

Classe — Como você está vendo a problemática do direito autoral no Brasil?

Fernando Brant — No Brasil, o problema do direito autoral é um problema da relação entre patrão e empregado. Uma coisa que nos Estados Unidos e na Europa está bem resolvida, no Brasil não está. Lá, quem lucra com a utilização da obra artística paga bem, paga o direito autoral corretamente. Isso não acontece aqui. Nos Estados Unidos e na Europa, o grande bolo do direito autoral quem paga é o rádio e a televisão. Nos Estados Unidos, um autor coloca uma música na parada de sucesso e fica rico. Aqui no Brasil, ele fica vinte, trinta anos, ele tem que continuar numa batalha maluca, não dá

Aqui a rádio e a televisão pagam pouco. Cobra-se muito de bar, boate, bairros, boutiques, do pequeno consumidor. Esse pequeno consumidor paga mais do que o grande, que lucra mesmo, e o bolo fica pequeno. O bolo pequeno para dividir com não sei quantas pessoas, vai dar pouco para cada um. Então o problema básico no Brasil, na execução de música, é esse. E o problema com as gravadoras é que a gente tem sérias desconfiâncias dos relatórios delas sobre o faturamento e além disso elas pagam com um atraso maluco, num país de inflação maluca. Então, estamos postulando, em primeiro lugar, que autor seja considerado a pessoa física que cria obra. É uma coisa óbvia! Isto porque na lei atual as pessoas jurídicas levam uma vantagem danada. Quem mais arrecada com direito autoral no Brasil são as gravadoras.

Classe — Como você está avaliando o momento atual da música popular brasileira?

Fernando Brant — O que está sendo gravado e executado em rádio e televisão não corresponde ao que está sendo feito. O que está sendo feito e não está obtendo espaço é melhor, é mais criativo, mais diversificado do que o que está aparecendo. O que está aparecendo para as pessoas é uma parcela pequena e nem sempre a melhor.

Classe — Mas existe crise de criatividade?

Fernando Brant — Não. Tem muita gente fazendo coisas interessantes.

Classe — Nossa música tem passado por diversas fases — a bossa-nova, a tropicália, toda essa fase da música popular de que a sua geração faz parte, a fase do Gil e do Caetano pós-tropicália, e agora o rock brasileiro. Como você vê essas diferentes fases, a evolução da MPB, o papel das atuais bandas de rock?

Fernando Brant — Eu acho que as letras desse pessoal do rock são muito boas. O que eu reclamo não é deles, mas do rádio, da televisão e das gravadoras, que em cada tempo só vendem uma coisa, enquanto que na realidade tem mais coisa. Agora, o negócio do rock tem algo interessante, primeiro por ser o rock em português e com uma mensagem de contestação. Musicalmente ele não é tão brilhante assim. Tem um ou outro que é melhor, nem todos ficam. Tem uns que fazem um disco e no segundo já não acontece nada. O meu ideal de rádio ou é o que tem nos Estados Unidos e na Europa, que é a segmentação — uma rádio toca isso, outra toca aquilo etc., ou, melhor, é você ligar uma rádio que não sabe o que é que vai tocar. As rádios FM aqui no Brasil pegam uma lista de 30 músicas que tocam o dia inteiro. Mesmo esse rock de que estamos falando já não está na onda, na relação das rádios e das gravadoras. Na minha opinião, devia estar tocando é tudo. Acho que o avanço da cultura passa pela democratização dos meios de comunicação. É preciso a "reforma agrária no ar". Nesse sentido, é interessante o fenômeno das rádios e tevês piratas.

Classe — Mas eu queria uma avaliação estética. Você acha que esse rock brasileiro representa um corte no sentido da descontinuidade dentro da evolução da MPB ou ele faz parte, é uma experimentação válida na MPB?

Fernando Brant — Eu acho válido. Alguns começam musicalmente mais fracos, e vão se aperfeiçoando, fazem coisas boas, mais elaboradas. Outros vão ficar, há uma seleção, né? Alguns músicos e bons compositores vão perdurar. Então não existe contradição com a MPB. É MPB também. A con-

tradição é criada por críticos e resenhistas.

Classe — Como você está vendo o atual momento político do Brasil, a campanha sucessória?

Fernando Brant — Desde o começo, minha esperança é que na hora da propaganda da televisão, que vai ser o grande comício, vai haver a discussão de idéias, sobre um projeto para o Brasil. Nós não vamos votar só em pessoas, tem que ter algo mais. Outra esperança minha é que quando chegar no segundo turno as pessoas que têm divergências não fundamentais vão se juntar. A tendência no segundo turno é ficar um mais à esquerda e outro mais à direita. Nós temos que escolher bem agora porque além de 30 anos horríveis, temos dentro desses 30 anos 11 anos sem administração que são o governo de Figueiredo e o do Sarney. É uma desgraça, o caos total.

Classe — Você ganhou o Prêmio Berta Lutz como "homem feminista". O que isso representou para você?

Fernando Brant — Foi por causa da "Maria, Maria". Eu acho interessante, principalmente porque esse negócio de feminismo, como outros movimentos, sempre começa com uma proposta radical. Isso é natural porque senão esses movimentos nem despontam. Aí eles vão crescendo e ficando mais maduros. E o movimento feminista é hoje algo que toda mulher apóia. E todo homem também. No caso desse prêmio, tá guardado lá em casa, na parede (ri). Eu não sou capaz de preconceitos, de discriminação. Todo tipo de discriminação me incomoda. E machismo eu vejo muito em mulher também. Tem mulher machista pra danar.

Classe — Você tinha alguma intenção feminista quando fez "Maria, Maria"?

Fernando Brant — Não. Foi um problema de vivência minha. Eu não só fiz a música, como antes já tinha feito o balé. É uma história de umas mulheres que eu conheci em Diamantina, que foram importantes na minha vida, por sinal, todas pretas. Maria, Maria eram três mulheres pretas que me influenciaram na infância e na juventude. Agora, foi bom, porque foi um negócio que eu fiz sem nenhuma preocupação e de repente se transformou numa música que todo o movimento feminista no Brasil canta. Isto é gratificante.

Classe — A censura já te afetou durante o tempo da ditadura?

Fernando Brant — Foi uma época difícil em que todo mundo sofreu. Às vezes, a gravadora transmitia recados dos censores dizendo que tinha que alterar esse ou aquele trecho. Por exemplo, teve um disco que eu produzi — "Milagre dos Peixes", que nem saiu meu nome, e em que todas as músicas foram censuradas, menos "Milagre dos Peixes" e tinha umas que a gente não entendia por quê. Teve por exemplo uma música do Bituca com o Ruy Guerra, que só falava de personagens infantis e não tinha nem por que censurar e aí a gravadora veio e disse que a música falava de "bota de sete léguas", e bota de sete léguas era uma senha da Var-Palmareis. Ora, se fosse senha, que senha era essa que até os generais já sabiam (ri)... Tinha muita maluquice. Foi um tempo danado. Mas, me influenciar, não me influenciou nada. Nunca tive autocensura. Agora, com a nova Constituição acabou a censura. Mesmo que se queira censurar, não há respaldo jurídico. Poderia tentar, mas não dá, um f.d.p. para tentar sacanear.

Colaborou Richard F. Romano, da Sucursal de Minas Gerais



CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Um estranho modo de sair da crise

Antonio Martins

Na mesma semana em que a crise fugia de todos os controles, e a economia despencava ladeira abaixo, todas as lideranças políticas de centro e de direita juraram fidelidade ao modelo que levou o país ao caos. Em meio às indefinições da esquerda, surgiu até uma tentativa de solução ultraconservadora, à moda argentina.

Poucos fenômenos ilustram tão bem a volubilidade dos julgamentos pessoais da grande imprensa quanto a súbita mudança do tratamento dispensado ao presidente eleito da Argentina, Carlos Menem. Por ter conquistado o voto popular com base numa plataforma populista, por ter se recusado durante a campanha a assumir um compromisso claro com as teses que os conservadores procuram impor às nações latino-americanas, até há trinta dias Menem era classificado unanimemente pelos jornais brasileiros como uma espécie de "Perón de suíças", um novo caudilho que ao tornar-se presidente apenas confirmaria a "vocaçào" do continente para o subdesenvolvimento, às práticas econômicas e políticas anacrônicas.

Bastou, porém, que Menem anunciasse sua disposição em aplicar um programa econômico ultraconservador, baseado na continuidade do pagamento da dívida externa, na privatização das estatais e em maiores concessões ao capital estrangeiro, para que sua imagem mudasse pelo menos nas páginas dos grandes diários. O próprio "O Estado de S. Paulo", que cultivava uma imagem de sobriedade, apontou em editorial o presidente argentino como o homem que permitiu que "uma lufada de liberalismo e esperança varresse um país que começava a perder a fé".

Menem, antes tratado por caudilho, virou "exemplo"

Esta mudança tornou-se ainda mais notável nos últimos dias. As circunstâncias fizeram com que as forças conservadoras brasileiras pleiteassem para o país medidas econômicas e políticas em tudo semelhantes às que a Argentina se prepara para adotar. Então Menem, que havia sido apresentado como um homem rude, inculco e despreparado, capaz de cultivar ao mesmo tempo o fanatismo religioso e a atração irresistível pelas mulheres da noite, passou a ser apontado como "um exemplo a ser seguido", para usar as

palavras do sempre sisudo "Estadão".

A alta espetacular da inflação era sinal de problema maior

Tudo começou quando surgiram, ainda na primeira quinzena do mês, sinais de que a inflação de junho atingiria patamares bem acima dos prognosticados pelo ministro Mailson da Nóbrega. No dia 14, para evitar que uma alta súbita dos preços expusesse ao ridículo as medidas de "controle" incluídas no Plano Verão, o governo decretou o relaxamento desses controles e a reindexação da economia, num nível ainda mais amplo que o que vigorava até o dia 15 de janeiro. A criação do BTN fiscal permitia que preços e

contratos fossem reajustados com facilidade inédita. Mailson acreditou que a volta aos "mecanismos de mercado" arrefeceria um pouco o ímpeto inflacionário, e disse estar convencido de que "é impossível consertar a economia por decreto".

Poucos dias depois, os números frios do IBGE reduziram a pó suas ilusões. O instituto oficial de pesquisas previu que a alta de preços de junho ficaria em torno de 25%. Quase o dobro do índice registrado no mês anterior, uma aceleração raras vezes vista na história econômica do país.

A rápida explosão inflacionária era, na verdade, apenas um sintoma de um fenômeno muito mais grave. Como haviam previsto os analistas progressistas, o conjunto de medidas conservadoras decretadas em 15 de janeiro através do Plano Verão havia aprofundado, ao invés de aliviar, os problemas estruturais da economia brasileira. Apenas cinco meses depois de implantado, o último choque do governo Sarney entrara em colapso, e ameaçava projetar o país em direção ao caos.

Uma das teses básicas sustentadas pela direita, em janeiro, preconizava a adoção de uma política de juros internos altos. Era a forma, dizia-se, de refrear o consumo interno, o que acabaria forçando os preços a baixar. Na prática, esta política demonstrou ser precisamente um dos fatores que mais contribuíram para o descontrolado geral das finanças públicas.

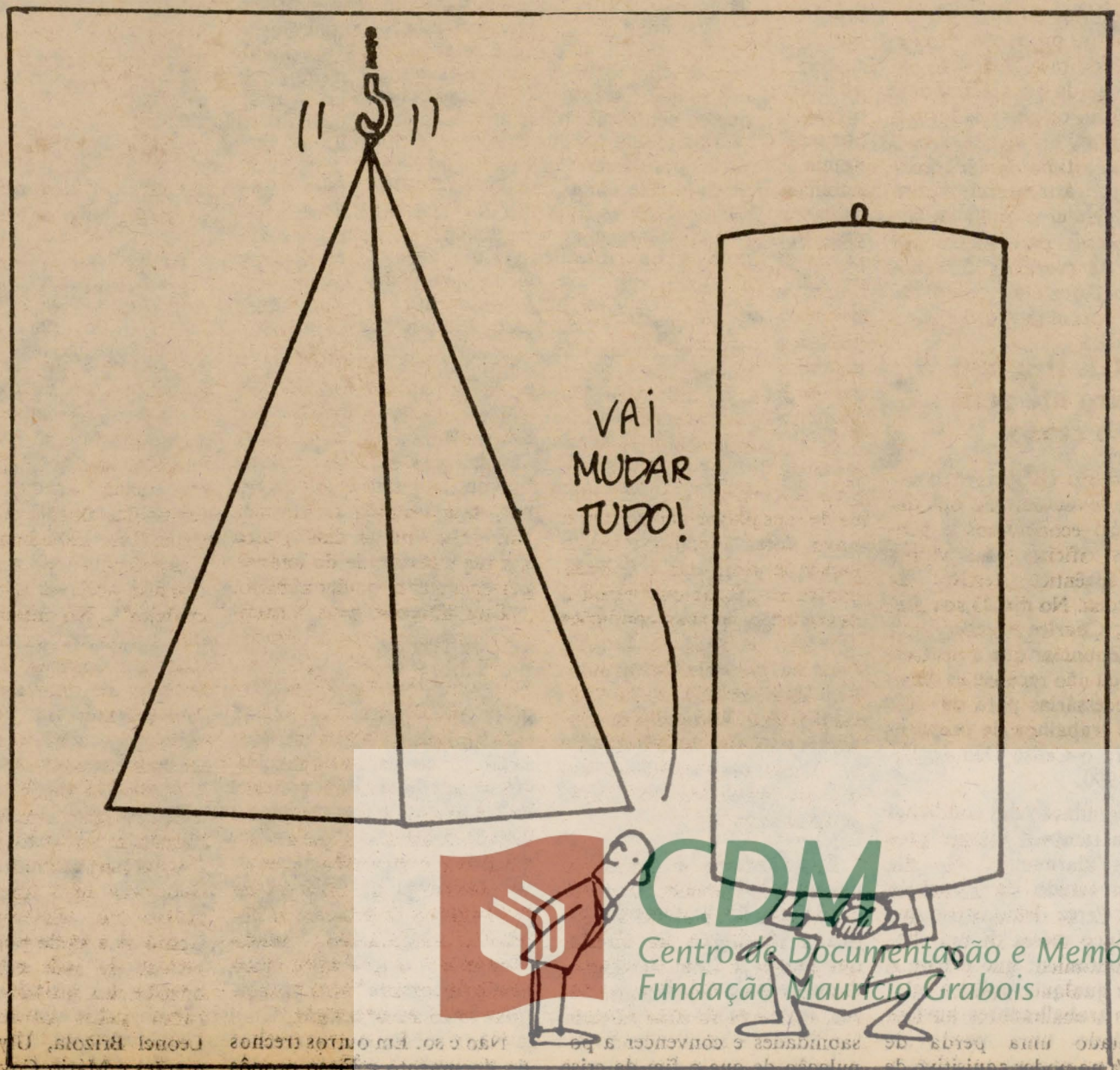
Juros altos, que trariam estabilidade, arruinaram Tesouro

Os juros elevados permitiram que os grandes capitalistas ganhassem fortunas "na ciranda financeira" causando um aumento vertiginoso da dívida interna. Segundo os cálculos insuspeitos da missão do FMI que visitou o país nos últimos dias, esta dívida atingiu o montante assustador de 110 bilhões de dólares, o que representa um crescimento de mais de 50%, em 150 dias.

A partir de maio, reapareceu um fenômeno que já ocorrera em 1988, quando igualmente o país chegou próximo

à hiperinflação. Desconfiados da capacidade do governo em continuar sustentando o pagamento da dívida, os credores internos passaram a resgatar parte significativa de seus títulos, exigindo que fossem convertidos em dinheiro. O volume de moeda em circulação cresceu rapidamente: 23,3% em maio, e uma elevação ainda maior no início de junho. A entrada de dinheiro no mercado significava uma pressão fortíssima para que os preços disparassem, como reconheceu o próprio ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, no dia 22, em entrevista à "Gazeta Mercantil".

A perda de controle sobre a situação financeira provocou um problema adicional, com os técnicos do FMI em missão no país. Durante várias semanas eles vasculharam as contas nacionais, e, segundo admitiram os próprios técnicos dos ministérios econômicos, chegaram a influir decisivamente para que o governo vetasse a política salarial e o aumento das aposentadorias proposto pelo Congresso. No entanto, alegaram que o aumento da di-



vida interna era motivo suficiente para adiar mais um pouco a concessão de um empréstimo de 4,1 bilhões de dólares, previsto na renegociação da dívida externa realizada em setembro de 88. A decisão fez surgir a ameaça de um colapso também das contas externas. Como o governo insiste em manter o pagamento da dívida externa, o adiamento sucessivo da concessão conduz à queima rápida das reservas internacionais em dólares, e ameaça levar à moratória técnica, algo que os conservadores vêem com terror.

O Plano Verão provocou a transferência de rios de dinheiro dos cofres públicos para os grandes grupos econômicos, mas ao mesmo tempo forçou as empresas e os órgãos estatais à contenção obsessiva de todos os gastos. Nas últimas semanas alguns desequilíbrios provocados por esta decisão vieram à tona, e contribuíram para aumentar a sensação de pânico. Três entre as principais empresas do Estado — a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Siderbrás passaram a enfrentar sérias dificuldades de caixa. Pela primeira vez em toda sua história, a Petrobrás foi obrigada a atrasar o pagamento de seus funcionários, porque o governo insiste em obrigá-la a vender os combustíveis por um preço inferior ao custo de importação ou produção. No caso da Siderbrás a distorção parece ser ainda mais dramática. Até mesmo os grandes jornais destacaram, no dia 28, que a empresa, vítima de uma contenção tarifária brutal, é obrigada a vender o quilo do aço às empresas particulares por apenas 38 centavos... Menos que um cafezinho, como notou o "Jornal da Tarde".

O IBGE fica sem dinheiro até para fazer o censo

O próprio IBGE, responsável pelo levantamento dos dados socio-econômicos e geográficos oficiais, foi vítima deste autêntico festival de aberrações. No dia 23 seu presidente, Charles Mueller, voltou a denunciar que a instituição ainda não recebeu as dotações necessárias para dar início aos trabalhos de preparação para o Censo Demográfico de 1990.

A degradação das condições de vida também atingiu proporções alarmantes. No dia 19, um estudo da jornalista Regina Perez demonstrou que após cinco meses de um choque econômico, que privou o país de qualquer política salarial, os trabalhadores haviam acumulado uma perda de 29,67% no poder aquisitivo de

seus salários. Ainda que se confirmassem as previsões, segundo as quais a inflação de junho ficaria em 23%, lembrou Regina, a perda chegaria a 59,49% após o fim deste mês.

A combinação de condições de vida piores com crise financeira interna e externa acabou agindo de forma dramática, em alguns casos. No dia 20, por exemplo, o ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, reconheceu que a epidemia de meningite que começou em São Paulo no ano passado já atingiu pelo menos 13 capitais, e tende a se alastrar. A única forma de impedir a proliferação da doença, em curto prazo, seria a importação de cerca de 20 milhões de doses de vacinas, de fabricação cubana. O ministro demonstrou, porém, que o governo estava preocupado com o peso que a importação poderia provocar no balanço de pagamentos e declarou que a vinda das vacinas dependeria de os fabricantes demonstrarem boa vontade e receberem não dinheiro, e sim mercadorias brasileiras, como pagamento...

Uma ofensiva para esconder do povo as causas da crise

Descontrole geral dos preços. Deterioração completa da situação financeira interna e externa, e relações comerciais periclitantes. Colapso de empresas estatais responsáveis por setores estratégicos da economia e de órgãos e serviços públicos essenciais. Degradação acelerada das condições de vida. Foi assim que terminou o Plano Verão, que os conservadores qualificaram um dia como um conjunto de medidas politicamente adequadas e tecnicamente corretas para colocar o país no caminho da "modernidade" capitalista.

Se o fracasso dos projetos econômicos fosse suficiente para acarretar a derrota política de seus patrocinadores; se o povo fosse espontaneamente capaz de identificar e de lutar contra as causas que levam à degradação de suas condições de vida; se enfim a política fosse um simples reflexo mecânico da economia, então estariam asseguradas todas as condições para que ao fim do Plano Verão correspondesse um ascenso inevitável das forças progressistas.

E, no entanto, o que se viu nas últimas semanas foi o início de uma nova ofensiva política e ideológica da direita, que passou a lutar desesperadamente para falsificar os fatos, eximir-se de suas responsabilidades e convencer a população de que o fim da crise

virá com a imposição de sacrifícios ainda maiores aos trabalhadores, com a internacionalização mais profunda da economia e especialmente com a concessão de "garantias" suplementares aos setores que impuseram e sempre se beneficiaram com o modelo econômico que o país segue há décadas.

No documento da Fiesp, um exemplo raro de cinismo

O primeiro passo da ofensiva foi dado no dia 22. Com ampla cobertura e apoio da imprensa, uma delegação de líderes empresariais, comandada pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, encontrou-se solenemente com o presidente do Senado, Nelson Carneiro, para pedir que ele tomasse conhecimento da "contribuição" dos empresários ao esforço para superar a crise.

O documento que Amato entregou a Nelson Carneiro e as declarações prestadas pelo líder da Fiesp e seus colegas poderiam ser estudados nas escolas de psicologia como um atestado do grau a que pode chegar, em determinadas condições, o cinismo de certos homens e setores sociais. Num primeiro momento, eles voltaram a insistir no velho discurso que propõe o corte de despesas públicas e a "eliminação do déficit orçamentário" como medida fundamental para resolver os problemas da economia. Como se já não bastasse o insuportável arrocho a que foram submetidas as empresas estatais, os órgãos públicos, a Previdência Social e seus beneficiários, os empresários propõem medidas ainda mais duras. Querem a demissão de funcionários públicos, e a suspensão até mesmo das poucas obras públicas que continuam sendo executadas. Chegam a pedir que, num esforço desesperado por recursos, seja vendida às pressas, "no prazo de 60 dias", uma grande quantidade de imóveis pertencentes ao poder público.

Este interesse pela austeridade chegaria a ser conveniente, se não previsse, logo a seguir uma exceção. Os empresários pedem que o Congresso lhes dê "garantia jurídica irrevogável" de que os títulos públicos que alimentam a ciranda financeira, e que obrigam o Estado a transferir para o setor privado importâncias muito superiores às empregadas nos próprios investimentos públicos, continuarão "sendo honrados", e que além disso renderão sempre "uma taxa de juros reais no overnight."

Não é só. Em outros trechos do documento a Fiesp propôs



Imprensa quer Brasil imitando este exemplo

medidas que penalizam diretamente os trabalhadores, e que conduzem a uma internacionalização mais completa da economia brasileira. Sugeriu a "suspensão das greves até 31 de maio de 1990, e a concessão de reajustes salariais apenas de dois em dois meses. E defendeu o fim da reserva de mercado em setores como a informática, e a liberalização das importações.

Proposto o fim das greves, e anulação da reserva de mercado

As medidas propostas pela Fiesp receberam pronto apoio da imprensa. A iniciativa dos empresários reveste-se "de importância e dimensão capazes de ultrapassar o próprio teor do documento que elaboraram", garantiu a "Folha de S. Paulo", no dia 22, para logo em seguida advertir que "o tempo das ilusões já passou", e que "não cabe imaginar que o combate ao processo inflacionário pode ser feito sem sacrifícios". No mesmo diapasão o "Estado de S. Paulo" chegou a afirmar que plano nenhum de estabilidade será bem-sucedido sem que o governo parta para medidas ainda mais impopulares.

A pressão ideológica da direita contagiou rapidamente as lideranças políticas que se esforçam para assumir perante o eleitorado uma aparência de centro ou centro-esquerda. Como se a saída para os problemas do país estivesse na adoção das medidas preconizadas pelos conservadores, Leonel Brizola, Ulysses Guimarães e Mário Covas presta-

ram, num intervalo de dois dias, declarações em que expressam concordância com pontos importantes do documento da Fiesp. Brizola afirmou no dia 24 que quer "extinguir, leiloar ou vender" a "maioria esmagadora" das empresas estatais. No mesmo dia Ulysses divulgou seus "vinte mandamentos", com referência explícita, no item 7, a uma liberdade de ação ainda maior para a iniciativa privada. Na manhã seguinte, era a vez de Mário Covas garantir que será mais rigoroso, se eleito presidente, com as greves do funcionalismo público.

O surgimento de uma tendência mais ou menos consensual entre o centro e a direita a favor de medidas conservadoras na economia animou o presidente Sarney. No dia em que Mário Amato encontrava-se com o senador Nelson Carneiro em Brasília ele declarou a um assessor que havia "recuperado o otimismo". No dia 26 foi ainda mais claro. Mandou dizer através de seu líder na Câmara, deputado Luiz Roberto Ponte, que "não há saída para a crise a não ser com a adoção de medidas econômicas recessivas, todas impopulares". E listou algumas delas: paralisação de obras, congelamento de salários, reformas fiscais...

Foi então que os conservadores passaram a aventar a hipótese de uma solução "semelhante à Argentina". Lá a adoção de uma saída ultraconservadora para a crise foi bilizada com a organização, pelo presidente Menem, de um ministério em que co-habitam setores sindicais apelegados e

expoentes dos grandes grupos empresariais; peronistas históricos e homens que tradicionalmente alinharam-se às posições do Partido Radical. Lá, dirigidos por lideranças que há muito abandonaram a perspectiva de luta pela transformação profunda da sociedade, as entidades que representam os trabalhadores deram seu aval à política de Menem.

No caso brasileiro, algo semelhante poderia ser feito, propuseram os conservadores, através de um "amplo entendimento" entre os partidos. Para dourar a pílula, algumas das lideranças de centro e direita chegaram a propor que o acordo terminasse com a substituição antecipada do presidente Sarney, logo após o segundo turno das eleições.

Logo após a visita da delegação da Fiesp ao Congresso,

uma série de articulações surgiu para tentar dar forma a este compromisso. Até o momento em que encerrávamos esta edição ainda era impossível saber que rumo elas tomariam.

Renúncia de Sarney é tentativa de dourar a pílula

Seja qual for o resultado, porém, a própria reanimação da crise, e os desdobramentos políticos que ela teve podem fornecer importantes indicações aos partidos da Frente Brasil Popular, que não se envolveram nas manobras. O momento em que todas as lideranças do Centro e da direita se mostram impotentes para tirar o país da crise sem obrigar o povo a novos sacrifícios não seria a oportunidade de ouro

para começar a reverter um quadro eleitoral que é ainda desfavorável? Não estará aqui a chance de levantar bem alto, e de conseguir que sejam ouvidas amplamente, bandeiras como a suspensão do pagamento da dívida externa, o ataque à ciranda financeira, a reforma agrária, a recomposição do valor real dos salários? Enfim, não é este um sinal ainda mais evidente de que é preciso esquecer divergências secundárias, romper definitivamente com o exclusivismo e iniciar, faltando 130 dias para o pleito, uma campanha que empolgue e mobilize o povo, que termine com a vitória nas urnas e que abra caminho para as mudanças profundas que a sociedade reclama há décadas e que neste momento histórico preciso se tornaram politicamente alcançáveis?

As causas da inflação

Agenor da Silva*

Após alguns anos de menor intensidade, a inflação volta a ser uma das principais preocupações da política econômica dos chamados países desenvolvidos. No Canadá, os preços ao consumidor apresentaram, em abril, um ritmo de elevação anual de 6%; na Itália, 8%; na Suécia, 8,2%; na Inglaterra, 8,9% e nos EUA, 5,7%. Ao lado disso, sobem as taxas de juros internacionais e os ritmos de crescimento econômico vêm diminuindo.

Nos países dependentes, a situação é ainda mais grave: todos estão envolvidos em processos inflacionários crônicos; alguns, como o Brasil, à beira de hiperinflações.

A inflação é o processo de depreciação da moeda que se expressa na elevação contínua dos preços. Fenômeno característico do capitalismo contemporâneo, a inflação deteriora as condições gerais da reprodução do capital e provoca o empobrecimento dos trabalhadores. Representa um dos aspectos mais salientes da crise geral do sistema capitalista no seu atual estágio de desenvolvimento.

Em última instância, os processos inflacionários são manifestações do acirramento da contradição básica do capitalismo entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. Com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho vai ficando cada vez mais socializado e a apropriação cada vez mais concentrada nas mãos de uns poucos magnatas do capital. Isto se manifesta no contínuo processo de concentração da produção e centralização do capital que levou, no final do século passado, à formação dos monopólios, ao desenvolvimento do capital financeiro e a entrada do capitalismo na sua etapa imperialista.

No capitalismo pré-monopolista, os preços flutuavam de acordo com o ciclo econômico. Quando a produção estava em crescimento, os preços subiam, quando sobrevinha a crise,

os preços declinavam, sobretudo os preços dos instrumentos de trabalho. (Nas crises de 1825, 1837, 1847, o preço do ferro declinou de 35 a 45% na Inglaterra.) Assim, apesar das fortes variações, o resultado final é que os preços no final do século passado estavam no mesmo nível e até em nível inferior do que no início do século. Vale lembrar que a queda nos preços era um importante instrumento de se sair da crise e iniciar um novo período de expansão.

Na época dos monopólios, o processo começa a se alterar. Na crise de 1948/49, os preços chegaram a cair somente 0,9%, na crise de 1957/58 a queda foi de 0,1% e a crise de 1969/1970 foi a primeira em que os preços subiram mesmo com queda na circulação de mercadorias. É que nos períodos de crise, para os monopólios, é mais vantajoso diminuir a produção do que reduzir os preços para a manutenção dos superlucros, o que se viabiliza pelos mecanismos monetários e creditícios de aumento contínuo da massa monetária em circulação em proporção maior do que o avanço da produção. O Estado, submetido aos monopólios, corrobora isto.

Assim, a inflação deriva do grau de monopolização a que chegou a economia. Tem sua base no desequilíbrio estrutural do sistema monetário e creditício, no avanço do Capitalismo Monopolista Estatal e nos déficits crônicos dos setores públicos.

Para países como o Brasil, além dessas causas "endógenas", há que se agregar como elemento impulsor do processo inflacionário e gerador da possibilidade de hiperinflação, a sangria de recursos provocada pela nossa dependência ao capital financeiro internacional, particularmente pelo pagamento de uma dívida externa injusta e espoliadora.



CDM Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois diretor do

Centro de Estudos e Pesquisas Sociais - CEPS

Crimes do latifúndio: mais duas denúncias no Pará

A mistura sinistra de ação criminosa, por parte dos latifundiários, com convivência ou cumplicidade das autoridades transformou o Estado do Pará num recordista nacional de violência no campo. Mais de 400 camponeses e advogados de posseiros foram assassinados, apenas nos últimos dez anos. Os crimes multiplicaram-se e se tornaram mais ousados a partir de 1985, quando foi criada a UDR.

1. "O governador incita à violência", relata o PCdoB

Logo após a apresentação em rede nacional do último programa de televisão produzido pelo PSB, o governador Hélio Gueiros, do Pará, enviou telegrama ao senador Jamil Hadade, presidente daquele partido. O programa havia denunciado o assassinato, pelos latifundiários do ex-deputado João Batista (PSB) e de outros lutadores pela reforma agrária, e criticava a impunidade de que se beneficiaram os criminosos. O governador procurou minimizar as dimensões da violência praticada pelos fazendeiros e alegou que seu governo havia tomado providências para a elucidação das mortes de Batista e do também advogado e ex-deputado Paulo Fonteles, do PCdoB.

A mensagem do governador do Pará tornou-se pública, e o presidente do PCdoB no Estado, Neuton Miranda, sentiu-se na obrigação de dar resposta a ela. Fez isto através de outro telegrama, enviado ao governador. Depois de apontar as contradições do discurso oficial, e de pôr a nu a inação do governo, Neuton acusa Gueiros: "O senhor é um defensor dos latifundiários e dos crimes praticados por eles".

"Senhor Governador,

O senhor, em telex dirigido ao senador Jamil Hadad, diz: "Nenhum dos dois casos que mencionastes no teu programa ficou sem solução. A investigação foi inicial, apurou os fatos, identificou os responsáveis e remeteu os processos para a justiça". Os dois casos são dos assassinatos de Paulo Fonteles e João Batista. Se o assassinato de Paulo Fonteles está elucidado, e não solucionado, porque só estará solucionado quando os assassinos forem punidos, responda-me sr governador: quem atirou em Paulo Fonteles? Antonio Pereira Sobrinho ou Antonio Demegio? Quem foi o intermediador? James Vita Lopes ou Josiel e Jeová? Quem ou quais foram os mandantes? O empresário Joaquim Fonseca? Quem?

O senhor sabe que foram enviados dois inquéritos à justiça, com conclusões distintas

sobre quem matou Paulo Fonteles. Qual deles retrata a realidade? Afirmar que o caso Paulo Fonteles está solucionado ou elucidado não é uma impostura? Uma falsidade? Para não dizer uma hipocrisia? Não é, da mesma forma, um impostura, uma falsidade, para não dizer uma hipocrisia que morre um ou, outro, esporadicamente, dentro das matas paraenses, como diz o senhor, quando se sabe que na última década morreram mais de 400?

O senhor sofisma quando diz: "Se há impunidade, o problema não é meu, porque aqui não se adota o costume... de a polícia sair matando todo suspeito ou acusado." A polícia não mata todo mundo, suspeito ou acusado, mas mata muitos, principalmente pobres lavradores como José Maria Alves Ferreira e João de Deus Pereira da Silva, mortos recentemente de uma forma vil e covarde, na vila do Cristal, município de Viseu. Sem entrar no mérito de se a polícia do Pará mata mais ou menos que a do Rio, quero esclarecer que quando exigimos a punição dos assassinos, exigimos que sejam presos, julgados e condenados pelos crimes que cometeram e não que sejam mortos pela polícia. Não entendemos que a polícia tenha o dever ou o direito de matar quem quer que seja, mas tem o dever de prender criminosos. Lamentavelmente aqui se adota o costume de não prender os pistoleiros ou mandantes dos inúmeros crimes que têm vitimado trabalhadores rurais e quem defende seus direitos. Apesar das centenas de assassinatos, apenas dois pistoleiros estão presos: Sebastião da Teresona e Robertinho. Nenhum mandante está preso.

Sei que o Judiciário tem boa parcela de responsabilidade pela impunidade que impera em nosso Estado. Sei que a polícia não deve agir à revelia da lei. Mas, sr Governador, nem os poucos bandidos que têm suas prisões decretadas são presos. Há mais de um ano James Vita Lopes, Antonio Pereira Sobrinho e Osvaldo O. Pereira, três dos pistoleiros envolvidos no assassinato de Paulo Fonteles tiveram sua prisão decretada, e nenhum

deles foi preso. O pistoleiro Péricles, envolvido no assassinato de João Batista e com prisão preventiva decretada é entrevistado por jornais e televisão, mas a polícia não o prende.

Senhor governador, já o acusamos de omissos e conivente com a violência dos latifundiários do nosso Estado, mas agora é preciso ir mais longe. Acuso-o de incitar a violência dos sicários da UDR, dos fascistas que apelam para o terrorismo. É evidente o incitamento a novos assassinatos. Num trecho do seu telex o senhor diz que os ameaçados de morte são "santinhos"... "que naturalmente não fazem nada demais, não inflam, não provocam, são piedosas criaturas, tão somente preocupadas em fazer o bem, tudo dentro da lei, do respeito, e da civilidade". Quer dizer, senhor governador, que os responsáveis pela violência são as vítimas! Que os culpados pelo assassinato de Paulo Fonteles, João Batista, João Canuto, foram eles mesmos? É por isso que o senhor não manda prender ninguém, já que não pode prender quem morreu?

O sr. pode não ter "terras", "granja", "fazenda", "plantações", "latifúndio", "minifúndio", mas é um ardoroso defensor dos latifundiários que tantos crimes tem cometido em nosso Estado. (Neuton Miranda, Presidente Regional do PCdoB no Pará).



A "Classe Operária" publica mais duas denúncias, que ajudam a enxergar as dimensões alarmantes que o problema atingiu. Um telegrama do presidente do PCdoB no Pará, Neuton Miranda, ao governador Hélio Gueiros, acusando-o com base em fatos de dar apoio às ações da UDR. E uma carta do sociólogo Luís de França, que descreve o assassinato covarde de dois pescadores no interior do Estado.

2. O latifúndio liquida quem pesca para sobreviver

Dois assassinatos de trabalhadores, cometidos com requintes de crueldade, enlutaram este ano as comemorações do 27º aniversário do município de Santa Cruz do Ariri, na região paraense dos Campos de Marajó.

Os mortos são Baiardo Medeiros e Moacir de Souza, pescadores vitimados por campanhas que agiram a serviço de criadores de gado. O corpo de Baiardo apareceu, já em estado avançado de decomposição, na semana do aniversário da cidade, num canal situado no município vizinho de Chaves. Idade aproximada de 65 anos, pacato, ele era querido na cidade, e de origem simples.

Dias depois foi encontrado o corpo do também pescador Moacir de Souza, no mesmo canal. Seu cadáver havia sido decapitado. Moacir tinha idade próxima à de Baiardo, e como ele exercia influência na colônia de pescadores. Talvez por isso estivesse marcado para morrer.

O conflito entre fazendeiros e pescadores.

As ações dos fazendeiros contra pescadores prolongam-se há anos. A economia do município baseia-se quase exclusivamente na pesca e na pecuária, atividades que são exercidas por dois setores sociais distintos.

A criação de gado é praticada pelos fazendeiros, que sonham em estendê-la para áreas cada vez mais amplas do município. A população de baixa renda vive do pescado que

apanha, e habita a colônia do Jenipapo.

As condições de pesca, porém, alteram-se ao longo do ano. Durante o período de estiagem os peixes concentram-se no Lago Arari, e lá são apanhados pelos pescadores para consumo próprio e para abastecer a capital, Belém. As dificuldades aparecem com a chegada do "inverno", estação das chuvas.

O aumento do volume de água permite que os peixes deixem o lago, e cheguem a rios que correm pelas propriedades dos latifundiários. Para sufocar a colônia de pescadores, os fazendeiros impedem que eles pesquem em suas terras.

Os latifundiários contratam pistoleiros no nordeste e no sul do Estado, e promovem constantes chacinas. A morte de Baiardo e Moacir ocorreu quando eles, membros de um grupo de 8 pescadores, saíram à procura de pescado nas proximidades das fazendas, e foram interceptados por pistoleiros a serviço do latifundiário Artur Plantera. Através de um artilho os pistoleiros afastaram os dois pescadores do grupo, e depois os assassinaram.

A violência dos donos de terra não conhece limites. No ano passado, Eleci Pamplona e Raimundo Dantas, atuais prefeito e vice de Santa Cruz do Ariri, foram presos e torturados na fazenda Santa Maria, de propriedade de Ovídio Lobato, ao tentarem resgatar o corpo de Walcir Bandeira, outro pescador assassinado.

Após as últimas mortes o prefeito Pamplona fez pronunciamento à comunidade. Apesar de se mostrar abatido, foi muito contundente ao denunciar a ação da UDR na região do Marajó, exigindo prisão do mandante Artur Plantera. Os trabalhadores do município, porém, comentam que, a depender das autoridades estaduais, será mais um caso impune. A experiência lhes ensinou que os governantes estaduais e federais não estão interessados em prender seus comparsas. Ambas as partes agem em conjunto para aplicar uma política que mergulha cada vez mais, o país na crise, e o povo nas mais precárias condições de vida. (Luís de França, sociólogo e correspondente da "Classe" em Santa Cruz do Ariri).

“A Albânia avança em todos os sentidos”

O presidente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, visitou recentemente a Europa, ficando alguns dias na França e na Albânia. De volta ao nosso país, o líder comunista relata à Classe Operária o que viu em Paris, onde ultimavam-se os preparativos para festejar os 200 anos da Revolução Francesa, e no país que constrói o socialismo.

“Quando desembarquei na Europa, as manchetes anunciavam uma frase do presidente Mitterrand: ‘A França hoje é mais rica do que nunca’, conta João Amazonas. ‘Em seguida, Mitterrand comentava que a riqueza continua concentrada nas mãos de uma minoria. A afirmação mostra que Marx tinha razão — o capitalismo se desenvolve, mas o desenvolvimento capitalista acarreta na acumulação de riquezas num pólo e de miséria em outro.’”

Para o dirigente comunista, “o nível de vida na França é, sem dúvida, melhor que em nosso Brasil. Paris continua uma cidade bonita, atraente, mas mesmo lá a carestia começa a se fazer sentir. A pobreza aumenta. São mais de 2 milhões de desempregados, gente que recebe o salário desemprego por um ano, e depois fica sem nada, pois não consegue retornar ao trabalho. A situação é tão grave que o governo está tomando medidas para continuar pagando um valor mínimo para o desempregado, mesmo depois de um ano sem emprego.”

Amazonas viu os preparativos para as festas do bicentário da revolução de julho de 1789, “mas ao mesmo tempo vi mais mendigos do que antes nas ruas, no metrô. Gente com cartazes dizendo ‘Estou com fome’. E há uma certa indiferença do povo para com a festa. São mais os turistas que estão festejando. Estão ocorrendo muitas greves no país — o metrô ficou 59 dias parado!”

No período em que esteve na França, o presidente do PCdoB presenciou a propaganda dos candidatos ao Parlamento Europeu. “O assunto foi mais debatido do que em outras eleições, devido à preparação da unidade europeia, prevista para o início dos anos 90. O resultado geral apontou para o voto nos socialistas e um certo avanço dos ‘verdes’, ao mesmo tempo em que os conservadores garantiram posições importantíssimas (o Giscard D’Estaing teve a votação mais destacada, e o Le Pen também foi bem votado). Os revisionistas, que já tiveram 30% dos votos, ficaram com apenas 7% desta vez...”

Construção do socialismo

Após quase 3 anos desde sua última visita, João Amazonas retornou à Albânia. Ele destaca que o país, “que perdeu seu principal dirigente, Enver Hoxha, em 1985, demonstrou que prossegue na luta pela construção do socialismo. Continua avançando em todos os sentidos. Fui ao Museu Enver Hoxha — um edifício arro-

jado, bonito —, dedicado ao fundador do Partido do Trabalho da Albânia. Um museu muito bom, que retrata a vida do Enver e o desenvolvimento revolucionário do país. Sem culto à personalidade, mas valorizando o papel de um destacado dirigente comunista”.

O comunista brasileiro esteve em Tirana, a capital, Vlora e Fier: “Por onde passa, a gente sente o desenvolvimento econômico e social. Existem indústrias novas, inclusive uma que trabalha com cromoníquel, comprada dos japoneses. A instalação da rede que levará água potável encanada a todas as aldeias continua avançando rapidamente. Os alimentos não faltam. Há uma grande preocupação, do povo e do governo, com a preservação do meio ambiente.”



Amazonas lembra que os albaneses enfrentam também dificuldades, “mas elas vão sendo superadas. A agricultura, por exemplo, continua sendo considerada uma base importante da produção do país. Há 5 anos seguidos os albaneses convivem com a seca e no ano passado ela foi pior. Mas eles tinham feito uma grande obra de irrigação que permitiu colher pelo menos o mínimo indispensável para o consumo. Este ano está sendo melhor, e os albaneses esperam uma boa produção em todas as culturas. Foram tomadas algumas medidas para ajustar melhor as relações de produção no campo, com muita ênfase para o papel das cooperativas camponesas, que jogam papel essencial nesta etapa do desenvolvimento socialista”.

Intercâmbio partidário

O presidente do PCdoB participou de longas reuniões com Ramiz Alia, principal dirigente do PTA: “Foram conversas muito produtivas. Os albaneses

estão preocupados com os problemas novos que surgem no mundo capitalista e nas perspectivas de construção do socialismo. Eles vêem que, com a ‘perestroika’, o revisionismo entrou numa nova fase. Antes, os dirigentes soviéticos diziam que defendiam o socialismo. Agora rompem com isso e abertamente põem em prática o capitalismo, fazem propaganda das ‘virtudes capitalistas’.”

A Albânia vem ampliando suas relações estatais com países que antes eram inclusive agressivos com ela. “Foram fechados vários acordos positivos com a Bulgária, com a Alemanha Oriental, com a Polônia. Foram bastante intensificadas as relações com a França, a Grécia, a Itália. O país também está intensifican-



Amazonas: “Desenvolvimento por toda a Albânia”

do o intercâmbio com Cuba, em todos os sentidos. Isso é muito positivo. Principalmente no que diz respeito aos países balcânicos, há uma preocupação muito grande de um esforço para a paz”, opina João Amazonas.

O PCdoB é muito querido na Albânia. “Temos uma relação de amizade muito profunda com o PTA, com admiração mútua”, conta Amazo-

nas. Nosso 7º Congresso, realizado no ano passado com a presença de uma delegação albanesa, foi objeto de muitas palestras e conferências no país inclusive com debates na televisão. Os albaneses consideraram o 7º Congresso do PCdoB um passo importante para o fortalecimento do movimento comunista”.

Democratização continua

O dirigente comunista brasileiro destacou também o contínuo aprofundamento da democracia no país socialista: “As últimas eleições albanesas, realizadas em maio, foram uma demonstração do que é a democracia real. As organizações de massas participaram da própria indicação dos candidatos. O povo decidiu democraticamente quem o representaria, dentre os candidatos que ele mesmo indicou. É a democracia na prática”.

Visita noticiada na Albânia

O primeiro-secretário do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia, camarada Ramiz Alia, recebeu o presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, camarada João Amazonas, que a convite do CC do PTA visitou nosso país.

Durante o encontro, ocorrido num clima caloroso de amizade internacionalista, que sempre caracterizou a relação entre o PTA e o PCdoB, discutiu-se sobre questões atuais do trabalho e da existência dos dois partidos. Também foram trocadas opiniões sobre o de-

envolvimento da atual situação mundial, bem como sobre a luta revolucionária contra o imperialismo e o revisionismo contemporâneo. Em relação a todas as questões foram manifestadas opiniões idênticas e se aceitou a necessidade da defesa e do desenvolvimento criador do marxismo-leninismo, de acordo com as condições e as particularidades de nosso tempo.

Participou também do encontro o diretor do Departamento externo do CC do PTA, Agim Popa. (Zeri i Popullit, 02/06/89)

Os albaneses estão dando especial ênfase às cooperativas camponesas; na foto inferior, o arrojado Museu Enver Hoxha



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Novos crimes dos revisionistas chineses

O regime revisionista chinês vem resgatando métodos medievais para complementar o massacre da praça Tian An Men. Até o momento, e conforme informações oficiais, ele já determinou a prisão de pelo menos 3 mil pessoas que participaram das recentes manifestações populares contra o governo, fuzilou 27 jovens e empreende uma cínica ofensiva propagandista com a finalidade de justificar as atrocidades.

Ressuscitando um costume próprio dos governos feudais da China, a camarilha dirigente, encabeçada por Deng Xiaoping, submeteu as lideranças sentenciadas à morte, à humilhação pública e ainda remeteu aos familiares a fatura das balas utilizadas na execução.

Cinismo

Ao mesmo tempo, o governo revisionista decidiu promover uma intensa campanha propagandística com o objetivo de convencer a opinião pública de que agiu contra "um bando de contra-revolucionários" e com o interesse de preservar "a sociedade socialista ameaçada".

Desta forma, internamente vem divulgando a versão de que o massacre na praça foi uma reação defensiva dos militares contra desordeiros, na qual, por sinal, não morreram mais do que 300 pessoas, entre as quais uma grande parcela de valentes soldados.

As imagens captadas pelas emissoras de TV em todo o mundo e informações mais precisas, contudo, dão conta de que morreram alguns milhares de manifestantes — e de forma bárbara, assassina. Muitos foram trucidados pelos tanques (os "urutus" chine-

ses) enviados pelos revisionistas para conter os protestos.

O governo produziu vídeos com sua versão dos fatos e os encaminhou a mais de uma centena de embaixadas e consulados estrangeiros, com imagens de soldados mortos, veículos militares destruídos e barricadas formadas por populares.

Jogo imperialista

Hipocrisia equiparável pode ser notada na conduta dos governos "livres" e "democráticos" do chamado mundo Ocidental em relação ao massacre. Embora tenham encenado condenações formais, movidos pela oportunidade de atacar o socialismo e o comunismo, governantes como George Bush, dos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, da Inglaterra, trataram de evitar qualquer atitude mais enérgica, permanecendo, como notou a revista "Isto É Senhor", numa "retórica vazia", garantindo pragmaticamente seus interesses econômicos e geopolíticos na China.

A reação de Bush chegou a ser qualificada por um senador americano de "pateticamente frouxa", enquanto Thatcher afirmou que discordava da "desproporção da pena quanto ao delito" ao se manifestar sobre as 27 execuções determinadas pelo governo.

A prudência tem fortes motivos, neste caso. E quem os explicitou foi o ex-presidente dos EUA, Richard Nixon, em um recente artigo intitulado "Sanções contra China prejudicam Estados Unidos", republicado pela "Folha de S. Paulo". Além de expor e defender matreiramente os interesses de multinacionais americanas na

China, Nixon deixa claro que o fim da aliança EUA-China teria implicações desastrosas para o imperialismo yanque, podendo beneficiar a União Soviética "como potência militar dominante na Ásia, e o Japão como potência econômica dominante".

"Aconteça o que acontecer no futuro", assinalou, "é imperativo que as relações sino-americanas permaneçam fortes, para que os Estados Unidos possam manter o equilíbrio entre a China, o Japão e a União Soviética." E acrescentou: "Aqueles que insistem em romantizar as relações entre nações sempre irão se desapontar quando as realidades dos interesses nacionais e da sobrevivência inevitavelmente se impõem." É esta visão pragmática que tem norteado a ação de George Bush. Por sua vez, a URSS reagiu com um absoluto mutismo e Gorbachev não vacilou em proibir a divulgação de notícias sobre o massacre nos jornais soviéticos, que se limitaram a dar a versão oficial do governo chinês acerca dos episódios.

Luta de classes

Na tentativa de encobrir o massacre com uma fraseologia progressista, o órgão oficial do partido revisionista chinês, "Diário do Povo", chegou ao ponto de recuperar o conceito de luta de classes. Cabe lembrar que o conceito havia sido oficialmente sepultado por Deng Xiaoping durante as reformas capitalistas, como "desnecessário e superado". Agora, segundo o jornal, a luta de classes ainda tem sentido para combater "um número muito pequeno de inimigos" (as manifestações de descontentamento contra o governo

mobilizaram milhões de estudantes e trabalhadores).

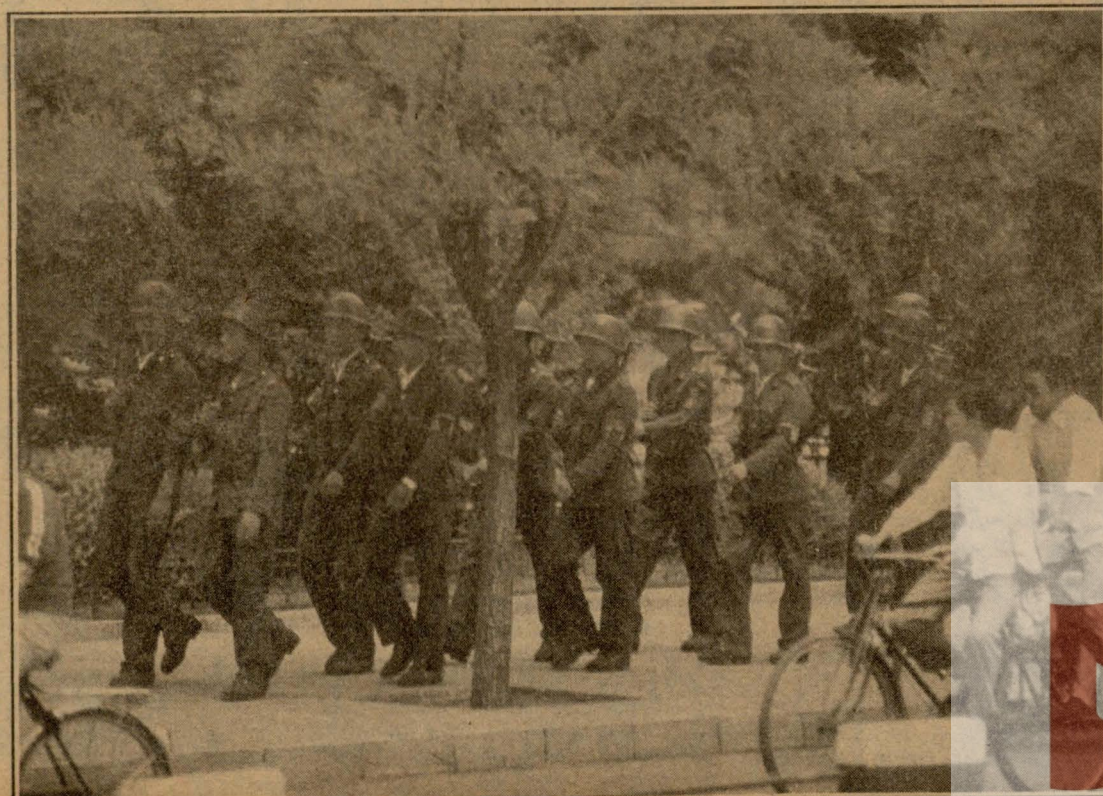
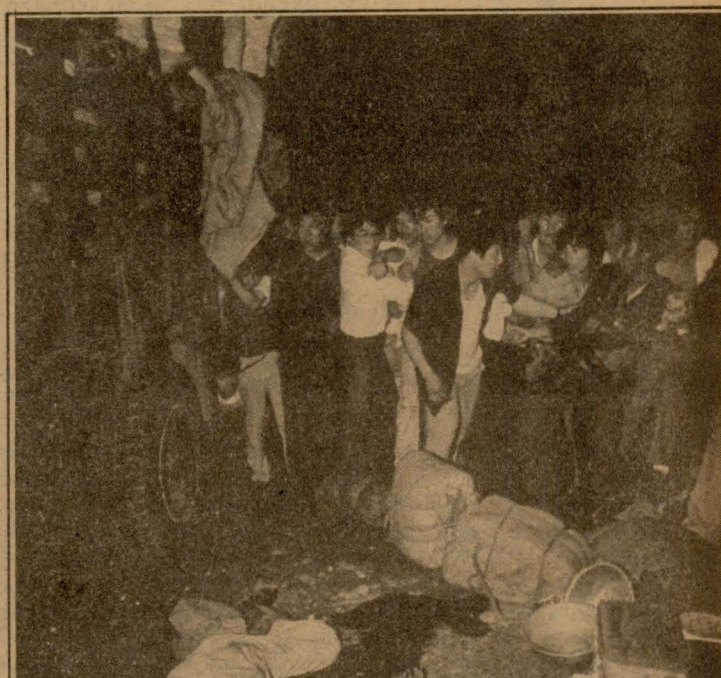
O que ocorreu e ainda está a ocorrer na China é, de fato, expressão da luta de classes, mas não tem o sentido que os revisionistas querem dar. As contradições que resultaram nos conflitos da praça Tian An Men são fruto das reformas capitalistas promovidas pelos dirigentes chineses — que consistiram na abertura do país ao capital estrangeiro e estímulos à iniciativa privada e disparidades salariais no país. Somente nos últimos 10 anos, a China contraiu quase 30 bilhões de dólares de empréstimos no exterior, recebeu investimentos diretos da ordem de US\$ 8,9 bilhões, expandiu rapidamente seu comércio externo (que contabilizou em 88 US\$ 55 bilhões em importações e US\$ 48 bilhões em exportações). Reformulou o sistema de administração dos

preços, de forma a dar plena autonomia às leis do mercado, ganhando, em contrapartida, uma inflação a cada ano maior e, às custas do arrocho salarial, conseguiu uma rápida acumulação de capital, tendo crescido cerca de 100% desde 1978.

As reformas liberaram novas forças sociais, criando na sociedade uma pequena burguesia numerosa que luta pela ampliação de seus direitos, além de estimular as reivindicações trabalhistas por melhores salários. Essa contradição tinha expressão dentro do partido através do ex-líder do PCCh Zhao Ziyang, que defendia a aceleração das reformas e as exigências democráticas burguesas levantadas pelos manifestantes, mas acabou rifado por Deng Xiaoping, também um extremado adepto das reformas capitalistas.



Os prisioneiros, submetidos à humilhação pública



Soldados patrulham Pequim e "garantem" o regime ditatorial de Deng Xiaoping contra o ódio popular



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cena do massacre que a propaganda oficial quer mascarar

Justiça racista dos EUA manda menores para a cadeira elétrica

“Chama da liberdade”. Com esse título grandiloquente, a revista “Veja” noticia que “em defesa da livre expressão, a Suprema Corte (dos Estados Unidos) decide que queimar a bandeira americana não é crime”. A resolução é apresentada como uma demonstração de liberalismo, de respeito à democracia.

Porém... Porém a mesma Suprema Corte referendou, no último dia 26, a pena de morte para menores de 18 anos e para deficientes mentais. Dias antes, a alta burguesia que faz as leis nos EUA havia decidido que a divulgação da pornografia — com o uso e o abuso do corpo da mulher para obter lucros — é democrática, mas que a proteção aos direitos das minorias raciais é antidemocrática. Segundo a Suprema Corte, as indústrias ianques não precisam empregar negros — mesmo quando os negros são maioria na população de determinada localidade —, desde que os brancos “correspondam às necessidades dos empregadores”. Ou seja, a discriminação racial é legal. É o respeito “democrático” ao direito do empresário deixar os negros no desemprego, e o respeito ao direito “democrático” dos negros morrerem de fome...

Condenados à morte

No caso da decisão “democrática” sobre os menores, a Suprema Corte referendou a pena de morte para Heath Wilkins. Quando tinha 9 anos, Wilkins injetou veneno para ratos em alguns comprimidos

que sua mãe e seu padrasto tomaram. Exames médicos determinaram que o garoto era deficiente mental. Mesmo assim foi condenado à morte — com o aval da Suprema Corte. Outro rapaz, Kevin Stanford, de 17 anos, foi condenado à morte por estupro e assassinato.

A pena de morte existe em 25 Estados norte-americanos, e 41% dos condenados à cadeira elétrica, enforcamento, fuzilamento, gás venenoso ou morte por injeção são negros — que correspondem a 12% da população.

Racismo

Embora sejam maioria nas penas de morte, os negros são minoria na hora dos direitos. Assim, a Suprema Corte pôs fim à “reserva de mercado racial”, que determinava que a comunidade negra teria direito ao percentual de vagas no mercado de trabalho correspondente ao percentual de negros em cada cidade. Por outro lado, a Suprema Corte decidiu facilitar o acesso à Justiça de brancos que se considerem prejudicados por uma “eventual divisão de raças”, embora os negros não tenham esse direito.

Por fim, a Suprema Corte decretou que empregados negros que se considerem vítimas de algum preconceito diante de promoções ou aumentos salariais não podem mais se valer de uma lei que proíbe discriminação racial, de sexo ou outras categorias. Assim é a Justiça na “maior democracia do Ocidente”.

Minorias nacionais assassinadas na URSS

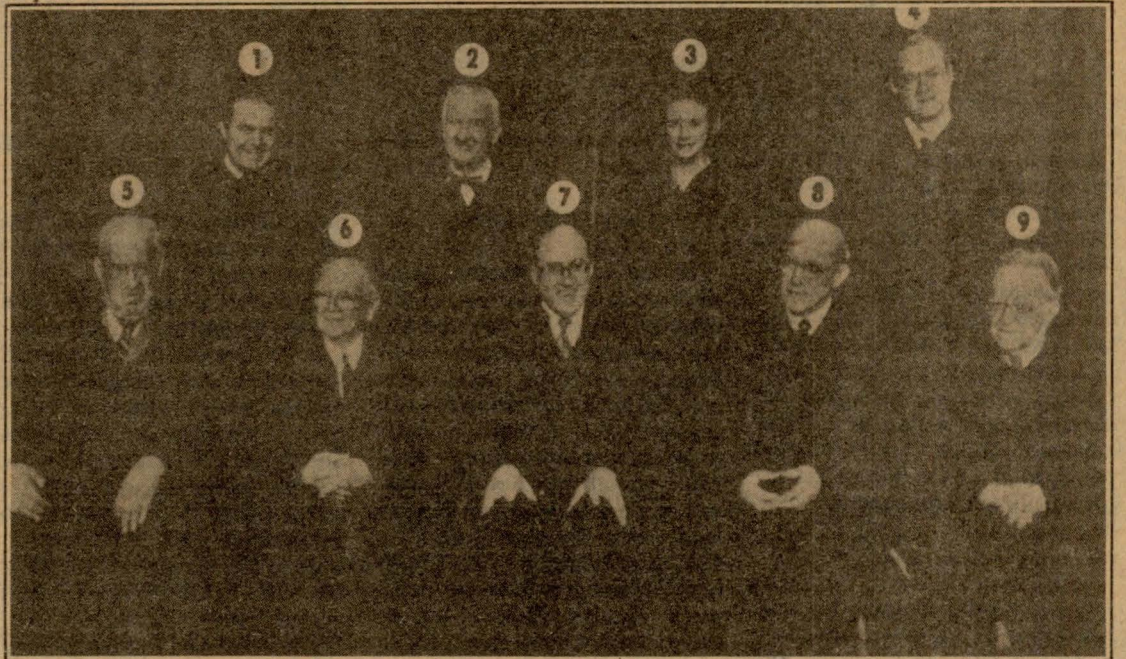
Os conflitos étnicos continuam estourando na URSS de Mikhail Gorbachev. No Uzbequistão, o número de mortos já ultrapassa os 100, e os feridos são contados aos milhares. O primeiro-ministro Nikolai Ryzhkov responsabilizou o PC local, revisionista, pelos incidentes. O partido do Uzbequistão é acusado de casos de corrupção que envolvem a quantia de 1 bilhão de dólares — na região há 1 milhão de desempregados! Mais de 16 mil mesquitas — minoria nacional local — foram retiradas do Uzbequistão.

No Cazaquistão, os conflitos entre as várias nacionalidades já causaram a morte de mais de 10 pessoas, e 3.500 mulheres e crianças fugiram

dessa república soviética, onde foi decretado o toque de recolher. Os cazaques — que são minoria nacional no Cazaquistão — protestam contra a escassez de alimentos e os altos preços cobrados pelas cooperativas. As cooperativas, dominadas por outras nacionalidades, estão sendo incentivadas por Gorbachev. Mas nos protestos o povo gritava: “Fechem as cooperativas!”

Na Moldávia, mais de 40 mil pessoas protestaram contra o domínio dos russos em Krishinev, capital da república. Entre outras coisas, a população local quer o ensino de sua própria língua nas escolas públicas, em contraposição ao russo, imposto por Moscou.

Arquivo



Os magistrados que “fazem as leis” nos Estados Unidos (todos brancos): 1- Antonin Scalia; 2- John Paul Stevens; 3- Sandra Day O'Connor; 4- Anthony Kennedy; 5- Thurgood Marshall; 6- William Joseph Brennan Jr.; 7- William Hubbs Rehnquist; 8- Byron Raymond White; 9- Harry Blackmun.

Comunistas propõem candidato único dos democratas no Chile

Os marxistas-leninistas chilenos estão divulgando uma Declaração Pública sobre a situação política e a sucessão presidencial no país, que reprodizimos a seguir:

Frente à complexa situação política nacional, o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) PC (AP) declara que:

1. Impõe-se rapidamente a indicação do candidato único da oposição para presidente da República. Isto dinamizará a união e mobilização do povo chileno para impedir o continuísmo ditatorial.

A respeito, reafirmamos que este pode ser Patricio Aylwin Azócar ou outro, sempre que represente as amplas forças democráticas e antifascis-

tas. O não assumir a tempo esta exigência pode ser altamente negativo para o processo democrático que reclama todo o povo, e os responsáveis pela demora responderão diante das maiorias nacionais.

2. Deve-se rechaçar as manobras desesperadas da ditadura para manter o poder — estas encaminham-se inclusive para o autogolpe. Este deve ser impedido com a mobilização unitária das amplas maiorias nacionais por suas reivindicações econômicas e políticas.

3. A política e manobras autogolpistas da ditadura militar tomaram expressão concreta em: a) Declarações militares; b) Adiamento contínuo da sentença contra os dirigentes

da Central Única de Trabalhadores; c) Repressão contra as manifestações oposicionistas, como foi o 1º de Maio em Santiago e Valparaíso; d) No impedimento de toda possibilidade de reformar a Constituição.

4. No caso do autogolpe impor-se (o que pode tomar diversas formas, como uma fraude em grande escala nas eleições de 14 de dezembro), o povo e todas as suas organizações devem assumir o caminho da preparação do levante geral antifascista, derrubando a ditadura e suas bases de sustentação.

Secretariado Político do Comitê Central do PC(AP), Santiago do Chile, 9 de maio de 1989.

Uma análise marxista

A edição n.º 17 da revista *Princípios*, já em circulação, analisa a volta ao capitalismo na União Soviética, em 10 artigos de diferentes autores, ocupando-se particularmente com a abordagem do movimento batizado por Gorbachev de *perestroika*. O tema ocupa, com exclusividade, as 68 páginas da publicação.

Sob a ótica do marxismo-leninismo, os articulistas dissecam a trajetória e os efeitos do revisionismo soviético de Krushev a Gorbachev, a in-

fluência do retrocesso do socialismo na URSS sobre o movimento revolucionário, o caráter de classe da *perestroika*, os resultados da política soviética nos campos econômico, institucional e cultural, a raiz dos conflitos entre as nacionalidades e outros aspectos da atual realidade da URSS.

Princípios pode ser adquirida através dos seguintes endereços: Editora Anja Garibaldi, rua Bororés, 51, 9º andar, Mourão, 01320, São Paulo-SP, ao preço de NCz\$ 3,50 o exemplar.

Princípios

O SOCIALISMO TRAÍDO:
PERÉSTROIKA

A venda do periódico de esquerda em Gorbachev em 1989, artigos de diferentes autores, sobre os efeitos do retrocesso no movimento revolucionário, e o caráter de classe do movimento soviético, os resultados da política econômica, institucional e cultural, a raiz dos conflitos entre as nacionalidades e outros aspectos da atual realidade da URSS.

Princípios pode ser adquirida através dos seguintes endereços: Editora Anja Garibaldi, rua Bororés, 51, 9º andar, Mourão, 01320, São Paulo-SP, ao preço de NCz\$ 3,50 o exemplar.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A arte popular enfrenta o monopólio cultural

Oswald Barroso*

Diferentemente das décadas anteriores, quando artistas e escritores buscaram ampliar canais "alternativos" e "independentes" de comunicação, os anos 80 se caracterizaram para estes mesmos produtores culturais como uma época de "ocupação de espaços" nas instituições oficiais e grandes meios de produção e difusão cultural. Os canais "alternativos" mostraram-se insuficientes para atingir um grande público, e a chamada "abertura política" alargava a faixa propícia ao exercício da liberdade de expressão nos meios controlados pelo grande capital.

E de fato algumas posições e espaços, antes inimagináveis, foram ocupados por artistas ligados aos interesses populares, com suas obras. Daí, passou-se a disseminar a ilusão de que, suspensa a censura política, desarmados os mecanismos de repressão mais ostensivos da ditadura militar, estava instituída a liberdade de criação e difusão cultural. A grande indústria de comunicação, abolida a polarização de forças contra e a favor da ditadura, teria por única determinação o mercado.

A partir deste raciocínio, o mercado foi erigido como uma espécie de deus neutro e cheio de sabedoria, a selecionar e promover obras e autores, segundo parâmetros exclusivamente técnicos e infensos a considerações ideológicas. Alguns artistas e escritores se adequaram de uma forma tão "natural" à situação, que passaram a enxergar nas imposições do mercado um reflexo de suas próprias inclinações.

O atrofiamento do mercado, resultado das crises econômicas, as graves deformações do processo cultural brasileiro geradas pela crescente monopolização dos meios de produção e difusão cultural, vieram pôr em xeque essas ilusões. Parte importante de nossas obras artísticas e literárias foi excluída do circuito comercial de difusão.

RUPTURA RADICAL

Na tentativa de fugir ao mercado, foram feitas experiências de inovação formal e de modificação do processo de distribuição de obras, a exemplo das "performances" teatrais, das esculturas efêmeras, das emissoras piratas etc. Todas porém se mostraram infrutíferas. No mínimo, eram vendidas como notícias, quando não, simplesmente apropriadas pelos monopólios da produção cultural (vide TV Pirata).

A arte e a literatura não são apenas formas de representação social, mas também formas de produção. Como tal, são determinadas em "última instância" (usando expressão de Marx), por quem detém os meios de sua produção e distribuição. Sendo assim, apenas uma ruptura radical nos mecanismos de controle sobre esses meios torna possível reordená-los em direção aos interesses dos artistas e do povo. Tal ruptura implica uma evolução política e econômica que transcende o campo de ação específico de artistas e escritores, sem no entanto excluí-los.

Pensamos que as experiências dos anos 60 e 70 precisam ser retomadas em maior volume e urgente, de modo crítico e somando a elas a prática recente de artistas e escritores do povo.

OCUPAR ESPAÇOS

Como ponto de partida é impossível desconhecer a influência quase avassaladora exercida pelas grandes cadeias de comunicação sobre a consciência e as formas de percepção de toda a população. Cresce em importância a crítica aos seus mecanismos de dominação. Algumas práticas como os cursos de leitura crítica de TV, desenvolvidos junto a comunidades periféricas e rurais, são exemplos satisfatórios neste sentido.

LIGAÇÃO COM O POVO

Ao mesmo tempo, não deve ser descartada a possibilidade de ocupar espaços no mercado, inclusive nas grandes empresas de comunicação. Embora não se trate de campo mais propício ao desenvolvimento da arte e literatura popular, atuar nele não significa, obrigatoriamente, capitular ante os padrões estéticos que fazem o jogo das classes dominantes. Usar apenas meios "alternativos" pode significar difundir mensagens apenas entre os que já estão ganhos para os pontos de vista dos seus autores. Em essência, contrapor-se às imposições artísticas e literárias dominantes significa produzir obras que ofereçam uma imagem do mundo diferenciada da que elas mostram. Significa fazer uma arte que revele o mundo em sua verdadeira natureza, como algo mutável, uma arte que, como insistia Brecht, divirta fazendo pensar e instigando o público a intervir de forma mais consciente nos acontecimentos sociais.

Sobretudo é preciso retomar a estratégia de criar espaços próprios, nos quais arte e literatura popular possam se desenvolver de maneira mais independente possível em toda a sua criatividade e radicalidade de propósitos. É bom lembrar, por exemplo, que o florescimento do cordel no Nordeste, como literatura do povo, só foi possível com o surgimento de gráficas de propriedade dos próprios poetas ou de outros elementos populares. Do mesmo modo, possibilidades notáveis de difusão da expressão popular se abrem com a relativa democratização de algumas tecnologias de comunicação, como o vídeo, os auto-falantes, as pequenas impressoras e gravadoras, etc., que passam a ser utilizados com êxito por variados setores do povo.

No uso desses meios "alternativos", entretanto, se deve estar atento a duas ordens de questões. A primeira diz respeito às suas limitações e à ne-

cessidade de a eles se combinarem muitas outras iniciativas, inclusive com o trabalho apoiado em instituições públicas e/ou privadas. Normalmente, a disputa no mercado capitalista é desfavorável às pequenas produtoras e distribuidoras.

A segunda questão é decisiva: é indispensável que o trabalho artístico e literário se desenvolva em ligação e a serviço do avanço do movimento popular. Esta é a garantia maior de que, mesmo afetadas pelas leis do mercado capitalista, as obras de arte e literatura se coloquem no campo da luta

emancipacionista do povo, da sociedade e da própria arte.

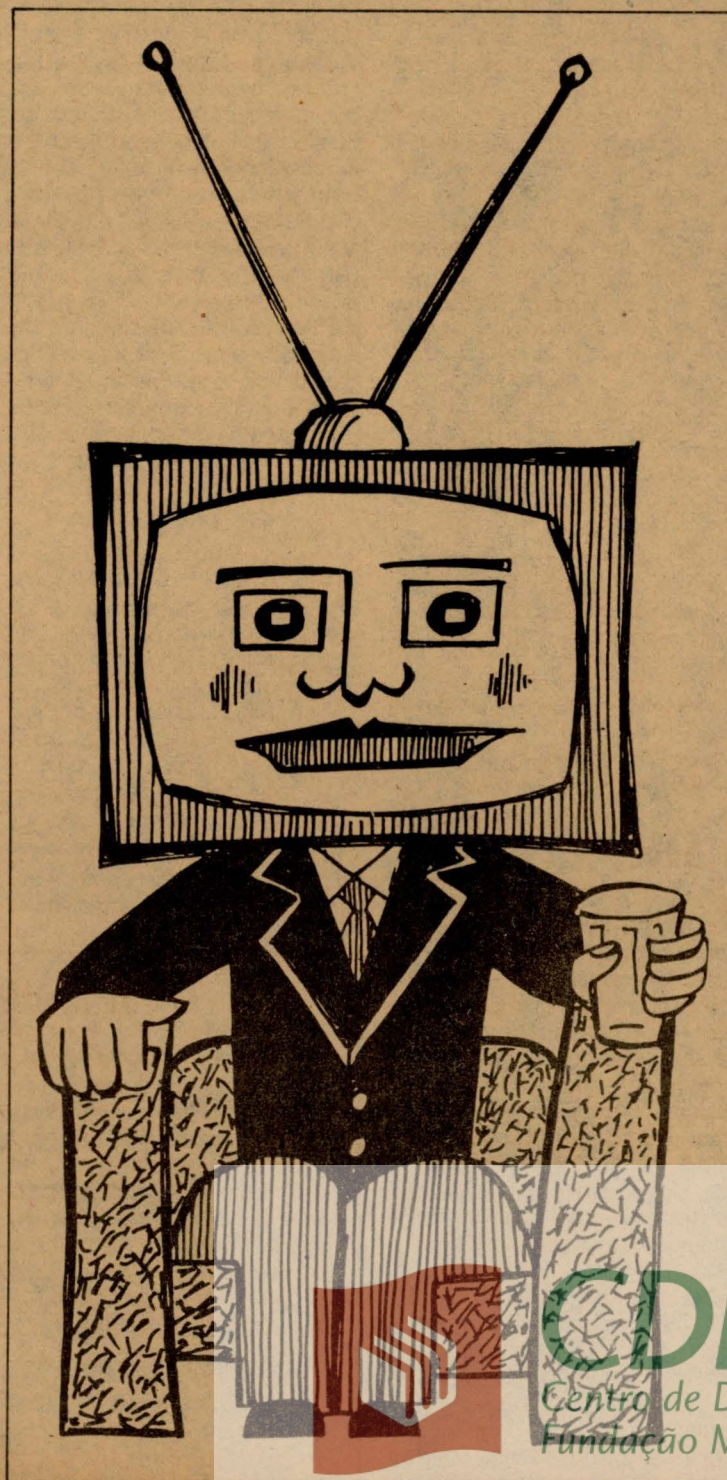
Desde os CPCs da UNE e o MCP de Pernambuco, passando pelas técnicas do Teatro do Oprimido de Boal, pelas canções e dramatizações comunitárias, pelos grupos de teatro formados por operários no ABC paulista, pela prática do União e Olho Vivo e de outros grupos de teatro amador, até as mais recentes experiências com vídeo e rádios comunitárias desenvolvidas por organizações do povo, já se acumulou uma série de êxitos e fracassos que precisam ser repensados.

ARTE INDISPENSÁVEL

As iniciativas começam com a procura em dirigir-se a um público não elitizado, impossível de ser atingido sem a criação de novos e não convencionais meios de comunicação, como teatros móveis, sistemas de som ambulante etc. Avancam até experiências de criação coletiva, onde atores e espectadores se confundem. Muitos artistas recebem encomendas de sindicatos, associações ou partidos políticos populares, que atendem com um trabalho especializado. Noutras ocasiões, intervêm no sentido de colocar nas mãos do povo os instrumentos e as técnicas de produção e difusão.

Todas essas práticas se completam e se ajudam, na sua variedade, na superação de certos preconceitos e visões utilitaristas acerca das artes e dos artistas no seio das organizações populares. Estes preconceitos estão, ao final das contas, relacionados com orientações imediatistas da luta social e se colocam em contraposição à necessidade da participação consciente do povo nos confrontos políticos.

A arte não é indispensável apenas para emprestar suas técnicas às formas de agitação e propaganda, tornando-as mais criativas e atraentes. É necessária para formar o homem integral, a coletividade desalienada. Por isso, um romance ou uma sinfonia que atinge os substratos mais profundos da sensibilidade e da razão dos homens, mesmo não apresentando resultados evidentes em suas praxis a curto prazo, são tão importantes quanto o teatro de agitação ou o cinema político que os impõem.



Desenho de Audifax Rios

*Poeta, dramaturgo, ensaísta e jornalista cearense.

Limites da burguesia na Revolução Francesa

Na primeira parte deste artigo, publicada na edição passada, o professor Clóvis Moura abordou a situação política, econômica e social da França pré-revolucionária e o pacto que a burguesia fez com o latifúndio, de 1789 a 1791, quando termina a elaboração da Constituição. A pequena burguesia e os pobres em geral foram sacrificados nesse pacto.

Clóvis Moura*

Nesta conjuntura de avanço das forças reacionárias surge a figura de Robespierre, que já vinha protestando contra as amplas faculdades outorgadas ao rei, a expulsão dos cidadãos passivos da guarda nacional, defendendo, por outro lado, o direito de petições em massa e maiores franquias democráticas aos pobres. Essa posição concedeu-lhe grande popularidade entre os democratas revolucionários. Marat, um médico de profissão e jornalista, compartilhava com a posição de Robespierre. Mas a grande

burguesia estava muito mais forte na Constituinte e dotou o rei de amplos poderes: nomeava ministros, generais, mantinha relações diplomáticas com outros países e tinha o direito de veto sobre as leis promulgadas pela Assembléia Legislativa. Essa estrutura correspondia aos interesses dessa grande burguesia que, ao mesmo tempo, em seu benefício, confiscou as terras da Igreja, e os sacerdotes passaram a ser funcionários do Estado. Com isto ela conseguiu comprar grande parte dos antigos latifúndios da Igreja.

Quando à classe trabalhado-

ra, os operários principalmente, a burguesia decretou, em 14 de junho de 1791, a Lei de Le Chapelier. Por ela eram proibidas todas as associações sindicais, as assembléias e greves. Os violadores dessa lei estavam sujeitos a severas penas.

Pouco tempo depois, um decreto pôs fim a todas as obras públicas, deixando desempregados 20.000 trabalhadores.

Apesar de todo esse movimento conciliador da alta burguesia, o rei Luís XVI não estava satisfeito e esperava uma invasão estrangeira para pôr fim à revolução.

A França entra em guerra com a Áustria e depois com a Prússia num movimento restaurador apoiado pelo rei. O povo francês se mobiliza, o poder do rei se deteriora rapidamente. Fundam-se vários clubes e associações revolucionárias em Paris. Os líderes da democracia revolucionária — Robespierre e Marat — protestam sem cessar contra a traição da corte e incitam as massas à ação revolucionária. Da tribuna do Clube dos Jacobinos, Robespierre pedia a destituição do rei, dissolução da Assembléia Legislativa e a formação de uma nova assembléia do povo que seria eleita por todos os cidadãos sem distinção entre ativos e passivos.

Luta pelo poder

Enquanto isto, a guerra prosseguia e os prussianos já haviam tomado Longwy e sitiaram Verdun. Grande parte do exército francês conivia com o adversário a fim de restaurar a monarquia absoluta. Tiveram de fazer uma reorganização nos quadros do exército e finalmente, em 20 de setembro de 1792, na batalha de Valmy, Paris ficou a salvo de uma invasão contra-revolucio-

nária com a vitória do exército francês.

Enquanto isto, as diversas frações de classes, representadas pelos seus partidos, travavam séria luta pelo poder. Os girondinos, conciliadores, representantes da alta burguesia, em aliança com alguns nobres e parte do antigo clero, desejavam segurar o processo revolucionário, enquanto os jacobinos, que eram porta-vozes da pequena burguesia, impulsionavam a revolução. Havia também os "loucos", que expressavam os miseráveis, os desempregados, os prejudicados de todas as formas com as medidas conciliadoras dos girondinos. Sob a pressão dos jacobinos e dos "loucos", em janeiro de 1793 o rei é executado. Várias medidas tomadas e que encareciam os preços a varejo indignaram ainda mais os pobres de Paris. Os "loucos", que tinham representação na Convenção, atacaram violentamente os comerciantes. Diante dessa pressão estabeleceu-se o preço máximo do pão, criou-se um **tribunal revolucionário** e ergueu-se uma guilhotina na Praça da Revolução.

O povo exigiu que os girondinos fossem expulsos da Convenção. Em 2 de junho alguns girondinos foram presos e, depois de levados a um tribunal revolucionário, guilhotinados.

Com isto, os jacobinos assumem o poder. Inicia-se a luta contra os inimigos da revolução, que se encontravam no interior da administração e cargos políticos. Por outro lado a fome se agravava, os camponeses continuavam sublevando-se e o inimigo externo cercava a França por terra e por mar. A ditadura jacobina tinha como órgão de poder os **Comitês de Salvação Pública**, que dirigiam toda a política interna e externa da república.

Nessas condições foi instalado o terror revolucionário para salvar as conquistas da revolução. Todos os movimentos contra-revolucionários foram severamente castigados e os seus líderes executados. "Todo o terrorismo francês — escreveu Marx — não era outra coisa que o método plebeu de tratar com os inimigos da burguesia: o absolutismo, o feudalismo, o latifundismo."

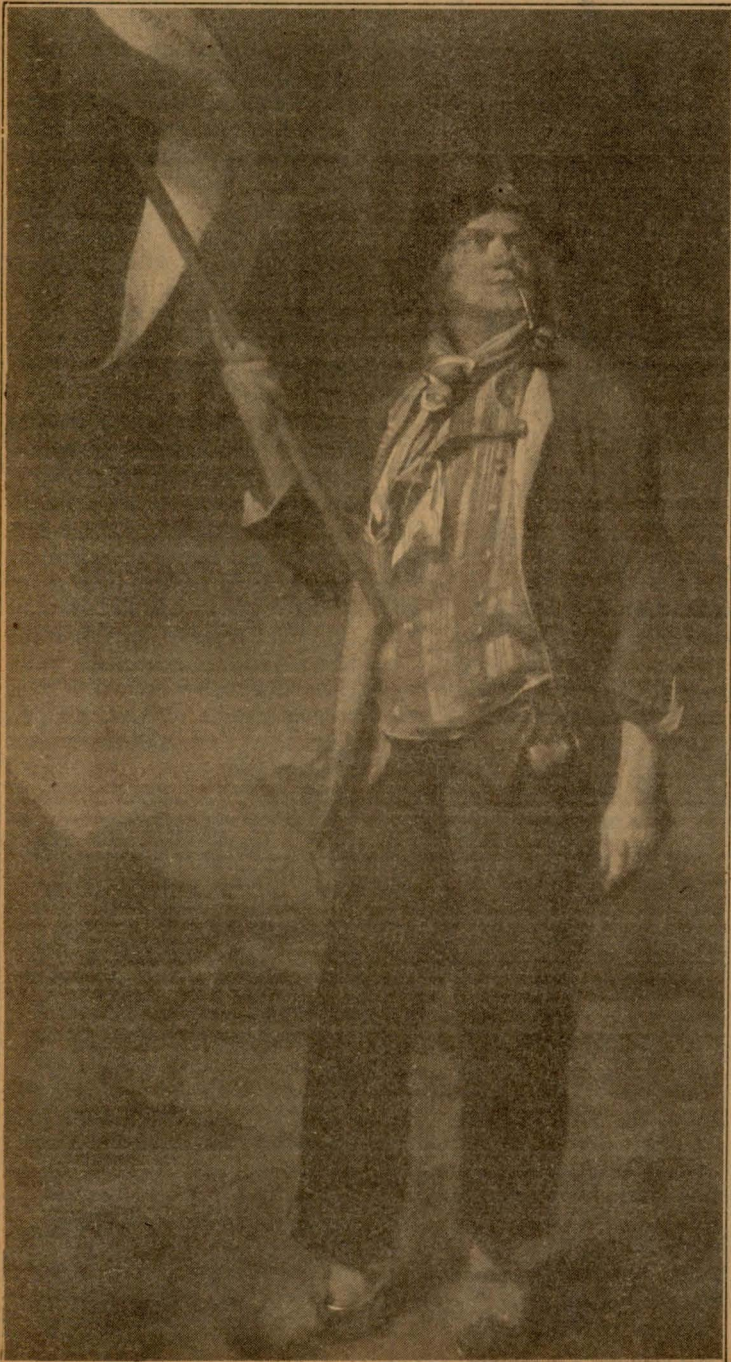
Burguesia esgotada

Apesar de todas as medidas dos jacobinos, a contra-revolução da grande burguesia termina triunfando em julho de 1794. É o chamado "9 de Termidor". Com isto o ciclo revolucionário da burguesia se esgota. A repressão conservadora destrói a maioria das conquistas sociais e políticas da revolução francesa. Criam-se, assim, as premissas para o desenvolvimento do capitalismo europeu. O reinado de Napoleão virá coroar a consolidação do mundo da grande burguesia. E quanto à posição da burguesia para com a classe operária, é o próprio Bonaparte quem a determina, decretando através do Código: "Art. 415 — Toda coalisão por parte de operários para fazer parar ao mesmo tempo o trabalho, e proibir o trabalho em uma oficina depois de certas horas, para suspender, impedir, encarecer os trabalhos, se houver tentativa ou princípio de execução, será castigada com prisão de um a três meses. Os chefes ou autores serão castigados com prisão de 2 a 5 anos."

Com o esgotamento progressivo da revolução burguesa na França e nas demais nações que a seguiram, o mundo entrou na época das revoluções socialistas.

*Sociólogo e historiador

Arquivo



Os "loucos" defendiam os miseráveis na Revolução

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 3,00; Trimestral de apoio: NCz\$ 5,50

Assinatura semestral: NCz\$ 6,00; Semestral de apoio: NCz\$ 12,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à

Editora Aníla Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A II Internacional faz 100 anos

No dia 14 de julho comemora-se o centenário da formação da II Internacional. No seio desta organização foram formados um grande número de revolucionários. Ela cumpriu seu papel num momento de desenvolvimento relativamente pacífico do capitalismo. Sua falência, em 1914, não tira seus méritos. A traição de 1914, quando os socialdemocratas apóiam a guerra imperialista, é na verdade a negação de todos os aspectos positivos existentes até então. É a vitória do oportunismo.

Augusto Cesar Buonicore*

Em 1871, quando a Comuna de Paris foi esmagada pelas forças da reação, encerrava-se um capítulo da história do movimento operário-socialista mundial. Uma Santa Aliança reacionária foi formada contra o proletariado revolucionário e seu representante, a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional).

Em 1872, reuniu-se em Haia o último congresso da Internacional em solo europeu. Por proposta de Karl Marx, o Conselho Geral da entidade foi transferido para os EUA, onde sobreviveu debilmente até 1876, quando sua dissolução foi decidida pelo Congresso realizado na Filadélfia.

O fim da década de 70 e início da de 80 do século passado registraram um período de rápido desenvolvimento econômico, em especial na Alemanha. A produção se concentrava cada vez mais em grandes centros fabris. Somente as fábricas Krupp, em Hessen, concentravam mais de 45 mil trabalhadores. Estavam dadas as bases sociais para a construção de um amplo movimento de massas proletário, guiado pelo socialismo científico.

É quando surgem os primeiros partidos políticos independentes e de massas do proletariado. Em 1875, as duas organizações socialistas da Alemanha, os Eichenianos e Lassallinos, fundem-se em um único partido, o Partido Social-Democrata. Marx criticou o programa aprovado no Congresso de Unificação, em Gotha, por fazer injustificáveis concessões a teses oportunistas. Mas não deixou de registrar que o surgimento do partido era um importante acontecimento para o proletariado alemão. Neste mesmo período surgem partidos operários e socialistas na França, Áustria, Espanha, Itália, Estados Unidos, a Federação Social-Democrata Inglesa e o Grupo de Emancipação do Trabalho na Rússia. A maioria dessas organizações nasciam sob o signo do marxismo.

Engels e a Internacional

Em 1889, os socialistas franceses convocam um Congresso Operário Internacional. Por proposta de Engels, é marcado para Paris, dia 14 de julho, quando se comemoraria o centenário da Revolução Francesa. O fundador, junto com

congresso os anarquistas foram expulsos das fileiras da Internacional.

O caso Millerand

O Congresso de Paris em 1900 foi agitado pela participação ou não dos socialistas em governos burgueses. Millerand, do Partido Socialista Francês, havia participado, no ano anterior, do governo da França, sem prévia consulta à direção do partido. Apesar da gravidade da falta, foi apenas admoestado. O Congresso da Internacional, chamado a opinar, não aprovou medidas energéticas, mas sim uma proposta de Kautsky criticando Millerand, sem puni-lo.

A principal resolução deste congresso foi a formação de um Comitê Executivo da Internacional, com sede em Bruxelas, formado por representantes de diversas sessões nacionais.

Bernstein x marxismo

A partir de 1899, o partido alemão foi palco de acirradas controvérsias entre os revisionistas, capitaneados por Bernstein (que negavam o papel da violência revolucionária e a ditadura do proletariado), e os revolucionários, liderados por Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht. Kautsky e Bebel adotaram uma posição centrada, condenando o revisionismo mas recusando-se a excluí-lo do partido.

Apenas no congresso do partido em Dresden, em 1903, é tomada uma posição mais firme, proposta por August Bebel. A resolução condena "de maneira mais decidida, o intento revisionista de alterar a nossa tática, posta à prova várias vezes e vitoriosa, baseada na luta de classes".

O Congresso da Internacional, em 1904, deu-se sob o impacto deste debate. O revisionismo sofre nova derrota, mas Bernstein e seus seguidores continuam no partido e na Internacional, inclusive na sua direção.

Guerra e revolução

A Revolução de 1905, na Rússia czarista, reacendeu o debate sobre o reformismo e a revolução. Esse acontecimento foi o sinal de que chegava ao fim o desenvolvimento pacífico do capitalismo. Começou a se estruturar de maneira mais orgânica a ala esquerda da Internacional, agora encabeçada pelos bolcheviques russos e pela esquerda do partido alemão.

Em 1907 reuniu-se o Congresso de Stuttgart. Problemas teóricos-ideológicos perderam espaço para questões práticas imediatas, como a guerra que já batia às portas da Europa. É aprovada moção de Bebel considerando que "as guerras eram próprias da essência do capitalismo e só cessariam com o seu fim", e que "os trabalhadores eram as principais vítimas do conflito e portanto seus inimigos naturais". Mas,

como alertou Lênin, presente no congresso, a moção "não continha qualquer indicação concreta sobre quais deveriam ser as tarefas da luta do proletariado".

A esquerda do congresso propõe uma emenda indicando a utilização das "crises econômicas e políticas criadas pela guerra para agitar os estratos mais profundos do povo e precipitar a queda da dominação capitalista".

No congresso seguinte, em Copenhague (1910), as posições reformistas se reforçaram. A manutenção da paz ficou quase que reduzida às pressões parlamentares, em detrimento da mobilização das massas e da preparação da luta revolucionária.

A grande traição

Em 1912, em meio ao clima pesado da guerra eminente, reuniu-se um congresso extraordinário da Internacional na Basileia, que tomou um caráter de manifestação antibélica. Os discursos de alguns socialistas eram tão eloquentes quanto vazios de propostas.

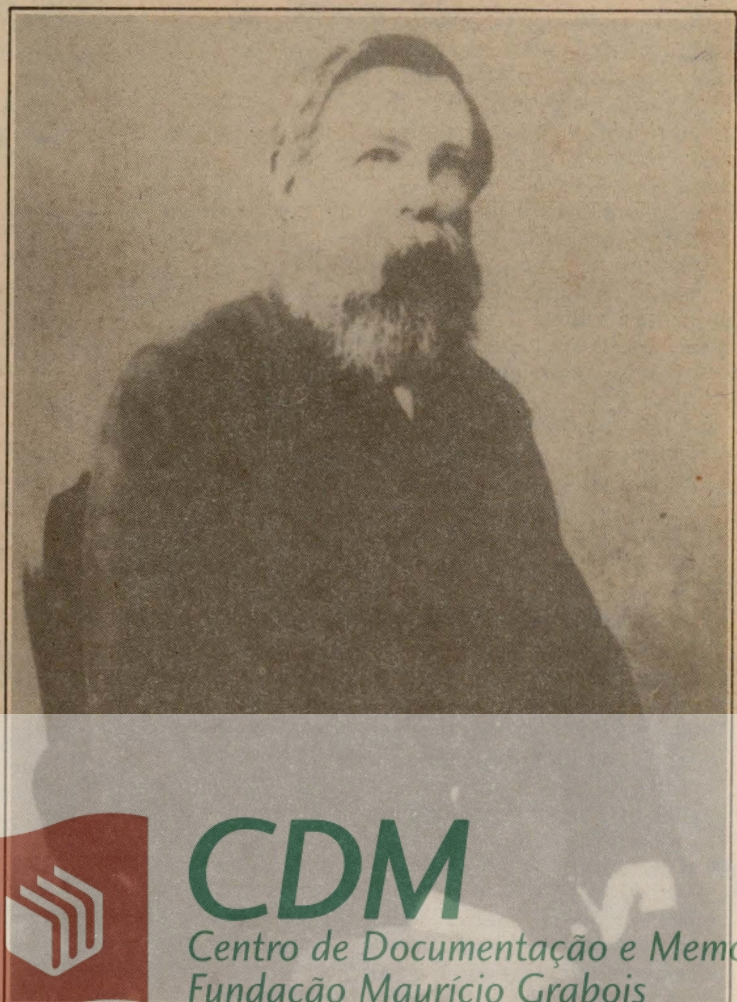
Em 28 de julho de 1914 a Austro-Hungria declara guerra à Sérvia. Rússia, Bélgica, França, Inglaterra e Alemanha também entram em guerra. Em 4 de agosto, os deputados socialistas alemães votaram a favor da liberação de créditos para a guerra, traíndo as resoluções da Internacional. "Desde 4 de agosto a socialdemocracia alemã é um cadáver putrefado", afirma Rosa de Luxemburgo.

Também os socialistas franceses, austro-húngaros e belgas passam a apoiar as burguesias de seus países em guerra. A socialdemocracia converteu-se em braço auxiliar da burguesia.

Desde os fins da década de 70 do século passado o capitalismo atravessou uma fase de desenvolvimento relativamente pacífico. Desenvolvimento só possível graças à superexploração das colônias. Com ele foram criadas as condições para a formação de uma "camada de operários privilegiados que podiam ter uma existência tranqüila, aburguesada, que recebiam algumas migalhas dos grandes lucros do capital graças à exploração de milhões de trabalhadores do mundo periférico". Esta seria, segundo Lênin, a base social para o surgimento do socialchauvinismo da II Internacional.

Mas a guerra, por outro lado, revelou para amplos setores do proletariado a limitação das direções socialdemocratas, e abriu caminho para a revolução proletária mundial. Em meio à guerra, em 1917, os bolcheviques lideram na Rússia a Revolução de Outubro. O proletariado, aliado ao camponato, assume o poder e assina a paz. "A II Internacional está morta, vencida pelos oportunistas. Abaixo os oportunistas, viva a III Internacional", afirma Lênin. Em 1919 é fundada a III Internacional, a Internacional Comunista.

*Historiador e pós-graduando em Filosofia Social na Pucamp



Arquivo

Engels garantiu a hegemonia dos marxistas na II Internacional no século passado

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Fernando Brant

Alma Animal

(Robertinho Brant e Fernando Brant)

Sou o sonho que ficou
no pó da estrada, amarelou
já não há chuva, não há rio ou mar
que possa me lavar

Brasil parece ser a cruz
que tenho de carregar
mas eu não sou Jesus
não sei ressuscitar
amar eu sempre amei
foi no amor que eu me criei
mas é demais sofrer no coração
dor de uma geração

Quem dera o sol tropical
me desse a alma animal
pudesse eu ser feliz
depois da cicatriz

Nosso herói (Tavinho e Fernando Brant)

Ah, quem será o herói
dessa nossa história
quem vai tecer o amanhã?

Quem será o herói
quem será a força
que a força não pode calar?

João e Maria que se dão bom dia
é dona Tereza que coloca a mesa
é o Waldemar que vai trabalhar
é dona das dores que nos manda flores
é o amigo Pedro que já não tem medo
é o seu José que é de muita fé.

Quem será o herói
dessa nossa história
quem vai tecer o amanhã?

É quem faz cimento, quem carrega areia
quem amassa o pão e ama a lua cheia
sabe que a chuva é pra se molhar

João é Maria, Waldemar é Pedro
José é Tereza que é nossa Das Dores
Joaquim José da Silva Xavier.

Meu povo é meu herói
ele é a força
que a força não pode calar.

Carta à república**(Milton Nascimento e Fernando Brant)**

Sim é verdade, a vida é mais livre
o medo já não convive nas casas, nos bares, nas
ruas

com o povo daqui
e até dá pra pensar no futuro e ver nossos filhos
crescendo sorrindo

mas eu não posso esconder a amargura
ao ver que o sonho anda pra trás
e a mentira voltou

ou será mesmo que não nos deixará?
a esperança que a gente carrega é um sorvete em
pleno sol

o que fizeram da nossa fé?
eu briguei, apanhei, eu sofri, aprendi
eu cantei, eu berrei, eu chorei, eu sorri

eu saí pra sonhar meu País
e foi tão bom, não estava sozinho
a praça era alegria sadia

o povo era senhor
e só uma voz, numa só canção
e foi por ter posto a mão no futuro

que no presente preciso ser duro
que eu não posso me acomodar
quero um País melhor

Credo (Milton Nascimento e Fernando Brant)

Caminhando pela noite de nossa cidade
acendendo a esperança e apagando a escuridão
vamos, caminhando pelas ruas de nossa cidade
viver derramando a juventude pelos corações
tenha fé no nosso povo que ele resiste
tenha fé no nosso povo que ele insiste
e acorda novo, forte, alegre, cheio de paixão
Vamos, caminhando de mão dadas com a alma nova
viver semeando a liberdade em cada coração
tenha fé no nosso povo que ele acorda
tenha fé no nosso povo que ele assusta

Caminhando e vivendo com a alma aberta
aquecidos pelo sol que vem depois do temporal
vamos, companheiros pelas ruas de nossa cidade
cantar semeando um sonho que vai ter de ser real
caminheemos pela noite com a esperança
caminheemos pela noite com a juventude

Promessas do sol**(Milton Nascimento e Fernando Brant)**

você me quer forte
e eu não sou forte mais
sou o fim da raça, o velho, o que já foi
chamo pela lua de prata pra me salvar
rezo pelos deuses da mata pra me matar
você me quer belo
e eu não sou belo mais
me levaram tudo que um homem precisa ter
me cortaram o corpo à faca sem terminar
me deixando vivo, sem sangue, apodrecer

você me quer justo
e eu não sou justo mais
promessas de sol não queimam meu coração
que tragédia é essa que cai sobre todos nós
que tragédia é essa que cai sobre todos nós.

Raça (Milton Nascimento e Fernando Brant)

Lá vem a força, lá vem a magia
que me incendeia o corpo de alegria
lá vem a santa maldita euforia
que me alucina, me joga e me rodopia
Lá vem o canto, o berro de fera
lá vem a voz de qualquer primavera
lá vem a unha rasgando a garganta
a fome, a fúria, sangue que já se levanta

De onde vem essa coisa tão minha
que me aquece e me faz carinho
de onde vem essa coisa tão crua
que me acorda e me põe no meio da rua

É um lamento, um canto mais puro
que me ilumina a casa escura
É minha força, é nossa energia
que vem de longe pra nos fazer companhia

É Clementina cantando bonito
as aventuras de seu povo aflito
É seu Francisco, boné e cachimbo
me ensinando que a luta é mesmo comigo
Todas Marias, Maria Dominga
atraca Vilma e tia Hercilia
é Monsueto e é Grande Oтелo
atraca, atraca que o Naná vem chegando

O vendedor de sonhos**(Milton Nascimento e Fernando Brant)**

Vendedor de sonhos
tenho a profissão viajante
de caixeiro que traz na bagagem
repertório de vida e canções
e de esperança
mais teimoso que uma criança
eu invado os quartos, as salas
as janelas e os corações

frases eu invento
elas voam sem rumo no vento
procurando lugar e momento
onde alguém também queira cantá-las
vendo os meus sonhos
e em troca da fé ambulante
quero ter no final da viagem
um caminho de pedra feliz

tantos anos cantando a história
de amor ao lugar que nasci
tantos anos cantando meu tempo
minha gente de fé me sorri
tantos anos de voz nas estradas
tantos sonhos que eu já vivi

Camaleão**(Milton Nascimento e Fernando Brant)**

Gente existe que é camaleão
noite de inverno, manhã de verão
hoje é manso, amanhã é leão
é o diabo e é um cristão
hoje usa farda, amanhã é civil

quanta verdade, primeiro de abril
muito cinismo e cara de pau
cordeiro vive com o lobo mau

Gente existe que é camaleão
é um de terno, é um de calção
fala moderno pro povo de cá
fala antigo pro povo de lá
fala bonito quando a gente está
fala esquisito se a gente não tá
muito cinismo e cara de pau
cordeiro vive com o lobo mau

Gente existe que é camaleão
é uma no céu, é uma no chão
tem duas cores e não abre mão
gente existe que é camarão
branco e vermelho, cabeça ou pé
não pensa o que diz, não fala o que é
muito cinismo e cara de pau
cordeiro vive com o lobo mau

Notícias do Brasil (Os pássaros trazem)**(Milton Nascimento e Fernando Brant)**

Uma notícia tá chegando lá do Maranhão
não deu no rádio, no jornal ou na televisão
veio no vento que soprava lá no litoral
de Fortaleza, de Recife e de Natal
A boa nova foi ouvida em Belém, Manaus
João Pessoa Teresina e Aracaju
e lá do norte foi descendo pro Brasil central
chegou em Minas, já bateu bem lá no sul
Aqui vive um povo que merece mais respeito,
sabe?

e belo é o povo como é belo todo amor
aqui vive um povo que é mar e que é rio
e seu destino é um dia se juntar

O canto mais belo será sempre mais sincero, sabe?
e tudo quanto é belo será sempre de espantar
aqui vive um povo que cultiva a qualidade
ser mais sábio que quem o quer governar
A novidade é que o Brasil não é só litoral
é muito mais, é muito mais que qualquer zona sul
tem gente boa espalhada por esse Brasil
que vai fazer desse lugar um bom país

Uma notícia tá chegando lá do interior
não deu no rádio, no jornal ou na televisão
ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil
não vai fazer desse lugar um bom país

Saudade dos aviões da Panair**(Conversando no bar)****(Milton Nascimento e Fernando Brant)**

lá vinha o bonde no sobe desce ladeira
e o motorneiro parava a orquestra um minuto
para me contar casos da campanha da Itália
e do tiro que ele não levou
levei um susto imenso nas asas da Panair
descobri que as coisas mudam e que tudo é pequeno
nas asas da Panair

e lá vai menino xingando padre e pedra
e lá vai menino lambendo podre delícia
e lá vai menino senhor de todo fruto
sem nenhum pecado sem pavor
o medo em minha vida nasceu muito depois
descobri que minha arma é o que a memória guarda
dos tempos da Panair

nada de triste existe que não se esqueça
alguém insiste e fala ao coração
tudo de triste existe e não se esquece
alguém insiste e fere no coração
nada de novo existe nesse planeta
que não se fale aqui na mesa de bar

e aquela briga e aquela fome de bola
e aquele tango e aquela dama da noite
e aquela mancha e a fala oculta
que no fundo do quintal morreu
morri a cada dia dos dias que vivi
cerveja que tomo hoje é apenas em memória

dos tempos da Panair
a primeira coca-cola foi, me lembro bem agora,
nas asas da Panair
a maior das maravilhas foi voando sobre o mundo
nas asas da Panair
em volta dessa mesa velhos e moços
lembrando o que já foi

em volta dessa mesa existem outras falando tão
igual
em volta dessas mesas existe a tua
divisão de honra
em volta dessa rua uma cidade sonhando seus me-
tais
em volta da cidade

